

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

PRAGMÁTICA E AGRAMATICAL
EM DELEUZE

JÚLIA MARIA COSTA DE ALMEIDA

Campinas
1998

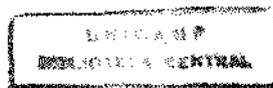
Júlia Maria Costa de Almeida

PRAGMÁTICA E AGRAMATICAL EM DELEUZE

Tese apresentada ao Curso de Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas
como requisito parcial para obtenção do
título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Luiz B. L. Orlandi

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1998



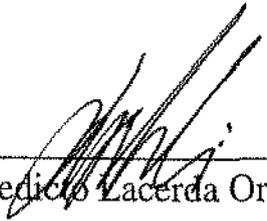
9820473

UNIDADE	8C
N.º CHAMADA:	
V.	
IMP. Nº	35639
PROC	395/98
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	28/10/98
N.º CPD	

CM-00118336-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

AL64p	Almeida, Júlia Maria Costa de Pragmática e agramatical em Deleuze / Júlia Maria Costa de Almeida. - - Campinas, SP: [s.n.], 1998.
	Orientador: Luiz Benedicto Lacerda Orlandi Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
	1. Pragmática. 2. Literatura – filosofia. I. Orlandi, Luiz Benedicto Lacerda. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.



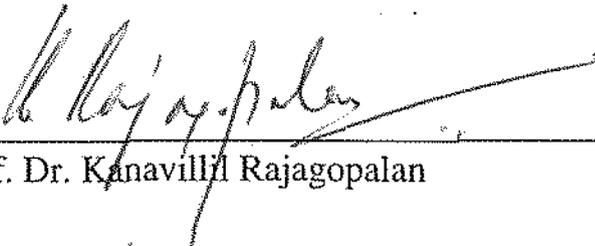
Prof. Dr. Luiz Benedicto Lacerda Orlandi



Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr.



Prof. Dr. Laymen Garcia dos Santos



Prof. Dr. Kanavilli Rajagopalan



Profa. Dra. Inês Signorini

À minha mãe, Thereza
A meu pai, Luiz

AGRADECIMENTOS

Agradeço às instituições:

- CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelas bolsas de Doutorado e de Doutorado Sanduíche;
- FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela bolsa de seis meses de prorrogação de Doutorado;
- *Université de Paris VIII*, pelo acolhimento em estágio de pesquisa;
- Fundo de Apoio ao Ensino e a Pesquisa -FAEP- da Unicamp, pelo auxílio concedido para conclusão da tese;
- Instituto de Estudos da Linguagem, aos professores e funcionários, pelo apoio dado durante todo o curso.

Agradeço aos professores:

- Luiz B. L. Orlandi, pela orientação sempre atenciosa;
- Pierre Bayard, orientador no estágio de pesquisa na *Université de Paris VIII*;
- Haqira Osakabe e Laymert Garcia dos Santos, pelas sugestões na ocasião da qualificação da tese;
- Oswald Ducrot e Tânia Maria Alkmin, pela orientação nas qualificações em Semântica e Sociolinguística, respectivamente;
- Claudio Ulpiano, pela direção apontada;
- Hélio Rebello, por sua leitura atenta da tese;
- José Carlos Rodrigues, pela ajuda na preparação da qualificação;
- Agradeço, ainda, a todos os outros professores que se mostraram receptivos e atenciosos com o projeto: Giorgio Passerone, Phillippe Mengue, Maria Fausta Pereira de Castro, Eric Alliez...

Agradeço, enfim, a Kleber dos Santos Sena, pela presença e apoio, às amigas Valéria Bender Braulio, Marlene Alves Dias e aos irmãos Alexandre e Mariza Costa de Almeida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PRIMEIRA PARTE: PRAGMÁTICA EM TOM MENOR	
Capítulo 1 - Linguagem e imanência	18
Capítulo 2 - Variáveis pragmáticas da enunciação	46
Capítulo 3 - O teatro da língua	69
SEGUNDA PARTE: PAISAGENS DE LINGUAGEM	
Capítulo 4 - Linguagem e literatura: o impessoal	91
Capítulo 5 - Pragmática do estilo e agramatical	106
Capítulo 6 - Do procedimento psicótico	137
TERCEIRA PARTE	
Capítulo 7 - O limite e o fora da linguagem	154
Capítulo 8 - Um ponto de vista agramatical	167
CONCLUSÃO	183
BIBLIOGRAFIA	186

RESUMO

Trata-se de percorrer a obra de Gilles Deleuze rastreando conceitos que propiciam um outro modo de pensar a linguagem: a pragmática deleuzeana é uma das linhas de efetuação das variações de que se mostrou capaz em inúmeros campos essa filosofia, que pensa em termos de multiplicidades, de diferenciações, de acontecimentos, de devires, de novidades. Mas não se trata simplesmente de aplicar filosofemas genéricos no estudo do objeto de uma disciplina específica. Nosso propósito é, isto sim, tematizar a emergência de um novo regime linguageiro, o regime do agramatical, regime que se pode apreender, por exemplo, nos usos menores de uma língua, em procedimentos lingüísticos e literários.

Introdução

A filosofia de Gilles Deleuze perscruta a linguagem em seus limites. Eis o que cedo podemos notar, ainda que não nos pareça evidente o que sejam limites e nem o que se vislumbra ao transpô-los. *Critique et Clinique*, último livro publicado por Deleuze, entoa a cada capítulo um mesmo canto: a linguagem, arrastada ao seu limite agramatical pelas “novas potências gramaticais”, descobre, revela, confronta, do outro lado de seu limite, “as figuras de uma vida desconhecida”, “música e silêncio”, “visões e audições não languageiras”, seu *dehors*, seu fora não exterior.

O ponto de vista que anima esse refrão - este ritornelo - já se faz presente nas obras anteriores do filósofo, em artigos e entrevistas: a linguagem é procurada lá onde parecia faltar, longe do equilíbrio, perto do esquizofrênico e dos grandes livros escritos em uma espécie de língua estrangeira, língua em desequilíbrio. É aí, beirando seus limites, que a natureza da linguagem se mostra: “*pode-se progredir se não se entra em regiões distantes do equilíbrio?*”¹

“O limite já não designa aqui o que mantém a coisa sob uma lei, nem o que a termina ou a separa, mas, ao contrário, aquilo a partir do que ela se desenvolve e desenvolve toda a sua potência”².

A linguagem, pensada em termos, de potência obriga-nos a perguntar: o que pode a linguagem? que limites, que saltos? Em Deleuze, a idéia de potência implica a de diferenciação imanente, já que toda potência, realizando-se em graus, corresponde

¹CC, pela ordem das citações, pp.: 9; 32; 74; 32; 9; 137 (grifo do autor). Ver listagem de abreviaturas na Bibliografia.

²DR, p. 78 (grifo do autor).

a aumentos e diminuições, isto é, diferenças no desenvolver-se daquilo que está em pauta; no caso, o languageiro. De modo que, ao se pensar a linguagem com a ajuda desse instrumental, é preciso sondarmos sua capacidade de revelar processos e procedimentos que operam nas multiplicidades languageiras quando lhes subtraímos, como suficientes, seu caráter representativo e sua reiteração de identidades e semelhanças. Pensá-las com as lentes da diferença, dos aumentos e diminuições de potência, das intensidades, coloca a discussão sobre os limites em plano novo.

De tal modo trabalha esta filosofia da linguagem impregnada por uma ontologia da diferenciação que a noção de agramatical, no sentido deleuzeano que investigaremos, não designa o que está fora dos limites de uma forma (um fato lingüístico bizarro). Pensar o languageiro como um campo de diferenciação contínua é redistribuir o estatuto dos planos e dos fatos lingüísticos. Da seguinte maneira: um real agramatical pertenceria, de direito, à prática da linguagem, não como uma diferença simples - um fato lingüístico- que nós esforçaríamos para aceitar como meramente diferente (a variação e o bizarro tendo o seu lugar preservado). Na filosofia de Deleuze não bastaria este estatuto do agramatical como diferente tolerado, justificado, mimado. Sua idéia de diferenciação produz um conceito de agramatical como movimento de inventividade, de novidade, de imprevisibilidade, de intensidades desconhecidas, de instabilidade criativa imanente, a contaminar toda multiplicidade ou configuração languageira. Um dinamismo contínuo atravessando o languageiro que não estaria do lado da fala, da performance, da realização de uma estrutura, mas também não estaria do lado de uma competência subjacente ou língua, seja qual for a concepção que o entendimento lingüístico tenha produzido. Ao contrário, o

agramatical seria da ordem do virtual, atravessando estes domínios como uma gagueira:

“Será possível fazer gaguejar a língua sem confundi-la com a fala? Tudo depende, na verdade, da maneira pela qual se considera a língua: se a tomamos como um sistema homogêneo em equilíbrio, ou próximo do equilíbrio, definido por termos e relações constantes, é evidente que os desequilíbrios ou as variações só afetarão as palavras (variações não-pertinentes do tipo entonação...). Mas se o sistema se apresenta em desequilíbrio perpétuo, em bifurcação, com termos que, por sua vez percorrem, cada qual, uma zona de variação contínua, então a própria língua põe-se a vibrar, a gaguejar, sem contudo confundir-se com a fala...”³

Se já introduzimos razoavelmente o assunto, pôde-se perceber que agramatical e agramaticalidade na obra de Deleuze não equívalem a uma ou outra noção lingüística de agramaticalidade. Agramatical é aqui uma noção filosófica que põe em jogo o funcionamento positivo, sobretudo intensivo, da linguagem; não uma apreciação sobre modos ou momentos em que a linguagem perde algo de si, deixa de ser possível. Trataremos de distingui-los. Por ora, diríamos que o agramatical em Deleuze é sempre um real, embora seu modo de ser seja o da virtualidade, em que se agitam potências ditas de diferenciação e de desterritorialização. Mas se queremos o aproximar das noções que a lingüística põe em jogo, mais ressonâncias encontraríamos entre o agramatical deleuzeano e o problema do novo que Sylvain Auroux⁴ propõe recentemente, como tentativa de problematização e superação da concepção “calculável” ou recursiva de criatividade - sustentada por Chomsky, entre outros.

Diz Auroux que se tomarmos como modelo de criatividade a imagem

³CC, p. 136.

⁴ Sylvain Auroux, “L’hypothèse de l’histoire et la sous-détermination grammaticale”, *Langages*, n° 114, 1994.

matemática de engendramento da seqüência dos números inteiros naturais (infinitos) a partir de zero, um, e da função sucessor (regras finitas), nada dizemos sobre a emergência imprevisível de números irracionais, esta sim, segundo o autor, digna de ser considerada criativa, inventiva, e não simplesmente produtiva (produção ao infinito de inteiros). Assim, a interpretação da criatividade lingüística enquanto se atém ao calculável e a regras inalteráveis passa ao largo do que há de verdadeiramente criativo na prática da linguagem e fornece uma idéia simplista do comportamento lingüístico como simples possibilidade de produção e interpretação de um número infinito de frases a partir de um conjunto de regras finitas. O que o calculável, o predizível e a produtividade explicam do lingüístico - e eles certamente o fazem - não diz respeito absolutamente à criação; eles explicam o estabelecido, o estável. Contra este modelo que supõe a fixidez do conjunto de partida realizando-se infinita e previsivelmente, a questão do novo e do imprevisível se impõe para Aurox, “a questão - que toca tanto o ato de fala individual quanto a evolução histórica das línguas - é saber de onde vem a capacidade de engendrar o ‘novo’?”⁵.

Ora, os conceitos que Deleuze desenvolve a propósito da linguagem e que fomentam sobre ela um pensamento que implica o que se diferencia, a variação contínua, o metaestável - noções aqui ainda pouco desenvolvidas - pareceu-nos dizer à lingüística algo que ouvimos ressoar também de campos científicos recentes e que me parecem suscitar no debate um questionamento interessante. Vejamos a física: em seu livro “O nascimento do tempo”⁶, Ilya Prigogini, ao apresentar o modelo atual de

⁵ Idem, p. 27.

⁶ *O nascimento do tempo*, Edições 70, s/d (1988 é o ano da 1ª edição italiana).

ciência que o guia na compreensão dos sistemas dinâmicos, nos faz refletir sobre o modo como operamos cientificamente em lingüística. Alguns dos termos e das operações que parecem orientar esta disciplina, a predizibilidade, o desmonte das peças de um sistema, a idéia de que os sistemas devem ser analisados isolados de condicionamentos exteriores, a busca por condições ideais em que podemos encontrar constância e equilíbrio, tudo isto é problematizado pela termodinâmica recente, que trabalha com sistemas imprevisíveis, com conjuntos complexos, na interseção das relações entre sistemas e exterioridade (sistemas abertos), com estados e propriedades distantes do equilíbrio, em que a instabilidade dinâmica é produtiva. Este modo de fazer ciência, a meu ver, vai em sentido paralelo às indagações filosóficas de Deleuze e, relacionados às indagações de Auroux, parecem colocar problemas interessantes para a lingüística.

Voltemos à obra de Deleuze⁷. Há algo no plano conceitual deleuzeano que exige o agramatical e sua série subversiva. Consideremos o que Deleuze e Guattari denominam “pragmática”, um amplo regime de conceitos desenvolvidos em várias obras. Há nessa pragmática filosófica um tratamento de problemas de linguagem, uma idéia do lingüístico que emerge de uma ontologia onde enunciados e estados de coisas encontram-se co-funcionando, em agenciamentos (de heterogêneos). Se nos interessa mostrar o desenvolvimento e os nexos conceituais da noção de agramatical, não houve

⁷A referência à obra de Deleuze e à sua filosofia é sempre complicada, quando sabemos de sua parceira admirável com Guattari. Considerando que algumas posturas que poderíamos adotar em relação aos impasses criados - dar a cada um o que 'lhe pertence'; minimizar Guattari; tratá-los sempre em dupla ... - não resolvem todos os problemas e são pouco “deleuze-guattarianas”, pensadores do devir, do agenciamento, procuramos nos manter em uma zona de indiscernibilidade, utilizando apenas as referências mais explícitas. Tentamos ser, assim, mais fiéis às idéias e aos conceitos do que a uma noção de autoria que lhes pareceria estranha.

outro caminho que o de sondar esta pragmática (ou semiótica, desde que não haja restrição do campo heterogêneo às demandas do lingüístico). Saber, como a linguagem, ou mais amplamente, como um plano de expressão se formaliza nestes agenciamentos complexos, quais seriam suas imbricações, suas implicações - em outros planos, em outras linhas. E se relacionamos o agramatical aos agenciamentos e daí puxamos seu fio, é que o encontramos sempre liberando o que nos agenciamentos é formalizado, estratificado, traçando nele as linhas de fuga.

Na primeira parte do trabalho, "Pragmática em tom menor", tratamos desta pragmática filosófica, visando sondar a consistência ontológica do agramatical: primeiro, na formação dos agenciamentos complexos de conteúdo e de expressão (formações articuladoras de multiplicidades discursivas e extra-discursivas), onde um plano desterritorializado vem garantir teores de "possibilidades", liberdade, criatividade (capítulo I "Linguagem e Imanência"); nos agenciamentos específicos de enunciação, em que a formalização de variáveis sedimentares de enunciação (palavras de ordem) se imbrica em partículas de fuga (capítulo II "Variáveis pragmáticas da enunciação"); na constituição das línguas, a linha agramatical gera o conceito de "língua menor", língua não estável, sempre em devir (capítulo III "O teatro da língua").

Na segunda parte, "Paisagens de linguagem", aproximamo-nos da literatura. Vamos a campos de experimentação da linguagem capazes de suscitar problemas e de redistribuir as coordenadas desta pragmática filosófica. No capítulo IV, "Linguagem e literatura: o impessoal", as configurações literárias podem nos revelar uma zona de subjetivação impessoal, uma enunciação pré-subjetiva e coletiva, problematizando a

idéia de subjetividade na linguagem. No capítulo V, “Pragmática do estilo e agramatical”, traçamos o fio do agramatical literário na obra de Deleuze, um pesquisador suficientemente atento aos procedimentos linguageiros que fazem fugir a língua. Quais são os procedimentos que Deleuze arrebatou, os tensores contra as metáforas, os fragmentos não totalizáveis, a fórmula agramatical...

Ainda nesta parte, das experimentações de linguagem, o capítulo “Do procedimento psicótico” (cap. VI), embora pertinente ao conjunto da tese, é um acerto de contas com a minha dissertação de mestrado⁸. As indagações que não soube responder na ocasião, minha descrição que não estava à altura dos problemas apresentados, estas dificuldades a noção deleuzeana de procedimento variável é capaz de corrigir e pode mesmo abrir uma perspectiva interessante aos estudos de linguagens psicóticas. Procurei desenvolver esta noção cruzando as duas versões do texto sobre Wolfson, a primeira de 1970 (“Schizologie”) e a segunda de 1993 (“Louis Wolfson, ou le procédé”).

A seguir levamos nossas pesquisas a encontrar um dos temas mais difíceis que nos dizem respeito, já pressuposto desde o início da tese: “O limite e o fora da linguagem” (capítulo VII). Se a língua se torce para recolher os estados intensos da vida, daí decorre que a linguagem toda é levada a confrontar seu limite e a formar uma língua do fora, língua intensa, exterioridade cravada, sempre imanente, nas articulações do dizível.

Por fim, no último capítulo - “Um ponto de vista agramatical” - pareceu-nos

⁸*A loucura das palavras* - Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

interessante exigir do agramatical deleuzeano, enquanto perspectiva ampla sobre o criativo na linguagem, um diálogo com noções que circulam no campo de problemas e soluções da atualidade, tais como “gramaticalidade”, “agramaticalidade”, “significante”... Aqui não poderíamos adiantar o suficiente o conteúdo destes debates, já que participam de campos e de problemáticas diversos que não caberia agora especificar. Indagamos, assim, a capacidade de o agramatical - e os conceitos que o exigem ou a ele se avizinham - propor e solucionar problemas atuais comparativamente a outras noções emergentes do campo conceitual contemporâneo, se estaria mais apto a fazer ouvir “novas variações e ressonâncias desconhecidas”, se “opera recortes insólitos”, se “suscita um Acontecimento que nos sobrevoa”, o que caracterizaria a eficácia de um conceito novo: “estar em relação com problemas que são os nossos, com nossa história e sobretudo com nossos devires”⁹. Em que medida os conceitos de Deleuze nos incitam a confrontar as multiplicidades questionantes da nossa realidade? Em que medida nos capacitam a sondar na formação de multiplicidades languageiras - regimes de signos, agenciamentos de enunciação, línguas, enunciados, procedimentos lingüísticos etc...- seus teores de criatividade, sua abertura ao novo, sua variabilidade?

Por fim, gostaria de dizer que nós projetamos este trabalho como experimentação em um terreno incerto. No princípio, a noção de agramatical era um fio que corria imperceptível na obra de Deleuze. Creio termos conseguido cruzá-lo com os grandes temas de sua filosofia, a diferença, o novo, a vida, a arte, levantando e conectando as nervuras conceituais de um ponto de vista difícil e pouco conhecido

⁹Qph?, p. 32.

sobre a linguagem, que abre novas perspectivas e nos reconcilia com ela: é capaz de complicar produtivamente nosso anterior contato com o languageiro, mostrando-nos que para além das balizas que habitualmente nos orientam - o significante e a gramaticalidade são exemplos - trabalha o agramatical.

PRIMEIRA PARTE:

PRAGMÁTICA EM TOM MENOR

Capítulo 1: Linguagem e Imanência

Quem é aquele professor Challenger chamado para enunciar no platô “A geologia da moral” de *Mille Plateaux* a teoria do agenciamento? Eis algo que toma nossa curiosidade. Challenger é a figura bizarra que realiza em sua própria carne a teoria que expõe. Desterritorializa-se a cada etapa de sua exposição; sua aparência é tanto mais animalesca quanto mais o assunto se torna abstrato e, por fim, esvai-se completamente, precipitando para o plano de imanência que acaba de apresentar. Suas últimas palavras são sussurros: “é por debandada que as coisas progridem e os signos proliferam”¹.

Pela narrativa do curioso personagem é apresentado o “estatuto geral das formações”, isto é, uma família conceitual que nas pesquisas de Deleuze e Guattari trata dos processos de criação de formas - formalizações ou estratificações -, sejam estas um cristal, uma forma viva ou um construto tecnológico-semiótico. É particularmente o último tipo de formalização que nos interessa, pois nele a forma de expressão torna-se lingüística e coloca-se, então, o problema da linguagem e do signo. Mas sobretudo é aí que se distinguem essencialmente conteúdo e expressão. Mas voltemos aos termos de Challenger, coisas e signos, ainda não passamos pelo ponto em que estas grandezas adquirem sua real consistência, estratificam-se, planificam-se. Ainda não podemos falar de conteúdo e expressão, nem de formalização, nem de

¹MP, p. 93.

plano de consistência. Começamos pelo que há de mais simples, pelas palavras e as coisas.

Dizemos que as palavras representam as coisas. De um lado, concebemos um real-mundo como “coisa” e, de outro, a linguagem-signo como “palavra”, instância representativa em relação direta de correspondência simbólica com a primeira. As palavras existem naquilo que nos dizem das coisas. É a sorte da linguagem e do pensamento que se vêem enlaçadas nesta dualidade de um representante e de um representado, medidos na distância que têm com a coisa, toda a sua potência aí decidida, representar a coisa na sua ausência: “o signo é a presença/ausência da coisa”, assim como o pensamento “parece *a priori* condenado à (...) apresentação diferida do real”². Não há tarefa mais evidente na filosofia de Deleuze do que a suplantação da representação e dos pares que ela evoca, palavra-coisa, palavra-idéia, pensamento-coisa, sujeito-objeto. A questão que deve guiar-nos é, portanto, do estatuto da linguagem e do pensamento: como fazê-los escapar da forma da representação e estabelecer com o real um cruzamento que não seja mais de filiação, conformidade ou correspondência?

Entretanto um novo dualismo nos acerca: da palavra extrai-se o significante, da coisa um significado adequado à palavra. Conservamos, ainda, como modelo implícito, a situação “demasiado simples” do dualismo de base. Se o par palavra-coisa é um primeiro achatamento de variáveis de estratificação mais complexas - expressão e conteúdo -, as categorias de significante-significado constituem uma segunda

²Philippe Mengue, *Gilles Deleuze ou le système du multiple*, Kimé, 1994, p. 53.

redução. Nem a expressão é redutível ao significante (ou qualquer outra unidade lingüística, palavra, frase, proposição, ato de linguagem), nem o conteúdo é redutível ao significado deste significante (seja um referente, objeto, estado de coisas ou conceito). E ainda teríamos que avaliar noções como “arbitrário”, “necessário”, “correspondente termo a termo”, enfim, os laços lingüísticos que unem o significante ao significado. De que maneira estes “laços tão fortes”³ precisam ser desfeitos para que apareça uma função conectiva, co-funcionamento, que não reduza práticas (=fluxos semióticos/extra-semióticos) a faces de papel, nem as hierarquize na condição de sombras supostamente conformes (palavra como “sombra” da coisa, significado como “sombra” do significante)?

Em *Lógica do Sentido*, confrontado com a dualidade sempre insuficiente da palavra e da coisa, Deleuze encontra o sentido como fronteira que articula os dois lados: é ele o “expresso da proposição” e o “atributo do estado de coisas”. O que faz com que “as coisas e as proposições acham-se menos em uma dualidade radical do que de um lado e de outro de uma fronteira representada pelo sentido”. O sentido é função expressiva contraída por corpos e proposições⁴. Phillippe Mengue mostra que esta estrutura da expressão composta por uma dualidade que encontra a razão de suas relações em um terceiro termo - um entre-dois, um meio que os relaciona - já se encontra em *Diferença e Repetição* e, como vimos, em *Lógica do Sentido*. Mas é com

³Michel Foucault, em *Arqueologia do Saber* (Forense Universitária, 1987), p. 56: “vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva” (grifo nosso). Deleuze e Guattari, MP, p. 85: “O arbitrário, o necessário, o correspondente termo-a-termo (...) servem a uma mesma causa que comporta a redução do conteúdo ao significado e a redução da expressão ao significante”.

⁴A citação é de LS, p. 37. A idéia de “função expressiva” aparece na p. 212. Os termos “significante” e “significado” aparecem em LS enquanto instâncias (proposições e estados de coisas) relacionadas ao sentido.

Mille Plateaux e com a teoria do agenciamento que aparece “uma teoria da expressão que reverte o *organon* precedente, que foi chamado ‘estruturalismo’”⁵. É o agenciamento como conectividade de planos heterogêneos que nos tira do dualismo e livra o campo da linguagem das figuras transcendentais que o povoam. Hjelmslev é aqui, com sua noção de função, uma voz de imanência.

Função e matéria hjelmsleviana

Que Deleuze e Guattari tenham buscado em Hjelmslev uma inspiração para rearticular o campo semiótico não deve nos surpreender. Hjelmslev fornece um modelo consistente de estratificação que avança o modelo estrutural em diversos aspectos. Distingue, em lugar de faces do signo, dois planos (conteúdo e expressão) de uma função semiótica primeira; define as noções de forma, substância e matéria que subordina à distinção conteúdo/expressão; enfim, concebe a linguagem como uma entidade de partes que se condicionam reciprocamente - há pressuposição recíproca entre funtivos da função - lá onde se poderia ver um conglomerado de elementos heterogêneos.

Na leitura que a lingüística faz de Hjelmslev e de suas noções, entre outros pontos, valoriza-se a formulação de uma noção precisa de signo - “uma solidariedade entre uma forma de expressão e uma forma de conteúdo, que se manifestam por uma

⁵Philippe Mengue, *op. cit.*, pp. 200 (citação), 64. Deleuze, comentando a obra de Foucault, explicita esta inclusão de um ‘entre’: “Não se tratava de suprimir a distinção, mas de encontrar uma razão de suas relações”. Cf. “*Désir et Plaisir*”, p. 59.

substância de expressão e uma substância de conteúdo”⁶ - que pode ser visualizada na seguinte grade:

Palavra “gata”	conteúdo	expressão
substância	fêmea do <i>gato</i>	[gata] nível fonético
forma	gato + “ela”	/gata/ nível fonológico

Deleuze e Guattari fazem de Hjelmslev uma leitura não restritiva e vêem na obra do lingüista as potencialidades de uma semiótica para além das coordenadas saussurianas. Para eles, Hjelmslev desenvolveu “um tipo de teoria espinozista da linguagem”⁷ e o *Anti-Édipo* traz uma defesa calorosa da lingüística de Hjelmslev. Entre os argumentos que os autores aí apresentam em favor de uma lingüística de fluxos (Hjelmslev) distinta da lingüística do significante (Saussure), estariam⁸:

Hjelmslev, para os autores, “descreve um campo puro de imanência algébrica que não se deixa mais sobrevoar por nenhuma instância transcendente”. O lingüista, sabemos, insistiu em mostrar a necessidade de uma lingüística imanente, que abdique dos objetivos múltiplos e essencialmente transcendentais (concepção da linguagem como conglomerado de fatos não lingüísticos, físicos, psicológicos, sociais). Hjelmslev define esta lingüística como aquela “que não parte de grandezas encontradas fortuitamente e isoladas arbitrariamente, e que se trataria em seguida de adicionar para obter o objeto integral que não seria nada além que a soma de suas

⁶Bertil Malmberg, *As novas tendências da lingüística*, p. 186, citado por Castelar de Carvalho em *Para compreender Saussure*, Editora Rio, 1982, p. 177.

⁷ PP, p. 35.

⁸Em AE, p. 288, foram apresentados dez argumentos.

partes”⁹. Ter-se-ia, então, uma teoria que começa pela função articuladora, imanente, e não por entidades prévias, transcendentais (do tipo significante-significado).

Hjelmslev faria “escorrer neste campo (de imanência) seus fluxos de forma e de substância, de conteúdo e de expressão”. O princípio da análise hjelmsleviana é o reconhecimento das dependências (funções) que compõem a totalidade. A função semiótica existe entre dois termos, os funtivos conteúdo e expressão. A função institui a forma nos funtivos (forma de expressão e forma de conteúdo) e em razão delas surgem uma substância de expressão e uma substância de conteúdo, que são projeções da forma sobre a matéria (substância semioticamente não formada).

“Substitui a relação de subordinação significante-significado pela relação de pressuposição recíproca conteúdo-expressão”. Há solidariedade, condicionamento recíproco, dependência (=função, relação) entre expressão e conteúdo: um pressupõe necessariamente o outro e os dois só se formam em mútuo agenciamento¹⁰.

“Atinge-se nesta relação a figuras que não são mais efeitos de significante (...) mas pontos-signos ou cortes de fluxo que perfuram o muro do significante, atravessam-no e vão além dele”. Hjelmslev critica a concepção de língua como sistema de signos uma vez que, se concebemos o signo como portador de uma significação, oposto a não-signos (fonemas e sílabas), mais adequado seria dizer que a linguagem é um sistema de não-signos, ou seja de figuras.

Dos conceitos de Hjelmslev, o que mais se desenvolve na pragmática de Deleuze e Guattari é a noção de matéria, a substância semioticamente não formada. Já nos *Prolegômenos* (cap.13) aparecia a necessidade de um conceito que expressasse a

⁹Louis Hjelmslev, *Essais Linguistiques*, Paris, Minuit, 1971, p. 30. Ver também *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, São Paulo, Perspectiva, 1975 pp. IX-X. Um comentário sobre a idéia de imanência e função em Hjelmslev pode ser encontrado em “Linguagem - Atividade Constitutiva”, Carlos Franchi, *Cadernos de Estudos Linguísticos*, nº 22, jan/jun 1992.

¹⁰Hjelmslev, *Prolegômenos...*, op. cit., p. 54.

idéia de um plano não-formado (o 'amorfo' do pensamento e o conjunto de zonas fonéticas) que era então designado pela palavra "sentido" (de conteúdo e de expressão). A "matéria", como depois é chamada esta substância não formada, vem cobrir necessidades internas da doutrina de Hjelmslev¹¹. Ora, uma tal emergência conceitual sugere uma nova repartição do campo semiótico: a possibilidade de concebermos, ao lado das formas e das substâncias formadas (de expressão e de conteúdo), um campo de substâncias semioticamente não formadas, de matérias informes, amorfas, matérias desestratificadas. Deste modo, na leitura que Deleuze e Guattari fazem do lingüista, ganha vigor uma terceira dimensão ao lado das formas e das substâncias (formadas): a matéria não-formada. Uma grade hjelmsleviana inspirada nos autores deveria trazer:

	Substâncias semioticamente formadas		Matéria não-formada
	Forma	Substância	
Expressão	Forma da expressão	Substância da expressão	Continuum de fluxos materiais
Conteúdo	Forma do conteúdo	Substância do conteúdo	Sentido problemático

Para entendermos o ensejo do comentário filosófico, um dos pontos fundamentais a considerar seria aquele que retrata Guattari neste comentário: "Parece-me que os lingüistas assimilaram precipitadamente a distinção de Hjelmslev entre a expressão e o conteúdo àquela de Saussure entre o significante e o significado. Com efeito, a ruptura entre as matérias não semioticamente formadas e as substâncias semioticamente formadas, na medida em que ela é estabelecida independentemente

¹¹Cf. *Essais Linguistiques*, op. cit., p. 58.

das relações de expressão e de conteúdo, abre a via ao estudo de semióticas independentes de semiologias significantes, ou seja, de semióticas que, precisamente, não estariam fundadas sobre a bipolaridade significante-significado”¹². Esta distinção entre formado e não-formado, ou entre estratificado e não-estratificado será útil sempre que se falar, com Deleuze e Guattari, de estrato, de formação ou de formalização, mas também de desestratificado, de aformal.

A idéia de *pressuposição recíproca* também ressalta na leitura que fazem Deleuze e Guattari. A aplicação corrente desta noção de Hjelmslev apontaria a interdependência existente entre duas unidades, isto é, o fato de haver função entre duas constantes - *a* pressupõe *b* e *b* pressupõe *a*. O aproveitamento não-restritivo que fazem os autores da mesma noção vai na direção do próprio conceito que formulam de agenciamento. A compreensão que Deleuze e Guattari têm da função hjelmsleviana pareceu-me esclarecer-se nesta aplicação que Prigogini faz do termo: “A mim veio-me a idéia de que é a função que cria a estrutura. Consideremos uma cidade: a cidade só vive porque opera intercâmbios de matérias-primas ou de energias com o campo que a circunda. É a função que cria a estrutura. Mas a função é, evidentemente, uma situação de não equilíbrio”¹³.

A função-agenciamento solucionaria um campo problemático de linguagem da mesma maneira que a noção em Prigogini resolveria problemas de ordem física e biológica: o produtivo está em que fluxos se cambiam (anterioridade e imanência dos

¹²Guattari, “La place du signifiant dans l’institution”, capítulo de *Politique et Psychanalyse* (diversos autores), *Des mots perdus*, 1977, p. 2. O quadro apresentado acima foi inspirado nos esclarecimentos deste texto.

¹³Prigogini, *O Nascimento do Tempo*, op. cit., p. 27.

fluxos em agenciamento); é só a partir daí que uma estrutura pode ser pensada.

Este trabalho filosófico sobre uma obra pouco estudada destaca noções que doravante tornam-se imprescindíveis ao desenvolvimento dos conceitos de Deleuze e Guattari: expressão, conteúdo, pressuposição recíproca, matéria e estratificação são noções que veremos em plena ativação em suas obras. Ganham, evidentemente, novo desenho, novas linhas e componentes. Hjelmslev fornece a grade, os *strata*, os planos, as funções. Mas o uso que é feito destes materiais é verdadeiramente inventivo. Em algumas passagens, Deleuze explicita esta defasagem entre a formulação de Hjelmslev e a que propõem a partir dele. Por exemplo, em *Foucault*, quando se refere aos termos expressão e conteúdo, faz notar que “estes últimos termos fomos buscá-los em Hjelmslev, mas para os aplicarmos a Foucault num sentido totalmente diferente, pois o conteúdo já não se confunde com um significado, nem a expressão com um significante”¹⁴.

Assim, apesar de todas as razões que apresentam para defender uma lingüística que abdica do significante, algumas restrições são feitas a Hjelmslev, particularmente em notas de MP, e que culminam na ambigüidade de duas afirmações: Hjelmslev “é o único lingüista que rompe realmente com o significante” e “concebe ainda a distinção da expressão e do conteúdo sobre o modo significante e significado”¹⁵. É que Hjelmslev, apesar de si mesmo - e da hesitação dos leitores implicados - concebe, na opinião destes, um método de estratificação que supera em muito a aplicação que ele mesmo faz (nas línguas). Que esta aproximação resultou em uma conceituação

¹⁴F, p. 73.

¹⁵MP, respectivamente, pp. 85 e 116.

filosófica original e fecunda não resta dúvida. Por outro lado, que Deleuze e Guattari tenham renovado a leitura de Hjelmslev, e mesmo lhe feito justiça, eis uma afirmação que mereceria maior desenvolvimento.

“É preciso um agenciamento...”

Partimos de uma questão introdutória, elementar, e que deve guiar-nos inicialmente, aquela do estatuto do que chamaríamos, bem amplamente, de formas expressivas ou de multiplicidades languageiras. Mas notamos cedo nesta pragmática filosófica a impossibilidade de partirmos de uma concepção que homogeneize estes elementos e os conceba isoladamente. Seria necessário partirmos de uma função rizomática, produtiva e conectora, o agenciamento como unidade real mínima entrecruzando linhas, fluxos, forças e dimensões heterogêneas¹⁶. O agenciamento coloca em relação elementos diversos, combina fluxos semióticos e não-semióticos, agencia partículas, corpos e palavras, e só desenvolve um estrato languageiro como uma de suas dimensões. A linguagem ou qualquer formalização da expressão existe apenas enquanto forma engajada em um agenciamento complexo que lhe dá consistência, e que determina, de igual modo, a série divergente dos estados de coisas (corpos e objetos).

“Denominaremos agenciamento todo conjunto de singularidades e de traços extraídos do fluxo - selecionados, organizados, estratificados - de maneira a convergir (consistência) artificialmente e naturalmente: um agenciamento, nesse sentido, é uma verdadeira invenção. Os

¹⁶PP, p. 65. De maneira semelhante, para Pierre Bourdieu “todo ato de fala (toda ação) é um encontro de séries causais independentes” (*Ce que parler veut dire*, Fayard, 1982, p. 14).

agenciamentos podem agrupar-se em conjuntos muito vastos que constituem 'culturas', ou até 'idades'..."¹⁷

Uma teoria da expressão deve dar conta de todas as linhas que compõem o agenciamento : primeiramente, do plano em que se estratificam uma formalização de expressão e uma formalização de conteúdo, duas formas independentes que se pressupõem reciprocamente (plano de estratificação). Um exemplo a que Deleuze sempre retorna e que serve para nos introduzir nesta primeira dimensão é o do agenciamento feudal: por um lado forma-se o conteúdo como amálgama de corpos (a terra, o homem, o cavalo e os animais, as ferramentas, armas...); por outro, os enunciados, o regime jurídico, os diversos juramentos...¹⁸.

Mas o agenciamento é composto de outro eixo ou plano, de movimentos e de fugas. Expressão e conteúdo segmentam um plano estratificado que só existe em pressuposição recíproca com um segundo eixo, desestratificado, não segmentar, que distribui no agenciamento vetores ou pontas de desterritorialização. Todo agenciamento pode ser, assim, "medido" em "graus" que quantificam suas formas de conteúdo e de expressão: ora estes graus descrevem movimentos de desterritorialização que percorrem e conjugam as formas ("por exemplo todos os movimentos de desterritorialização que atravessam a Igreja, a cavalaria, os camponeses"¹⁹), ora descrevem os processos de reterritorializações que as estabilizam. Conteúdo, expressão, linhas de desterritorialização e lados territoriais ou

¹⁷MP, p. 506.

¹⁸Cf. MP, p. 112 e DP, p. 60.

¹⁹DP, p. 60.

reterritorializados constituem a tetravalência do agenciamento²⁰. Um agenciamento de tipo feudal, outro de tipo disciplinar, de que maneira cada qual organiza e desfaz suas linhas, sua expressão e seu conteúdo, desenvolve graus de desterritorialização, lança linhas de fuga ou as rebate, reterritorializando-as? Mas esta primeira abordagem é bastante esquemática e ainda nos fala pouco. Precisariamos puxar todas as pontas deste emaranhado-agenciamento, uma a uma. É a tarefa que nos propomos como condição para avançarmos no funcionamento da linguagem.

Expressão e conteúdo

A novidade que trazem as formações antropomórficas do ponto de vista da expressão é o aparecimento de traços formais lingüísticos (forma da expressão) e da substância vocal (acústica e fisiológica) variável, constituindo linguagem e línguas²¹. Para configurar toda a originalidade da invenção da expressão lingüística valeria lembrar a capacidade que ela nos oferece de reportarmos no discurso elementos da própria linguagem (o discurso direto/indireto são exemplos desta auto-referencialidade), bem como, de reportarmos elementos de outras formas e estratos. Fala-se, no último caso, de sobrecodificação ou de tradutibilidade de outros estratos

²⁰MP, p. 111.

²¹A expressão lingüística (humana) não é única nem primeira, os estratos inorgânicos possuem uma forma de expressão, assim como, as formas orgânicas tem sua própria função expressiva (o material genético, uma "mensagem escrita" pela combinatória de quatro radicais químicos em genes ao longo da seqüência nucléica). A especificidade da forma lingüística em relação à genética encontra-se menos na combinatória de partículas elementares do que na linearidade das estruturas que elas engendram. Ambas são lineares. No caso do código genético a linearidade é espacializada já que é a partir de uma matriz bi-dimensional que se obtém cópias idênticas; enquanto o signo vocal, sua emissão e recepção, implica uma linearidade temporal, uma sucessão no tempo que "representa o único meio de combinar até o infinito os sons breves que a maior parte dos mamíferos produz e recebe e de transformar assim os sinais em linguagem" (recorri ao texto de François Jacob "Le modele linguistique en biologie", *Critique*, nº 322, 1974; esta citação é da pág. 202).

pelo estrato linguageiro, isto é, a integração, totalização e hierarquização de formas não-lingüísticas em um sistema de signos lingüísticos desterritorializados. Lembrando Mc Luhan, “os meios de comunicação são tradutores”; o que lhes empresta uma dupla face de tradutores-virtualizadores (“evocar e recobrir o mundo inteiro em não importa qual momento”²²) e de tradutores-marcadores (imprimem suas coordenadas de estratificação àquilo que traduzem).

Mas para compreendermos todo o alcance da expressão humana seria preciso concebê-la como uma máquina coletiva semiótica (= conjunto de enunciados e práticas discursivas) que preexiste à linguagem e às línguas e constitui regimes de signos²³. Veremos adiante um exemplo. Por enquanto seria importante frisar que a expressão não é uma palavra ou qualquer outra unidade lingüística. Igualmente não a apreenderíamos se nos fechássemos na linguagem e nas línguas, já que o regime de signos é “muito mais que uma língua”, funcionando como “agentes determinantes e seletivos” para a constituição das línguas²⁴.

O conteúdo não se confunde com “objeto”, “referente”, nem com “conceito” ou “significados”. Em sua maior distância de Hjelmslev, o conteúdo torna-se uma prática, um regime de corpos. E, tal como a expressão, possui forma e substância. Deleuze e Guattari tomam das análises arqueológicas de Leroi-Gourhan a unidade geral de composição do conteúdo (nos estratos antropomórficos): são traços formais manuais

²²Marshall Mc Luhan, *Pour comprendre les média*, Mame/Seuil, p. 80. Para Pierre Lévy, a linguagem é “virtualização do presente”: “sem as línguas, nós não poderíamos nem fazer perguntas, nem contar histórias, duas belas maneiras de se descolar do presente intensificando nossa existência (*Qu'est-ce que le virtuel?*, La Découverte, 1995, p. 70).

²³MP, p. 80 e seguintes.

²⁴MP, p. 82.

ou forma manual (mão como estruturação ou formação dinâmica), e que implicam produtos como matérias formadas (substâncias de conteúdo). Forma e substância de conteúdo. Diz-se que a forma do conteúdo é, nestas formações, “aloplástica”, pois opera modificações do mundo exterior (ação da mão). Mas não reside nesta ação específica toda a especificidade do conteúdo: ele é, por excelência, tecnológico, no sentido de uma máquina social técnica que preexiste mão e ferramentas e constitui formações de potência. Podemos nos referir a ele como ao conjunto das modificações corpóreas²⁵.

O exemplo destes compostos tecnológicos-semióticos os autores tomam das pesquisas de Foucault, “uma análise exemplar que diz respeito à lingüística, tanto mais que não parece”²⁶. Refere-se à “coisa” prisão e à “palavra” delinqüência, duas formas nascidas no início do século XIX, heterogêneas, formadas independentemente, mas que se agenciam, que se cruzam e se pressupõem reciprocamente. A prisão é uma forma de conteúdo, é a formação de um meio carceral que tem como substância ou matérias formadas os presos e que se encontra em relação com outras formas do mesmo estrato, forma-escola, forma-quartel, forma-asilo... Ela não remete (=pressupõe) à palavra “prisão”, mas a conceitos diversos como “delinqüência e “delinqüente”, isto é, para enunciados de delinqüência (o direito penal) como forma de expressão que exprime uma nova maneira de enunciar as infrações, e para “delinqüência” como substância da expressão (produto ou objeto²⁷).

²⁵MP, pp. 78, 79, 109.

²⁶MP, p. 86.

²⁷“‘Delinqüência’ enquanto objeto de enunciados” (F, p. 73) não se refere às infrações reais, o novo tipo de atentado que estaria emergindo. “Objeto” é usado aqui no sentido que Foucault dá ao termo, como derivado do enunciado ou do conjunto de regras que o delimita. Cf. Michel Foucault; *Arqueologia do Saber*, op. cit., cap III.

Já podemos notar que da dualidade palavra-coisa à expressão-conteúdo ganhamos realidade, saímos do sistema da representação, de “uma produção de redundância semiótica constituindo um mundo de quase-objetos, de ícones e de esquemas, em lugar das intensidades e das multiplicidades reais”²⁸. A linguagem deixa de ser a dimensão do *representamen* para se tornar um regime de linguagem, uma família de enunciados que classifica, traduz, calcula, uma prática discursiva que não se confunde com unidades lingüísticas, enunciados que não se definem pelo que designam ou significam, que não se contentam em descrever estados de coisas e que não cessam de cruzar seus elementos com os da outra dimensão agenciada, o conteúdo. Não se poderia mais atribuir à forma de expressão a simples função de representar, de descrever ou de atestar um conteúdo correspondente; nem atribuir exclusivamente à expressão a função instituinte, já que o conteúdo é também formado (estratificado) e estruturante.

Agenciando: variando pelo meio

Mas como o agenciamento opera a conjugação das formas heterogêneas? Vimos que o agenciamento é a unidade conjuntiva mínima que agencia (coloca em funcionamento) fluxos de naturezas diversas, tais como corpos, palavras, objetos, ações. Enquanto agenciamento concreto, ele se reparte em dois segmentos: um agenciamento coletivo de enunciação (expressão) e um agenciamento maquínico de

²⁸Félix Guattari, “La place du signifiant...”, op. cit., p. 5.

corpos (conteúdo). Podemos dizer que ele formaliza estas duas articulações do estrato segundo um modo de funcionamento:

“E as duas formas não deixam nunca de entrar em contato, de insinuar-se uma na outra, de arrancar, cada uma, um segmento da outra: o direito penal não deixa de continuar a levar à prisão, e de fornecer prisioneiros, ao mesmo tempo que a prisão não cessa de reproduzir a delinquência, de fazer dela um ‘objeto’ e de realizar os objetivos que o direito penal havia concebido noutros termos (...) Existe uma pressuposição recíproca entre as duas formas. E, no entanto, não existe forma comum, não existe conformidade, nem mesmo correspondência”²⁹.

Há isomorfismo (“a existência do mesmo tipo de relações constantes de um lado ou de outro”³⁰) como efeito da pressuposição recíproca dos heterogêneos e, no entanto, não há conformidade, isto é, uma paridade contínua entre os eixos agenciados, já que é como heterogêneos que eles se agenciam.

No esmiuçar deste meio que relaciona os dois segmentos do eixo horizontal do agenciamento (conteúdo e expressão), passamos ao seu eixo vertical, dizendo que ele efetua um plano abstrato e que funciona como causa comum imanente dos agenciamentos concretos: é a máquina abstrata, o terceiro termo, em pressuposição recíproca com o eixo horizontal, quem recolhe e distribui as matérias e funções puras que serão efetuadas no agenciamento. Assim, no exemplo que acompanhamos, do surgimento de uma forma de conteúdo ‘prisão’ e de uma forma de expressão ‘delinquência’, o panoptismo é: 1- um agenciamento concreto óptico e luminoso que caracteriza a prisão panóptica, e cuja fórmula é “ver sem ser visto”, conforme a

²⁹F, pp. 56, 57.

³⁰MP, p. 137.

determinação concreta do agenciamento; 2- mas também e abstratamente “uma máquina que não só se aplica a uma forma visível no geral (oficina, escola, hospital...), como também atravessa, no geral, todas as funções enunciáveis”³¹, e que se caracteriza pela fórmula abstrata (=função pura) de “impor qualquer conduta a qualquer multiplicidade humana”. A máquina abstrata é, assim, composta de matérias não formadas e de funções não formais (=abstratos) que se diferenciam das matérias formadas (prisão, presos...) e das funções formalizadas punir, tratar, fazer trabalhar (=concretos).

Resumindo, pode-se dizer que a forma de conteúdo “prisão” e a forma de expressão “delinqüência” são duas formalizações em relação de pressuposição recíproca determinadas por uma mesma máquina abstrata (=matérias e funções puras distribuídas para as duas séries), que se efetua necessariamente neste agenciamento concreto de “visíveis” e “enunciáveis”. É a máquina abstrata que faz com que os segmentos do agenciamento, embora formalmente distintos, não sejam exteriores um ao outro. A pressuposição recíproca, no uso criativo que fazem deste termo hjelmsleviano, é o fato de que a máquina (e o plano de consistência, veremos) compõe seus enunciados e seus estados de coisas os inserindo incessantemente um nos outros, em contínuo entrecruzamento.

“É como se a máquina abstrata e os agenciamentos concretos constituíssem dois pólos, e se passasse insensivelmente de um ao outro. Ora os agenciamentos distribuem-se em segmentos rígidos, compactos, bem separados por tampões, por estanquidades, por descontinuidades formais (a escola, o exército, a oficina, eventualmente a prisão...). Ora, pelo contrário comunicam-se entre si na máquina abstrata que lhes confere uma

³¹F, p. 58.

micro-segmentaridade flexível e difusa, de tal sorte que eles se assemelham todos, e que a prisão se estende através dos outros agenciamentos como se eles fossem as variáveis de uma mesma função sem forma, de uma função contínua (a escola, a caserna, a oficina são, já, outras tantas prisões...)”³².

A força de composição da máquina abstrata reside no seu modo de operação bifacial: envolve-se nos estratos dos quais ela define a unidade de organização pela constituição e conjugação dos vetores de desterritorialização que atravessam as formas, mas, veremos agora, desenvolve-se sobre o plano de consistência onde só há a pura matéria feita de multiplicidades singulares não segmentarizadas. Neste segundo nível, de funcionamento da máquina sobre o plano desestratificado, não se distinguem mais conteúdo e expressão.

Imanência do não-formado

Entretanto, não perceberemos todo o alcance desta conceituação sem uma mudança brusca de perspectiva. Começaríamos a indagar como alguma coisa sai dos estratos (deforma-se, dessegmentariza-se), mas, desde o início, deveríamos saber como as coisas aí entram, pois a ordem de passagem é do absoluto (da matéria instável não-formada) para o relativo (formações, estratos): “o que acontecia primeiramente era uma desterritorialização absoluta, uma linha de fuga absoluta, por mais múltipla e complexa que fosse, aquela do plano de consistência ou do corpo sem órgãos”³³. O capítulo deveria ser reescrito à luz desta inversão e só assim poderíamos compreender

³²F, p. 66 (grifo nosso).

³³MP, p. 72.

o potencial da máquina abstrata que realiza os agenciamentos concretos de conteúdo e expressão, mas o faz enquanto plano de variação contínua que alonga a linha primeira (abstrata) a todo o real³⁴.

Como se realizaria, então, esta passagem do desestratificado ao extrato: os extratos agem como verdadeiros buracos negros, com a principal atividade de formar as matérias do plano desestratificado, capturar fluxos e intensidades, fixar singularidades³⁵. E fazem isto através de duas operações: codificação e modos codificação (formas) e territorialização (substâncias ou matérias formadas). Uma primeira articulação - o conteúdo - escolheria, ou colheria nos fluxos-partículas instáveis, moléculas (substâncias), às quais impor-se-ia uma ordem de ligações (forma); enquanto a segunda - expressão - instauraria estruturas estáveis, compactas e funcionais (formas) e constituiria compostos molares onde estas estruturas se atualizariam (substância).

Mas como a máquina abstrata compõe códigos e territorialidades como desenvolvimento de uma linha de variação primeira, a partir de agenciamentos não estratificados, ela os atravessa de pontas de descodificação e de pontas de desterritorialização que fazem com que todo código (forma) comporte uma margem essencial de descodificação (suplementos capazes de variar livremente), da mesma maneira que substâncias (territorialidades) atravessam através dos estratos limiáres de desterritorialização que correspondem a estados mais ou menos estáveis, valências,

³⁴“Abstrato” não é de modo algum transcendental, irreal, é preciso que se lembre que o abstrato em Deleuze é absolutamente real, é a mais pura realidade, captada em “suas últimas partes infinitamente pequenas” (MP, p. 310) e independentemente das formas concretas onde encarna e das substâncias formadas.

³⁵MP, p. 54.

estados mais ou menos transitórios, ligações mais ou menos localizáveis (instabilidade contínua da matéria) O estrato deve ser concebido como populações que se territorializam e se desterritorializam, que se codificam e se descodificam. Não menos que se reterritorializam, o que acontece quando as linhas de fugas (que efetuam a linha abstrata ou linha de desterritorialização absoluta) são barradas, bloqueadas pelas formações de poder produzidas no próprio agenciamento e que as fazem perder seu potencial criativo, sua mobilidade e flexibilidade.

Dadas todas as variáveis, conteúdo, expressão, forma-código, substância-territorialidades, processos de desterritorialização e descodificação, reterritorialização, máquina abstrata, restaria ainda o plano de consistência e sua matéria aformal. E eis que já nos encontramos fora dos estratos, trazidos “à raiz da expressão no seu centro invisível e produtor, lá onde a realidade da distinção entre o conteúdo e a expressão (dos corpos e dos signos) não é mais pertinente, lá onde se elabora a potência de conjugação e de desterritorialização. Estamos no coração da substância mesma de Espinoza, mas concebida como a matriz intensiva, onde surgem e se produzem as intensidades...”³⁶

É, de fato, com Espinoza, que Deleuze chega a elementos que são “as últimas partes infinitamente pequenas de um infinito atual, estendidas num mesmo plano”, sem forma nem função, abstratos, que só se distinguem por movimento e repouso, lentidão e velocidade, afetos. Plano no qual “dançam elementos e materiais não agenciamento individuado de acordo com suas conexões, suas relações de movimento.

³⁶Phillipe Mengue, op. cit., p. 64.

Plano fixo da vida, onde tudo mexe, atrasa ou se precipita”³⁷. E os materiais não formados ou relativamente não formados que nele circulam não se qualificam mais como conteúdo, expressão, orgânico, inorgânico, natural, artificial. O plano ignora as diferenças de nível de grandeza e as distâncias e só considera as velocidades, os atrasos, são estas relações que formam agenciamentos, composições de velocidades, de ritmos, de movimentos.

Como notou Buydens, em Deleuze, o estatuto da forma e do formado implica secundariedade em relação ao não-formado: a forma “é, inicialmente, revelada no estatuto metafísico segundo que lhe é reservado: com efeito, a esfera da efetividade, como mundo das formas, enraíza-se no transcendental definido como Fora ou uma superfície intensiva e aformal que se desdobra em uma temporalidade (o *aion*) que é ela própria aformal”³⁸. O ponto de partida seria este transcendental que não se confunde com transcendente, na medida que sua imanência é absoluta como idealidade, virtualidade, potencialidade.

Não há dualismo ou oposição entre estrato e plano de consistência, entre transcendental e efetivo, dado que os próprios estratos são animados e definidos por velocidades de desterritorialização relativas e são perpassados por linhas de variação que se elaboram no plano de consistência³⁹. Porém, Buydens distinguiu uma tese e uma antítese no pensamento deleuzeano quanto ao estatuto da forma no campo prático. Que quer ela dizer com isto?

³⁷MP, por ordem das citações, pp. 310 e 312.

³⁸M. Buydens, *Sahara - l'esthétique de Gilles Deleuze*, Vrin, 1990, pp. 42, 43.

³⁹MP, p. 87.

“- Em um primeiro momento, Deleuze, como vimos, leva à estigmatização da forma pregnant no campo da efetividade (que é de algum modo o da tese). Ele a denuncia como *estrutura que oprime a livre fluidez do elementar*. De acordo com este primeiro momento, as segmentações autoritárias do mundo em objetos, sujeitos, instituições etc. são desveladas em sua essência carcerária...

- Em um segundo momento, Deleuze expõe o que qualificaremos de ‘antítese’: trata-se, nada menos, de *desfazer* estas formas, subvertê-las, ‘fazê-las fugir’ (...) a fim de liberar o elementar que elas encerram em suas quadriculações”⁴⁰.

O vigor da teoria de Deleuze deve-se, em parte, ao estatuto de um plano que em termos tomados emprestados de Hjelmslev seria o de uma função-matéria distinta das substâncias (matérias formadas) e das formas estratificadas, sem ser um caos de matérias não-formadas, nem um caos de quaisquer matérias formadas. Do conteúdo e da expressão restam: por um lado, um conteúdo-matéria que apresenta apenas graus de intensidade, de resistência, de aquecimento, de velocidade, e por outro, uma expressão-função, que dispõe de traços de expressão desterritorializados ou tensores. A matéria é aqui o nosso fio, é ela que nos mostra no agenciamento uma saída.

Kafka e as máquinas-agenciamentos

Voltemos às condições de descoberta do *agenciamento*, a *Kafka - Por uma literatura menor*. Deleuze e Guattari descobrem na obra de Kafka uma oposição formal entre elementos de conteúdo (cabeças abaixadas e erguidas) e de expressão

⁴⁰Buydens, op. cit., p. 61.

(fotos e sons). Em um primeiro momento aparecem fotos em que a cabeça abaixada (pendida...) mostra o desejo submetido, subjugado⁴¹. Por outro lado, proliferam os sons que fazem erguer a cabeça e apontam uma saída para o desejo. Pensamos tratar-se de uma estrutura com quatro termos organizados por relações binárias (entre os elementos de conteúdo ou entre os elementos de expressão) e relações biunívocas (entre expressão e conteúdo). Mas não é verdade que tal grade seja suficiente. É que o som, longe de ser uma forma de expressão, é uma pura matéria sonora, nem música, nem linguagem, é um intruso, desconhecido: cães músicos que produzem algazarra sem que saibam falar, cantar nem latir; alguém que toca piano sem tocar; o personagem da *Metamorfose* que produz gemidos que arrastam sua voz; e sua irmã, musicista, que faz apenas o violino gemer. “No som conta apenas a intensidade, geralmente monótona, sempre assignificante”⁴².

E, no entanto, sem este elemento informal nada compreenderíamos, já que é ele quem mostra por onde escapa o sistema e se desfaz a estrutura, é o elemento heterogêneo ou corpo saturador que faz o conjunto fugir, a linha de fuga que faz parte da máquina e que vai reagir sobre os outros termos agenciados. Assim o som exprime conteúdos cada vez menos formalizados, substâncias deformáveis como a cabeça que se ergue arrastada pela corrente de expressão sonora. Mas também o som rouba a rigidez das formalizações mais resistentes, arrastando fotos e cabeça abaixada para

⁴¹Ainda não falamos do desejo no agenciamento. Fundamental, já o agenciamento é antes de mais nada agenciamento de desejo. Como a apresentação deste conceito requer outros desenvolvimentos, não pertinentes no momento, cito uma passagem de MP, p. 497: “Os agenciamentos são passionais, são composições de desejo. O desejo nada tem a ver com uma determinação natural ou espontânea, só há desejo agenciando, agenciado, maquinado...”

⁴²K, p. 11.

novas linhas de intensidade. Nas novelas de Kafka, mostram os autores, o problema da metamorfose e do devir-animal equiivale a desorganizar as formas de expressão e de conteúdo através da matéria sonora, criando zonas de intensidade que liberem conteúdos de suas formas e a expressão do significante que a formalizava. Toda metamorfose é, assim, um conjunto de estados associados a esta matéria intensa, enxertados no homem na medida que ele busca uma saída.

Mas a obra de Kafka vai além desta estratégia de desterritorialização (libertação das formas) das novelas e que se mostra frágil, na medida que as linhas de fuga podem ser sempre impedidas por uma reterritorialização - parada sobre uma foto ou outra forma - que venha dificultar-lhe a passagem. O devir animal - transformar-se em inseto...- aponta a saída, mas esta não está propriamente nele. São os romances que irão propor a desmontagem de um agenciamento muito mais complexo, o desfazer-se de uma máquina social e política, que deixa à vista suas peças e engrenagens, todos os seus materiais, corpos, atos, movimentos....

Por um lado, proliferam máquinas técnicas (uma fornalha, uma máquina de escrever, mas também uma máquina castelo, tribunal, hotel), por outro fervilham enunciados, sobretudo jurídicos. Tudo em pleno funcionamento no seio de um agenciamento social que possui duas faces: é um agenciamento maquínico e um agenciamento coletivo de enunciação. Mas já aí o agenciamento que é relativamente segmentário, na medida em que forma blocos-segmentos (poderes e territórios) e fixa os fluxos fotografando-os, tem suas pontas de desterritorialização, por onde se foge e se faz fugir. Encontramos em Kafka os quatro aspectos do agenciamento, sua tetravalência. A questão que os autores fazem ouvir na sua obra - "quando se pode

dizer que um agenciamento é novo?”, “quando se pode dizer que um novo agenciamento se esboça?” - coloca-se no campo do desmonte dos agenciamentos: eis que então se esboça uma máquina burocrática, tecnocrática e fascista, ou, para o melhor, eis que se insinua um agenciamento revolucionário.

O nosso problema, da linguagem, do signo, da expressão, fica a partir daí preso à análise dos agenciamentos. Dado um enunciado, dado um conjunto de signos, nosso problema primeiro é saber qual agenciamento ele efetua, de que regime de signos participa, em que ponto cruza as formas de conteúdo, com que velocidade se aproxima do plano de consistência, se é potência criativa e alonga-se em direção aos limites (desterritorialização) ou se forma blocos de captura (reterritorialização). Montagem e desmontagem de agenciamentos, de linhas, blocos, forças, materiais. Só a montagem-desmontagem de agenciamentos pode nos dizer em que medida um fluxo escapa, cria, inventa, ou um bloco se cristaliza. E se os agenciamentos devem ser avaliados, pesados, é em função de critérios imanentes, “segundo seu teor em ‘possibilidades’, em liberdade, em criatividade”⁴³.

Quando podemos dizer que um enunciado é novo? quando um enunciado abre campos de possibilidades? Estas perguntas pressupõem uma análise de agenciamentos, já que aí os enunciados formam linhas de desterritorialização ou de segmentaridade (blocos), como em toda multiplicidade - para o melhor ou para o pior.

Multiplicidades languageiras

⁴³Deleuze, “Qu’est-ce qu’un dispositif?”, em *Michel Foucault Philosophe - Rencontre Internationale*, Seuil, 1989, p. 189.

Mas o que fazer se ao final de toda esta argumentação um personagem do tipo do interlocutor de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* insiste na relação mais que natural entre palavras e coisas, dizendo: “_Vindo uma palavra a minha mente, ‘cadeira’, por exemplo, logo consigo encontrar a coisa que ela representa, ou ainda quando escuto uma palavra, vem logo a coisa representada. E se vejo uma cadeira, a palavra ‘cadeira’ aparece instantaneamente, como se estivessem unidas por um laço inquebrantável”. Em suma, o que fazer com esta ligação direta que “sentimos” quando avaliamos a linguagem e as coisas. Ora, parece-me que poder-se-ia estender à linguagem aquilo que Deleuze diz do pensamento: “De um lado, é evidente que os atos de reconhecimento existem e ocupam grande parte de nossa vida cotidiana: é uma mesa, é uma maçã, é o pedaço de cera, bom-dia Teeteto. Mas quem pode acreditar que o destino do pensamento se joga aí e que pensemos quando reconhecemos?”⁴⁴.

São “situações simples demais”, que não nos conduzem ao que seja pensar ou falar no sentido pleno ou superior deste exercício. Confrontamos uma palavra e a coisa respectiva, acreditando que obviamente falamos do que vemos e vemos aquilo de que se fala; entre um lado e outro traçamos uma reta. Ora, diz Deleuze, encontramos-nos assim limitados ao exercício empírico da realidade que sondamos. Precisariamos abrir as palavras, abrir as coisas e extrair das palavras e da língua os enunciados que integram estratos e seus limiares, como das coisas extrair visibilidade como construtos próprios de um estrato⁴⁵. E o que falamos ou ouvimos deixa de ser o que vemos, “isto não é uma prisão” diz o enunciado de delinqüência. Uma disjunção,

⁴⁴DR, p. 224.

⁴⁵F, p. 79.

uma relação complicada. “Em suma, não se deve jamais confrontar palavras e coisas supostamente correspondentes, nem significantes e significados supostamente conformes, mas sim formalizações distintas em estado de equilíbrio instável ou pressuposição recíproca”⁴⁶. Challenger seria uma piada, realiza cada etapa do que diz quando acaba por dizer que “o que se faz ou o que se vê não é nunca o que se diz”?

Uma das conseqüências da teoria do agenciamento é impedir-nos de repartir o que existe em vértices ou segmentos estanques tais como ‘mundo’, campo de realidade a se reproduzir, ‘linguagem-signo’, instância representativa, e ‘sujeito’, campo de subjetividade. Não importa qual a instância representativa com o que alinhavamos nosso triângulo, pensamento, linguagem, livro; não importa também com quais outros elementos compomos triângulos. Todo agenciamento, toda multiplicidade (qualquer coisa, diga-se) é rizoma, heterogênea em si mesma, colocando em conexão elementos de diversas ordens⁴⁷. Em vez de nos propormos domínios separados ligados por relações do tipo representar, reproduzir, partimos de multiplicidades rizomáticas, heterogêneas, compostas por linhas que se articulam, se estratificam (territorialidades ou segmentaridades), e linhas de fuga, movimentos de desterritorialização, seguindo a qual a multiplicidade atinge sua dimensão máxima, conecta-se as outras multiplicidades e muda de natureza.

Assim é análise do livro e do mundo em *Mille Plateaux*. Um livro não imita o mundo, não o representa, não é dele uma imagem. Um livro é uma multiplicidade, um agenciamento de linhas, um composto de diferentes matérias. Neste emaranhado-livro,

⁴⁶MP, 87.

⁴⁷MP, p. 34.

movimentos de desterritorialização e processos de reterritorialização conectam outros processos que doravante lhe são relativos; prendem-se uns aos outros um campo de realidade (mundo) um campo de representação (linguagem-livro) e um campo de subjetivação (sujeito-autor), eis o livro. Uma corrente passa entre eles, um processo acontece aí, no meio deles, um rizoma⁴⁸.

A linguagem e o mundo, de que modo podemos pensar em uma linguagem que desterritorializa as coisas e as subjetividades, que as faz correr em terras desconhecidas, participando de um devir nos homens e nas coisas que é processo contínuo de invenção de formas, desequilíbrio criativo. Mas quando a expressão constrói seus segmentos estanques - sobre os quais vêm se chocar singularidades fluidas - ela é aí reterritorializante. É este tipo jogo que permeia o destino das formas, palavras e coisas fazem processo entre si, assim como o pensamento não se posa diante ou fora do mundo, mas faz com ele rizoma, compõe linhas que os afeta ambos, que os arrasta ou os retesa. Finalizando: só o rizoma e o agenciamento nos fazem sair das dicotomias, dos triângulos. Procurar o processo que acontece entre as multiplicidades, fazer o rizoma.

⁴⁸MP, p. 18.

Capítulo 2: Variáveis pragmáticas da enunciação

Já nos encontramos em meio ao que Deleuze e Guattari consideram sua *pragmática*. A pragmática não procura essências (o que uma coisa é, o que é a linguagem?), mas “em que casos, onde e quando, como...” qualquer coisa surge, desenvolve-se, funciona; o estudo pende para os acontecimentos e circunstâncias¹. Um conceito como o de agenciamento e a gama de variáveis que o determinam nada nos diz sobre a essência das multiplicidades em pauta, mas nos coloca imediatamente frente às linhas que as compõem, aos movimentos que processa e às paradas, às formas que se estabelecem, às mutações que realizam...

Os conceitos devem estar sempre ligados a um maquinismo nas coisas e nos enunciados. Uma noção como a de ‘expressão’ evidencia práticas expressivas em funcionamento, cabendo-nos indagar como funcionam, o que as faz funcionar, quando e onde. Conhecendo já a heterogeneidade de composição do estrato linguageiro - os agenciamentos, o conteúdo, a máquina abstrata, o plano não-formado -, podemos avançar aos pressupostos “interiores” à máquina semiótica, mais diretamente, às *variáveis* que coloca em jogo o agenciamento de enunciação e que determinam o seu funcionamento. Começaremos pela *palavra de ordem*, a variável pragmática mínima pela qual se tece o agenciamento social. Seria na confluência de três teses que a palavra de ordem encontraria sua conceituação. Passamos a expô-las.

¹PP, p. 39.

Palavras de ordem

A descoberta pela filosofia da linguagem de enunciados performativos e sua generalização na tese dos atos ilocutórios² mostrou-se fecunda no campo teórico da lingüística e os “atos de fala” passaram a ser amplamente analisados pela disciplina. Deleuze cita seu “belo encontro” com Ducrot e alguns trabalhos e conceitos do lingüista inseridos neste quadro teórico são articulados à sua pragmática³. Interessante, antes de mais nada, as evidências de uma relação intrínseca entre enunciados e certas ações que se realizam pela linguagem, sejam atos performativos do tipo prometer, jurar, que realizamos dizendo-os (“eu te prometo”), ou, mais amplamente, atos ilocutórios que realizamos ao dizer (perguntar, afirmar...). Mas não basta sectionar o campo enunciativo em tipos de atos: a expressão inteira mostra-se provida de uma força ilocutória, que dependendo de “regras ou convenções sociais” determina atos de linguagem, isto é, um conjunto variável de formas eficazes em criar obrigações e vínculos. A fórmula mais simples de uma pergunta tem o poder de envolver os interlocutores em determinadas obrigações, por exemplo, a de dar resposta.

As conseqüências da revelação de uma tal interioridade entre enunciados e atos foram muitas. Para a lingüística, uma grande produção teórica em diversas sub-áreas procurou colher os efeitos de uma súbita e inevitável pragmatização no estudo da

² Cf. J. Austin, *Quando dizer é fazer*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

³ Deleuze se refere às pesquisas que caminham no sentido de uma pragmatização da linguagem - Barthes, Nathalie Sarraute, Ducrot, Labov - e que tem com seu trabalho uma causa comum como a “encontros” (PP, p. 43). Ducrot é um “belo encontro”. Sobretudo são citados deste autor *Dire et ne pas dire*, 3ª ed., Paris, Hermann, 1991, e “De Saussure à la philosophie du langage”, prefácio a *Les actes de langage*, de John Searle, Hermann, Paris, 1972.

linguagem. Na filosofia de Deleuze, e mais precisamente na formulação de uma pragmática, a doutrina dos atos de fala tem uma consequência precisa: ela aponta justamente o que precisa ser descrito. Não se trata de classificar os enunciados que realizam atos, mas de definir uma função coextensiva à linguagem que determina, em todas as línguas e sociedades, a existência (“molecular, não aparente, heterogênea”) de palavras de ordem, de uma “faculdade abominável que consiste em emitir, receber e transmitir palavras de ordem” e que teria começado a se revelar na tese do ilocutório ou dos pressupostos implícitos não discursivos (relação imanente dos enunciados com os atos)⁴. Provisoriamente, seriam palavras de ordem os enunciados-atos interiores à língua e a linguagem, mas não coincidentes com elas, que distribuem em um campo social dados obrigações, ordens e obediência.

Entretanto, a conceituação de palavra de ordem, aparentemente calcada na generalização do ilocutório, exige uma maior explicitação da idéia de *ato* aí implicada e leva a teoria dos atos de fala a encontrar-se com a doutrina estoica dos atos ou transformações incorporais - amplamente tematizada em *Lógica do Sentido*. “Se se quer passar a uma definição real do agenciamento coletivo, perguntar-se-á em que consistem os atos imanentes à linguagem, que fazem redundância com os enunciados, ou fazem palavras de ordem”⁵. O que seria, então, um ato incorporal ou uma transformação incorporal ?

A sentença de um juiz que transforma o acusado em condenado seria um ato

⁴ MP, p. 95.

⁵ MP, p. 102.

incorporal: atribui-se aos corpos, modifica-os, mas distingue-se dos corpos ou das misturas de corpos na medida em que se atribui a eles como um puro ato instantâneo, o ato é “o expresse da sentença do juiz”⁶. O que caracteriza o ato incorporal é sua dupla face: é o expresse de uma proposição e o atributo de um corpo. Sendo a instantaneidade a marca de sua realização, pois é no momento mesmo de sua enunciação que se produz o efeito sobre os corpos. São transformações incorporais os decretos que se atribuem aos corpos da sociedade modificando instantaneamente as maneira de ser e de agir. Simultaneidade do ato e do efeito. São transformações incorporais as categorias de idade que atribuímos aos corpos, por exemplo, o momento a partir do qual nos tornamos adultos, o dia que deixamos de ser criança, quando somos considerados idosos... “Isto é um assalto” ou “o avião está seqüestrado” não informa, mas transforma uma situação de corpos, realiza a transformação incorporal que institui vítimas e reféns, como puros atributos incorporais.

Os atos incorporais se distinguem, assim, dos corpos ou das misturas de corpos - a faca que entra na carne, o ferro e o fogo, a água e o vinho - isto é, das transformações corporais. Retomamos os dois planos do ser segundo os estóicos: de um lado, os seres corporais, profundos e reais; de outro, o plano dos acontecimentos incorporais “que se jogam na superfície do ser e que constituem uma multiplicidade sem liame e sem fim de seres incorporais”⁷. Multiplicidade de corpos e de misturas de corpos; multiplicidades de atos incorporais imanentes, na superfície dos corpos e nas

⁶ Bourdieu, comenta sobre o discurso jurídico: “é uma palavra criativa, que faz existir o que ela enuncia. Ela é o limite que pretendem todos os enunciados performativos...” (*Ce que parler veut dire*, op. cit, p. 21).

⁷ Émile Bréhier, *La théorie des incorporels dans l'ancien stoïcisme*, 7^a ed., Vrin, 1987, p. 13.

bordas das proposições.

Entre uma série e outra não há identidade, da mesma maneira que entre conteúdo e expressão havia agenciamento. A explicitação dos atos incorporais permite determinar a natureza própria da relação entre expressão e conteúdo: um ato de linguagem atribui-se aos corpos, intervém de alguma maneira, insere-se no conteúdo e “introduz novas decupagens entre os corpos”, de tal modo que “a cadeia das transformações instantâneas vai se inserir, o tempo todo, na trama das modificações contínuas”⁸. A conceituação de agenciamento e de palavra de ordem depende, assim, da explicitação deste vínculo existente entre os enunciados e o “conjunto das transformações incorpóreas em curso em uma sociedade dada, e que se atribuem aos corpos desta sociedade”⁹. Mas ainda precisamos de uma terceira tese que nos permitirá retomar todos os lances da estratégia de Deleuze e Guattari.

Na busca de diferenciar a linguagem humana do código gestual das abelhas, E. Benveniste faz notar que o processo de comunicação destes insetos se limita à comunicação de um dado objetivo, o local em que o alimento foi encontrado. Assim, a abelha que descobre uma fonte de alimento pode comunicar a direção e a distância às que não viram, mas uma abelha que recebeu a mensagem não pode transmiti-la a outras e nem responder à primeira. Esta abelha “receptora da mensagem” irá ao local e somente na ocasião de seu retorno ela comunicará às outras o que ela viu. A comunicação entre abelhas vai necessariamente de um “visto” a um “dito”. De modo

⁸ MP, p. 110.

⁹ MP, p. 102.

diverso, a linguagem humana se constrói primordialmente sobre o dito. Na comunicação humana dialogamos, isto é, reagimos lingüisticamente a uma manifestação lingüística. Mas sobretudo somos capazes de relatar o que alguém nos disse. “O caráter da linguagem é de procurar um substituto da experiência apto a ser transmitido sem fim no tempo e no espaço”¹⁰.

É a possibilidade de reportarmo-nos sem limites aos enunciados precedentes o que caracteriza o movimento de translação próprio à linguagem humana: algo se transmite de um segundo a um terceiro, de um dito a outro. A primeira operação da linguagem, para Deleuze, seria o discurso indireto. A linguagem é a “transmissão” sucessiva de “algo que foi comunicado” e não de algo que foi visto (ela não é um decalque da realidade). Dado o caráter fundamentalmente indireto da linguagem, pode-se relativizar o postulado de uma função comunicativa ou informativa como princípio da linguagem humana. De um dito a outro, os homens não informam o que viram, mas redizem o que ouviram falar. E o que eles transmitem são as palavras de ordem dadas no agenciamento que integram.

O estatuto da palavra de ordem, desta função-ordem coextensiva à linguagem, pressuporia, assim, as três teses anteriores: a- a generalização do ilocutório; b- as transformações incorporais em curso no campo social; b- a determinação primeira da linguagem como transmissão de algo que foi comunicado. Diríamos que a palavra de ordem é o agenciamento real mínimo de um enunciado e de um ato em um campo de translação de enunciados. É a relação de todo enunciado enquanto ato de fala (ou

¹⁰ *Problèmes de Linguistique Générale I*, Gallimard, 1966, p. 61.

ilocutório) com os atos incorporais (e que se atribuem aos corpos) no seio de agenciamentos coletivos impessoais, isto é, no curso de um discurso indireto que a transmite de enunciado em enunciado.

Como unidade elementar da linguagem, a palavra de ordem nos diz que mesmo as menores unidades lingüísticas não portam prioritariamente uma informação, mas um tipo de ordem: “A informação é apenas a condição mínima para a transmissão de palavras de ordem”. De tal modo que uma regra gramatical seria um “marcador de poder antes de ser um marcador sintático”¹¹. Lembra Bourdieu a este respeito: “Benveniste observava que as palavras que, nas línguas indo-européias, servem para expressar o direito ligam-se à raiz “dizer”. O dizer direito, formalmente conforme, pretende, por isso mesmo, e com chances nada desprezíveis de êxito, dizer o direito, isto é, o dever ser”¹².

“Toda palavra de ordem deve ser deduzida da soma de particularidades de uma situação política determinada”¹³. Toda palavra de ordem funciona circunstancialmente, em agenciamentos específicos, atestando justamente o estado de entrelaçamento (=agenciamento) em que existem expressão e conteúdo. As palavras de ordem colocam a língua em relação com o fora, embora o façam do interior da enunciação mesma, precisamente porque são imanentes à língua. A pragmática, na filosofia de Deleuze, é esta colocação da língua e da linguagem em relação com o fora (fazer com ele agenciamento, rizoma) a partir da evidência de variáveis internas à

¹¹ MP, por ordem de citação, pp. 100, 96.

¹² Bourdieu, 1982, op. cit., p. 20.

¹³ MP, p. 106.

expressão que aí intervêm. Neste sentido, a palavra de ordem é a variável elementar da pragmática, já que determina os pontos de inserção, sempre variáveis, dos enunciados nos conteúdos.

“Enquanto a lingüística se atém a constantes - fonológicas, morfológicas ou sintáticas - relaciona o enunciado a um significante e a enunciação a um sujeito, perdendo, assim, o agenciamento, remete as circunstâncias ao exterior, fecha a língua sobre si e faz da pragmática um resíduo. Ao contrário, a pragmática não recorre simplesmente às circunstâncias externas: destaca variáveis de expressão ou de enunciação que são para a língua razão internas suficientes para não se fechar sobre si”¹⁴.

Resumindo, a pesquisa sobre a linguagem objetiva evidenciar as variáveis interiores à enunciação que revelam o modo de funcionamento do agenciamento de enunciação em um agenciamento mais complexo (que integra o conteúdo). Estas variáveis não seriam idênticas à linguagem e às línguas, mas sua condição. Conjugam-se em uma função-linguagem ou palavra de ordem que se caracteriza pelo agenciamento elementar de um ato e de um enunciado, transmitida de um enunciado a outro, circulando em um agenciamento coletivo.

A aplicação aqui do método que Arnaud Villani¹⁵ evidenciou na obra de Deleuze pode ser útil e esclarecedora para finalizarmos esta descrição conceitual. Três aspectos orientariam a pesquisa deleuzeana segundo a própria indicação do filósofo: 1) um tipo de erro que se pretende combater e que determina a função polêmica do trabalho, do livro; 2) um esquecimento que se quer reparar; 3) um novo conceito que é criado. Villani monta um curioso diagrama das obras de Deleuze segundo estes três

¹⁴ MP, p. 104.

¹⁵ “Méthode et théorie dans l’oeuvre de Gilles Deleuze”, *Temps Modernes*, n° 586, jan/fev 1996.

parâmetros. Cada livro pode ser descrito em termos de erro, esquecimento e novo conceito. Como exemplo, dado pelo próprio Deleuze, em *Proust* combate-se o erro de acreditar que se trata da memória, repara-se o esquecimento dos signos e cria-se o conceito da coexistência dos três tempos (e não dois). Quanto ao nosso assunto, tal como é apresentado em *Mille Plateaux*, poderíamos destacar:

- 1) O erro de pensarmos a linguagem segundo as categorias da informação e da comunicação e nos fecharmos no interior da língua em constantes fonológicas, morfológicas e sintáticas;
- 2) Esquecemos o agenciamento, o fato de que multiplicidades languageiras encontram-se abertas a um plano de exterioridade que não se confunde com “circunstâncias externas”.
- 3) A palavra de ordem é o novo conceito que repara as falhas anteriores, fazendo da linguagem um campo de translação de enunciados-atos imanentes, como unidade elementar do agenciamento.

A partir desta conceituação, algumas teses mais ou menos aceitas sobre a linguagem podem ser problematizadas. Acreditar que a comunicação e a informação sejam a primeira função da linguagem decorre de uma imagem ilusória da linguagem, dando prioridade às descrições de dados objetivos, minimizando as transformações que se realizam intrinsecamente à linguagem, desconhecendo a natureza dos atos. Em seguida, a colocação da pragmática como acessório é injustamente fundada no esquecimento do agenciamento. As variáveis do agenciamento, as variáveis pragmáticas, por contraste às constantes fonológicas e morfológicas são parâmetros em função dos quais um enunciado deve ser avaliado se objetivamos saber como uma

palavra forma uma enunciação completa: “a palavra de ordem é, precisamente, a variável que faz da palavra como tal uma enunciação”¹⁶.

Teríamos, ainda, condição de retomar o problema introduzido no capítulo precedente e que se refere à relação entre a linguagem e o mundo. Vimos que noções como representar, significar e corresponder descaracterizavam o agenciamento entre duas multiplicidades reais (práticas discursivas e não discursivas). Cometem o erro de postular que é representando ou descrevendo um conteúdo que uma expressão entra em contato com a realidade das “coisas”. A distinção dos estóicos entre duas séries, corpos e misturas, sentido e transformações incorporais é decisiva a este respeito: entre a ação de um corpo (faca) sobre outro (carne) e o enunciado “a faca corta a carne” duas ordens de seres se estabelecem, corporais e incorporais. Os seres incorporais exprimem uma maneira do ser corporal, um acontecimento ou fato que resulta da ação dos corpos, o fato de ser cortado. Mas exprimir não é descrever um acontecimento, é atribuir aos corpos um acontecimento que só existe na superfície dos corpos - cortar, verdejar -, isto é, na interioridade de um ato de linguagem que intervém nos corpos. Assim se define a natureza do agenciamento entre conteúdo e expressão, é intervenção, inserção, decupagem que o enunciado realiza entre os corpos, “os signos trabalham as próprias coisas, ao mesmo tempo em que as coisas se estendem ou se desenrolam através dos signos”. Assim “um agenciamento de enunciação não fala ‘das coisas’, mas fala diretamente os estados de coisas ou estados de conteúdo”¹⁷.

¹⁶ MP, p. 105.

¹⁷ As duas últimas citações encontram-se em MP, p. 110.

Por fim, poderíamos pensar na gênese dos agenciamentos e dos enunciados como decorrência de um coletivo, já que um enunciado contém sempre um outro, um enunciado atesta sempre a presença de um agenciamento coletivo que nos comunica, impessoalmente, um conjunto de palavras de ordem. Diversas vezes Deleuze se opôs à concepção que ele considera ‘personalista’ da linguagem¹⁸. Fazer das duas primeiras pessoas a condição primeira de toda enunciação lhe parece incorreto, ainda que seja necessário, ao tratar da enunciação, determinar o aparecimento dos processos de subjetivação que regulam a atribuição de pessoas. O que é primeiro na enunciação são agenciamentos coletivos impessoais e não sujeitos diferenciados como causa de enunciados. São antes formações impessoais que estabelecem a condição de aparecimento de enunciados e palavras de ordem, e respondem pelos processos de formação de sujeitos. O agenciamento de enunciação seria um interminável discurso indireto livre, um burburinho, nem primeira, nem segunda pessoa, um ‘fala-se’ indeterminado: “Dependo sempre de um agenciamento de enunciação molecular, que não é dado em minha consciência, assim como não depende apenas de minhas determinações sociais aparentes, e que reúne vários regimes de signos heterogêneos”¹⁹.

Linhas de fuga

¹⁸ MP, p. 324; CC, p. 13. Esta concepção seria, como exemplo, a de E. Benveniste em “De la subjectivité dans le langage” (1966, op. cit.).

¹⁹ MP, p. 101.

Foi dito anteriormente que todo agenciamento tende para dois pólos: volta-se para o estrato e para os processos de estratificação e formação, mas sua outra face dirige-se ao plano de consistência das matérias não-formadas. Por um lado, ele “opera por estratificação, ou seja, forma um conjunto vertical e hierarquizado que atravessa as linhas horizontais em profundidade. Ele só retém, portanto, tais e tais elementos cortando suas relações com outros elementos que, então, se tornam exteriores, inibindo, retardando ou controlando essas relações”²⁰. Ora, o plano de consistência tem justamente a função inversa: “é o movimento (a face de movimento) que se estabelece entre as partes de cada sistema e de um sistema ao outro, atravessa-os a todos, abarca-os, e os submete à condição que os impede de serem absolutamente fechados”²¹.

A obra de Deleuze é profundamente marcada por esta distinção (de direito) que ela encontra em misturas (de fato) no real. Podemos até dizer que esta distinção abstrata seja determinante de um método (e um estilo) em sua filosofia. Em cada agenciamento analisado, separar as linhas que o atravessam segundo as duas direções: enquanto forma contornos, figuras, “dentros”, estrias, segmentos, blocos; e enquanto segue por um linha de variação que lhe é própria e o atravessa de devires, metamorfoses, estados, variações, intensidades, mudanças, novas relações.... Método do lineamento²². Todo agenciamento pode ser assim mapeado: os planos de estratificação e desestratificação “carregam” as linhas “positiva” ou “negativamente”,

²⁰ MP, p. 540.

²¹ C1, p. 87.

²² MP, p. 249.

segundo seu potencial de variação e fuga ou sua aderência aos segmentos estanques do estrato. Uma formação social compõe - assim como um quadro, um conto, um delírio, um indivíduo, um grupo - um sistema retilíneo, na medida que opera um esquadriñar do espaço ou da matéria. Mas na medida que o sistema está sempre aberto a um plano de consistência não formado, não segmentado, que tudo coloca em relação, que conecta os pontos, pode-se dizer que “alguma coisa sempre corre ou foge”²³.

Precisaríamos, então, saber como o agenciamento de enunciação e as palavras de ordem seriam afetados por estes coeficientes de desestratificação que os fazem mais ou menos flexíveis, mais ou menos variáveis, tanto mais criativos e novos quanto mais desestratificados (com formas e substâncias sendo capazes de variar livremente), tanto menos criativos quanto mais são estratificados²⁴. Enfim, podemos começar a colocar o problema que nos seria pertinente: quais sistemas nos mostram teores de criatividade que favorecem o surgimento de novas formas?

“O problema é o de fazer bascular o agenciamento mais favorável: fazê-lo passar, de sua face voltada para os estratos, à outra face voltada para o plano de consistência ou para o corpo sem órgãos”²⁵.

A palavra de ordem como variável que imbrica linguagem e corpos deve ser ela mesma afetada por este dúbio potencial indissociável do agenciamento; ela recebe e determina dois tratamentos que correspondem às duas polaridades do agenciamento. A

²³ MP, p. 264.

²⁴ Para alguns textos de Deleuze e Guattari, os termos codificação e decodificação referem-se às formas (de conteúdo e expressão), e os termos territorialização e desterritorialização às substâncias (de conteúdo e expressão). Levando-se em conta outras passagens (por ex., MP, p. 71), o termo desterritorialização poderia ser sobreposto à desestratificação de maneira geral (de substâncias e de formas), autorizando o uso mais abrangente do conceito que faremos ao longo da tese.

²⁵ MP, p. 167.

palavra de ordem é sentença de morte e grito de fuga. Uma valência não sucede à outra, a fuga não é reação à sentença que veicula a palavra de ordem. Simultaneamente ela contém estes dois tons e ora prevalece um ou outro, a morte ou a fuga. Mas em que sentido fala-se de morte e de fuga na palavra de ordem? Elías Canetti encontrou a forma mais primitiva de ordem, entre os animais, na sentença de morte (um olhar, um rugido) que o predador dirige à sua vítima e que a obriga a fugir. A primeira ordem é de fuga. E “a fuga é a instância única e derradeira diante da qual se possa recorrer dessa sentença de morte”²⁶. Deleuze e Guattari mantêm os dois termos da ordem em Canetti, morte e fuga, mas os fazem ressoar com tons próprios dentro da sua conceituação de palavra de ordem.

A palavra de ordem, enquanto sentença de morte, designaria transformações incorporais pelas quais os corpos se limitam, separam-se, interditam-se, formam figuras, ganham contornos claros e estáveis. A morte como transformação incorporeal geral é o atributo por excelência que cria fronteira entre corpos, formas, é o limite. Os elementos de expressão teriam, neste caso, um poder de sentença, inserindo-se entre os elementos de conteúdo que ganhariam, no agenciamento, contornos claros e limites (figuras) para suas misturas. Podemos dizer que este é o modo maior de funcionamento do agenciamento, que tende à extração de constantes (contornos e sentenças), à reterritorialização dos elementos agenciados sobre tais constantes e à estratificação do conjunto do agenciamento sobre as linhas duras.

²⁶ Elías Canetti, *Masse et Puissance*, Gallimard, 1966, p. 322.

“Então, como chegar a falar sem dar ordens, sem pretender representar algo ou alguém, como conseguir fazer falar aqueles que não têm esse direito, e devolver aos sons o valor de luta contra o poder?”²⁷. Todas estas questões encontram-se no traçado para a linguagem de um tipo de linha de fuga. Voltar a palavra de ordem à sua face que é grito de alarme, encontrar o tom em que as palavras deixam de dar ordens e impor contornos para seguirem elas próprias uma linha de variação contínua, onde a palavra não tem mais valor de sentença ou de constante e comunica-se a um conteúdo que é também metamorfose contínua sobre uma linha de transformações incorporais incessantes e inusitadas. Quando as palavras atingem este estado de variação, de não-ordem, de intensidade, de potência material, e o conteúdo é movimento contínuo de dissolução de formas, é pura potência incorporal, diz-se que tendem ao limite, ultrapassam as formas e as constantes e se encontram em uma matéria intensa sobre o plano de imanência. O agenciamento encontra aqui as condições de desterritorialização (metaestabilidade) favoráveis à invenção e à novidade.

Em *Kafka* já se previa este duplo tratamento do enunciado: ora ele “prefigura as formas rígidas onde (os conteúdos) vão vazar-se”, ora os faz “passar em uma linha de fuga ou de transformação”. Nos dois modos ou tratamentos estaria explicitado um “adiantamento” da expressão em relação ao conteúdo, o que em algumas passagens foi chamado de primado da expressão, na medida que é da expressão lingüística intervir, enquanto forma de expressão desterritorializada, no conteúdo. Esta determinação que exerce a expressão sobre o conteúdo não a libera de ser ela mesma determinada pelo

²⁷ PP, p. 61.

agenciamento, tanto quanto os conteúdos²⁸. Em *Foucault*, reaparece o problema da coadaptação entre as duas formas e do primado do enunciado. No entanto, se as formações discursivas podem reivindicar um papel determinante, o conteúdo não pode ser a ela reduzido, o primado não é redução, o visível possui suas próprias leis e sua autonomia²⁹.

Uma tarefa da tese seria percorrer os agenciamentos de enunciação, de língua e de linguagem em que o filósofo encontra estados desterritorializados, procedimentos variáveis, dinamismos em multiplicidades languageiras. Na literatura, nos tantos agenciamentos de enunciação que são as obras de Kafka, Melville, Artaud, Roussel... Mas Deleuze não se limita a apontar uma saída pela arte, como diz Mengue³⁰. Entrever, multiplicar as linhas de fuga em todos os domínios, e não restringi-las. De modo que um agenciamento familiar, hospitalar, partidário, um agenciamento científico ou artístico poderiam preparar e desenvolver as condições de enunciação coletiva que não sejam comando e interdição.

Regimes de signos

A pragmática de Deleuze não fornece um modelo (de tipo estrutural, gerativo...) nem unidades (categorias ou constantes), mas variáveis pragmáticas, isto é,

²⁸ K, p. 124.

²⁹ F, pp. 75, 76, 89.

³⁰ De início, é interessante o que ele faz notar: que uma micro-política é constituída primeiramente sobre a forma de expressão, já que seriam os enunciados que levariam à desterritorialização dos conteúdos. Mas dizer que para Deleuze o “o agenciamento revolucionário só pode ser artístico e literário” (Mengue, op. cit. p. 103), é uma afirmação questionável.

variáveis de uma pragmática “que define a efetuação da condição da linguagem e o uso dos elementos da língua”. Assim como as palavras de ordem, os regimes de signos são variáveis de expressão, isto é, pressupostos intrínsecos à linguagem, sem os quais ela seria pura virtualidade. A forma de expressão lingüística implicaria necessariamente estes regimes de signos: “denominamos regime de signos qualquer formalização de expressão *específica*, pelo menos quando a expressão for lingüística”³¹. Aqui se seqüenciam várias noções que podemos recuperá-las da seguinte maneira: estratos antropomórficos, forma de expressão lingüística, conteúdo e expressão, extração de uma semiótica ou regime de signos:

Não encontraremos a linguagem fora de um *meio que a distribui*, é isto um regime de signos, um meio semiótico específico, provisório, jamais universal, que se espalha pelas línguas e que se efetua graças aos agenciamentos variáveis de uma sociedade em determinados momentos e condições históricas (“os agenciamentos se reúnem em regimes de signos”). Se a estratificação é um esquadrinhar da matéria expressiva, o regime de signos determina um modo de esquadrinhar, definindo as trajetórias e coordenadas dos fluxos que se agenciam. Identificam os autores de *Mille Plateaux* quatro tipos de regimes de signos ou semióticas: significante, pré-significante, contra-significante e pós-significante. Mas concretamente só existiriam regimes mistos, combinados, em condições tais que um tipo de semiótica pode apenas exercer uma dominância relativa³².

³¹ MP, p. 140 (grifo nosso).

³² MP, pp. 152, 169.

Sem o propósito de me estender na caracterização dos tipos de semióticas, vejamos alguns exemplos que as evidenciam. Em que sentido dizemos que uma semiótica é *significante*? Nos termos do *Anti-Édipo*, este regime é marcado pela bi-univocização do campo social que é “o esmagamento do real polívoco em proveito de uma relação simbólica entre duas articulações: era, pois, *aquilo* que *isso* queria dizer”. Teria nestes regimes expansão a idéia de *signo* (uma coisa significando outra), contaminando todo a produção semiótica; signo como função-ordem do real. O que gera um tipo de questão característica: “o que isto quer dizer?”, sendo menos importante o significado (o *aquilo* que isto quer dizer) do que o fato que isto e tudo sempre quer dizer outra coisa, é um *significante*³³. Seria uma semiótica imperial em suas origens e imperialista, em sua disseminação, vide seus métodos expansionistas: a- a expansão da noção de signo aos estratos ditos naturais (não-lingüísticos) e; b- a expansão do *significante* sobre todos os signos e sobre toda a extensão do estrato linguageiro.

O *regime significante* seria um meio que distribui os elementos expressivos de uma semiótica em termos de saltos. Incansável e necessariamente vamos de um elemento a outro, de um círculo a outro a partir das regras e coordenadas que o sistema fornece. Saltar, *interpretar*, relacionar, deslizar são as funções de uma tal formalização³⁴. Em outro momento, no texto de Guattari “La place du signifiant dans l’institution”, define-se a semiótica *significante*, por oposição à *pré-significante*, como aquela que todas as suas substâncias de expressão (sonoras, visuais etc.) estão

³³ AE, pp. 120, 243 (referências dadas pela ordem de ocorrência das citações).

³⁴ Os aspectos deste regime aparecem em MP, pp. 141-147,

centradas sobre uma única substância significante de referência. Enquanto as semióticas pré-significantes “colocariam em jogo vários tipos de substâncias, por exemplo, para as sociedades arcaicas, uma semiótica gestual, uma semiótica da mímica, uma semiótica postural, uma semiótica das inscrições sobre o corpo, uma semiótica ritual etc...”³⁵.

Desta semiótica *pré-significante* diversa do regime significante destacar-se-ia, então, o pluralismo e a polivocidade das formas de expressão “que conjuram toda tomada de poder pelo significante, e que conservam formas expressivas próprias ao conteúdo”: assim formas de corporeidade coexistem com a forma vocal, em um conjunto heterogêneo de formas e substâncias de expressão, uma multidimensionalidade das práticas semióticas. Estas semióticas estariam mais próximas das codificações naturais que operam sem signos³⁶.

Já poderíamos colher uma primeira consequência teórica destas distinções. Se podemos falar em signos nos casos de estratos languageiros (rigorosamente quando há distinção real e categorial entre conteúdo e expressão) e em regimes de signos como formalização específica da expressão lingüística, não poderíamos falar de signos com relação a todos os estratos e codificações, já que as formas de expressão orgânica prescindem da constituição de um substância semiótica (ex. código genético). Nem todos os estratos são semiotizados, nem todos os regimes de signos operam por significação, ficando reservado este último modo de estratificação para um tipo de

³⁵ Guattari, “La place du signifiant dans l’institution”, op. cit, p. 3.

³⁶ MP, p. 147 e seguintes.

regime de signos, o significante. Haveria regimes de signos tendendo às codificações naturais operando sem signos. Um método expansivo tenderia a por signos em todos os estratos e significantes em todos os signos. Quanto aos autores, preferem um método restritivo, cujas bases aparecem assim resumidas:

“Primeiramente, há formas de expressão sem signos (por exemplo, o código genético não tem nada a ver com a linguagem). Os signos se dizem somente em certas condições de extratos e nem se confundem com a linguagem em geral, mas se definem por regimes de enunciados que são outros usos tantos usos reais ou funções da linguagem.”³⁷

Outros tipos de semiótica, além da dita primitiva, operariam de modo diverso ao significante. Um terceiro tipo de semiótica, chamada *contra-significante*, basear-se-ia na aritmética e na numeração e seria o signo numérico o que aí marca, reparte, distribui funções e relações; um tipo de semiótica de uma máquina de guerra nômade (nômades guerreiros). Por fim, a semiótica *pós-significante* instauraria um ponto de onde parte uma linha de subjetivação ou de assujeitamento que opera uma individuação da enunciação e a constituição de sujeitos, enquanto o regime significante operava uma uniformização da enunciação pela significância. Édipo errante pós Édipo imperial e significante³⁸. Estas referências sumárias a cada tipo de semiótica só têm valor na medida que nos aproximam do que o autor chama de regime de signos e que tratamos até então como coordenadas ou modelos de organização que formalizam o campo expressivo, mas que são elas mesmas formalizadas em agenciamentos sociais complexos.

³⁷ MP, p. 87.

³⁸ MP, p. 149 e seguintes.

Mas os regimes de signos não se limitariam aos quatro tipos que foram apresentados; nada impede que outros modos de organização sejam descritos nem que outros tantos venham a aparecer. É que “a linguagem não tem universalidade em si mesma”³⁹. Ela pressupõe sempre uma pragmática generalizada que distribui em todos os casos, momentos e agenciamentos, as variáveis de organização, de uso, de poder, de desestratificação e de criação.

Uma das conseqüências desta pragmatização (ou desuniversalização) da linguagem e da descrição do regime signifiante como um entre outros é que consideramos os modelos lingüísticos (por exemplo, a lingüística saussuriana) universalmente aptos a explicar os fundamentos da linguagem, e, no entanto, os reencontramos presos em engrenagens particulares, em máquinas semióticas que os determinam e que devem ser elas mesmo explicadas. De que maneira um conceito naturalizante como o de *língua* em Saussure, não daria mostras das condições e dos regimes de enunciação que participaram de sua fabricação (por exemplo, a intenção política de unificação)⁴⁰. Assim, a crítica mais geral que a filosofia de Deleuze pode dirigir à lingüística ou a segmentos dela, é, portanto: _Veja de que agenciamento faz parte e em nome de que regime constrói seus modelos; procura nos pares que evoca, os estalos de uma máquina que há muito segmenta assim suas partes; repara no seu afã de tudo traduzir tudo em signo, linguagem, signifiante e nos vestígios de um mundo imperial que aí agita.

³⁹ MP, p. 140.

⁴⁰ Cf. Bourdieu, 1982, op. cit. p. 34.

A lingüística seria em, suas origens, mandatária de um regime significante? Seus enunciados, seus princípios e conceitos, de que maneira eles integrariam uma máquina semiótica antiga e cansada, mas de que maneira igualmente poderiam favorecer e antecipar novas formas, semióticas ainda a vir? Daí a predileção do filósofo por tudo que em matéria de expressão prescindia da noção de signo lingüístico e de significante e sua preferência pelo entendimento semiótico não estritamente de base lingüística⁴¹: Duas operações estariam no desenvolver de uma pragmática deleuzeana: uso restritivo do signo lingüístico e do significante como medidas universais da expressão; definição do campo semiótico e das variáveis aí compreendidas em função de vetores de desterritorialização absoluta, isto é, de uma fuga permanente de códigos e de substâncias, dotando o campo semiótico de dinamismos e de linhas, em função das quais os próprios signos podem ser definidos.

Assim, as variáveis pragmáticas até então apresentadas - conteúdo, expressão, palavras de ordem, regimes de signos...- não só não coincidem com categorias lingüísticas, mas tem por função conjurar o uso do signo lingüístico e do significante como tradutores universais de todo campo semiótico. E vão além: também as línguas e a linguagem deixam de ser o centro de emanção dos problemas. Em Deleuze, a busca de uma nova conceituação do ontológico renova o pensamento voltado ao campo de problemas da expressão, de tal modo que *linguageiro* e *lingüístico* tornam-se termos

⁴¹ Comentário de Hélio Rebello: "Deleuze observa, em Peirce, a oportunidade de se inventar uma 'semiótica que concebe os signos a partir de imagens e de suas combinações, mas não em função de determinações já *linguageiras*', como a que define o campo da pragmática centrando-o na relação dos signos com seus intérpretes. Ao contrário do que pensa Carnap, para Deleuze, a pragmática, ao tratar dos signos, não confere nenhum privilégio aos signos lingüísticos." (Percurso de estudo para uma *pragmática* filosófica no pensamento de Gilles Deleuze", 1998, inédito).

não intercambiáveis: o primeiro tenta compreender a linguagem como algo imerso em um campo de multiplicidades, de diferenças e de intensidades, fecundando assim, uma teoria de base não-lingüística (e não significante) da linguagem; ao passo que o segundo participa da rede temática que toma categorias abstratas como suficientes, fazendo delas a medida de um real significante.

Capítulo 3: O teatro da língua

“Parece-me que no panorama do mundo atual é a missão do poeta, do escritor e do intelectual refletir e propor a questão das línguas”.

Edouard Glissant¹

Existe uma tragédia envolvendo todas as línguas do mundo que Glissant nos apresenta nas conferências que compõem sua *Introduction à une poétique du divers*: drama das línguas que morrem hoje no mundo, confrontos, dominação, erosão; drama da universalização de uma língua de base, o anglo-americano, que ameaça não só as outras línguas, mas a si próprio; drama do nascimento difícil de novas línguas, a sua por exemplo, o *créole* francês, realizado no conflito entre comunidades, na exclusão, no massacre. Daí a bela expressão “escrever em presença de todas as línguas e não de maneira monolíngüe”, escrever em presença deste drama, multilingüismo abstrato, afetivo.

Deleuze inserido na questão das línguas constrói um “teatro da língua”. Esta expressão é do filósofo e aparece no final do tópico que em *Superposition* apresenta o assunto das línguas, “Le théâtre et ses minorités”. O livro composto pelo *Richard III* de Carmelo Bene seguido de um comentário de Deleuze fecunda a expressão acima que em Deleuze-Bene não tem nada de metafórica: à maneira do tratamento teatral que Bene dá a Shakespeare e ao inglês - reencontrando a força ativa do menor -, de cada língua arrancar uma língua menor. Eis o teatro da língua, diferente do drama de

¹ *Introduction à une Poétique du divers*, Gallimard, 1996, p. 44.

Glissant, já que mobiliza em toda língua uma vida abstrata, que começaremos a revelar pela própria noção de vida em Deleuze.

Vida, máquina abstrata e variação

No coração da filosofia deleuzeana estão as forças da vida, da afirmação, da inovação, “pura fluência sem forma” que são primeiras em relação à morte, ao repouso, às formas estratificadas². Vitalidade desta filosofia, fidelidade a Nietzsche: a primariedade da linha da vida é condição imprescindível de uma filosofia afirmativa. Aqui a vida não assume nenhuma forma orgânica, mas é potência informal de inovação, é plano de variação que engendra-se entre as formas, é positividade criativa de intensidades inesperadas, é, enfim, vida abstrata, se nos afastamos do sentido ordinário da palavra “abstrata” e o fazemos vibrar em ressonância às expressões “sem forma, indeterminado, indiscernível, ilimitado, impessoal...”

Esta potência positiva e primeira da vida efetua-se no âmbito de uma máquina abstrata espalhada em todo o real (contra a idéia de um centro), que opera a desterritorialização, a combinação e conjugação dos fluxos, enquanto “potência de variação contínua, de diversificação e de diferenciação que define a vitalidade da vida”³. Donde a importância que esta filosofia atribui aos processos de desterritorialização, de fuga, de colocação em variação. Eles atestam a mobilidade do criativo e a fluidez da vida. São estes movimentos que devemos seguir; deles vem a inspiração conceitual para a abordagem às línguas.

² Philippe Mengue, 1994, op. cit., p. 82.

³ Idem, p. 83.

Um modelo científico deve ser problematizado na busca de uma concepção afirmativa das línguas e da linguagem: trata-se do entendimento da língua como conjunto sincrônico de constantes, oposto à fala, lugar da variação e do individual. Introduzir esta problemática da língua nas dimensões de uma filosofia “variacionista” é, primeiramente, reverter o modelo científico de língua que a isola de sua dimensão social e a idealiza homogênea e uniforme, ignorando sua inserção em um agenciamento complexo necessariamente social e sua variabilidade daí decorrente⁴.

Regras imanentes e variabilidade

O modelo abstrato científico sobre o qual trabalhou grande parte dos lingüistas do século baseia-se sobremaneira na distinção língua/fala. Entre as qualificações que se atribuiu ao conceito de língua, a aproximação operada entre estrutura lingüística, homogeneidade e invariância esteve no centro das preocupações de William Labov e devemos a ele uma concepção de variação que serve amplamente às exigências de uma filosofia do movimento e da mudança. Segundo Labov, os modelos lingüísticos que trabalham com o conceito de língua ou de competência acreditam que é possível desenvolver plenamente suas teorias (e um sistema de regras pertinentes) abstraindo a variação, isto é, o fato de existirem maneiras diferentes para se dizer uma “mesma coisa”⁵. Diversidade que engloba vários níveis lingüísticos: variações fonéticas (duas ou mais maneiras de se pronunciar uma mesma palavra), sintáticas (diversas opções sintáticas para um enunciado), semânticas (variação de sentido de uma mesma

⁴ MP, pp. 114, 155.

⁵ W. Labov, *Sociolinguistique*, Minuit, 1976, p. 261.

palavra). Uma variável qualquer - qualquer elemento lingüístico - pode apresentar variações e estaremos diante de variantes da variável.

A questão que se coloca Labov é a do estatuto da variação, do lugar que se deve designar a ela na estrutura lingüística⁶. Enquanto estrutura e homogeneidade mantiverem um parentesco, de direito, na formação e utilização dos conceitos (p. ex., na noção de regra), a variação permanece fora do sistema, como mera constatação “de fato” que não afeta a teoria e deve mesmo ser explicada por ela (“variação livre”). Seria preciso mostrar a variabilidade inerente aos sistemas lingüísticos e incluir a variação - o fato de que uma regra não se aplica sempre - na formulação das regras lingüísticas e dos conceitos que pretendem dar conta da linguagem (língua, estrutura...). Enfim, diz Labov, é preciso trabalhar sobre “a estruturação interna da variação inerente à comunidade lingüística”⁷.

É através da noção de *regra variável* que se faz um progresso neste sentido⁸. Enquanto uma instrução ou regra categórica (utilizada nas formulações gramaticais gerativas) descreve uma situação lingüística que se pretende válida para todos, tornando a variação uma mera opcional marginal à regra, um regra variável constrói-se a partir da variabilidade efetivamente quantificada em uma comunidade. Ela indica a probabilidade de variação da regra, isto é, discrimina percentuais de variabilidade inerentes à aplicação da regra. E permite que se inclua em sua formulação fatores sociolingüísticos de ordem social, econômica, étnica e etc., que podem se mostrar

⁶ Idem, pp. 263, 366.

⁷ Idem, p. 283.

⁸ Cf. W. Labov, *Le parler ordinaire - La langue des ghettos noirs des Etats-Unis*, Minuit, 1978, capítulo III.

mais ou menos favoráveis à variação, isto é, mais ou menos limitantes à aplicação categórica da regra.

Vejamos a reversão que se fez: o sistema de regras não depende mais de se dar como princípio uma homogeneização (a aplicação categórica é um caso limite), nem criou-se um caos de notações incontroláveis. As regras variáveis repartem de nova maneira o que é “direito” e “fato” nos sistemas lingüísticos: de direito o que há são variantes sobre as quais se estabelecem regras facultativas - fundamentadas na quantificação de percentuais efetivos de aplicação e de variação - sem os quais a regra não seria válida. A aplicação categórica passa a ser “de fato” uma variação limite da regra variável, o caso em que ela atinge a plenitude de aplicação e passa a ser categórica. É o método encontrado por Labov para uma descrição das línguas que leve em conta sua origem verdadeiramente social⁹: a presença da variação inerente ao uso lingüístico na formulação conceitual é o procedimento que ultrapassa todas as distinções e exclusões anteriores: língua-fala, homogeneidade-heterogeneidade, invariância-variação...

Regiões longe do equilíbrio

No modo rizomático de funcionamento do real as cadeias semióticas ou lingüísticas devem estar conectadas a processos de codificação muito diversos, cadeias econômicas, políticas, biológicas, artísticas... Basta aplicarmos o princípio de conexão de heterogêneos do rizoma aos fatos de linguagem e teremos feito as condições de

⁹Labov assinala que o termo ‘social’ em Saussure (“a língua é a parte social...”) não sugere nenhuma interação social mais ampla e se limita à significação de “pluri-individual”(cf. *Sociolinguistique*, op. cit., pp. 259-260).

uma verdadeira máquina abstrata da língua “que opera a conexão de uma língua com os conteúdos semânticos e pragmáticos de enunciados, com agenciamentos coletivos de enunciação, com toda uma micropolítica do campo social”¹⁰.

O modelo de Labov restitui em parte a natureza rizomática da língua na medida que inclui, na formulação de seus conceitos operatórios, percentuais e probabilidades efetivas ligadas a variáveis econômicas e sociais (os fatores sociolingüísticos), tratando da variabilidade inerente ao campo lingüístico e concebendo um sistema de regras fundado na heterogeneidade e na variação. Não precisamos partir de uma “comunidade homogênea”, nem de um auditor-ouvinte ideal, nem de uma língua homogênea; o sistema pode ser estabelecido, por este método, nas bordas de comunidades heterogêneas, na diversidade de auditores-ouvintes e na bifurcação de línguas e de dialetos.

Pensar a língua como um sistema de não-equilíbrio é a primeira exigência de uma teoria da expressão onde há primado do agenciamento, em que a língua não podem ser pensadas fora do plano de imanência em que se constitui, onde é afetada por todas as conexões, todos os cortes, todos os potenciais que atravessam a vida social e que a fazem gaguejar, tremer. Falamos em não-equilíbrio, mas poderíamos dizer “equilíbrio metaestável”. Conceito que Gilbert Simondon lapidou para tratar da individuação, o metaestável distingue-se do equilíbrio estável: este último é o estado atingido por um sistema “quando todas as transformações possíveis foram realizadas e nenhuma força existe mais; todos os potenciais atualizaram-se e o sistema, tendo

¹⁰ MP, p. 15.

atingido seu mais baixo nível energético, não pode mais se transformar”; no equilíbrio metaestável (que caracteriza o vivo) estamos em um sistema rico em potenciais de transformação, de tal modo que se conserva uma atividade de individuação permanente que é fonte de novos estados metaestáveis e de novas individuações¹¹. Uma língua que gagueja é esta língua cuja individuação incessante caminha de metaestabilidade em metaestabilidade, como um sistema tenso, supersaturado, problemático, em variação contínua, isto é, em devir.

Fica a pergunta se o método de Labov, com a variabilidade inerente quantificada, é capaz de introduzir no entendimento da língua uma idéia de equilíbrio metaestável, como alto potencial de energia e de transformação (devir), ou ainda, e que me parece semelhante, a idéia de instabilidade criativa de I. Prigogini¹² - a propósito dos sistemas dinâmicos que a termodinâmica estuda. No momento em que outras ciências enfrentam sistemas que, longe de estarem isolados, são submetidos a fortes condicionamentos externos, com novas propriedades da matéria surgindo, em situações típicas de não-equilíbrio, Deleuze parece querer mostrar que, a partir de Labov, a lingüística teria condições de caminhar para suas regiões de não-equilíbrio, para uma concepção de língua em devir, da qual a variabilidade inerente de Labov parecer ser o bom presságio.

Colocar em variação contínua

¹¹Gilbert Simondon, *L'individu et sa genèse physico-biologique*, Ed. Jérôme Milèlon, 1995, p. 27.

¹²Prigogini, *O nascimento do tempo*, op. cit., p. 26.

O procedimento filosófico que decorre destas considerações e que serve às ambições da pragmática que concebem Deleuze e Guattari é a colocação em variação contínua das variáveis. Dado um elemento lingüístico qualquer, trata-se de fazê-lo variar sobre uma linha contínua virtual que compreenderia todos os estados desta variável (singularidades). Os autores baseiam-se no trabalho de Gustave Guillaume sobre os artigos em francês, segundo o qual um artigo definido (*le*) percorreria uma zona de variação compreendida pelo movimento de generalização, assim como um artigo indefinido (*un*) percorre uma zona de particularização. Cada termo é, assim, considerado em uma série de posições de um dinamismo, e não tomado como uma constante¹³. O mesmo princípio pode ser aplicado ao enunciado. Imaginamos um enunciado constante para efetuações contextuais variáveis. Para Deleuze e Guattari, “não apenas existem tantos enunciados quanto efetuações, como o conjunto de enunciados se encontra presente na efetuação de um deles”¹⁴. A língua pensada como uma linha de criação contínua que alonga-se, sem princípio nem fim, em direção às possibilidades inexploradas.

De modo diferente procede a busca das constantes. Dadas duas variantes de uma variável, constituir a constante não é mais traçar a linha que as comunica e percorre, mas extrair um ponto comum que daria a elas uma mesma forma (uma constante é um padrão de avaliação, supondo um estado de dominação que a arranque das variáveis e sustente). À criação contínua de novos valores, à mobilidade, impõe-se

¹³ Também em Labov, cada elemento, cada variável está compreendida em uma zona de variação entre 0 e 1. Ver *Le parler ordinaire*, op. cit., capítulo III.

¹⁴ MP, p. 119.

a fixidez de uma imagem homogeneizada da língua que exclui as “intensidades e valores” do pragmatismo interno e faz da mudança um tipo de situação acúmulo da fala¹⁵. Atitude de um modelo científico reterritorializante, com relação à desterritorialização que é empreendida pelo modelo anterior: permanência de um ponto de vista fixo e exterior sobre um conjunto de relações constantes, quando no outro modelo, seguindo a linha, estendemos o território para além de suas variantes e nele incorporamos potencialidades por vir¹⁶.

Cada um dos modelos acima desenvolveria um tipo de tratamento da língua. Considerando que as constantes não existem “ao lado das variáveis”, isto é, não há uma situação de fato que seja composta de constantes + variáveis, já que a constante é uma idealização das variáveis, o que existem são dois tratamentos da variável: o primeiro extrai das variáveis um sistema de constantes, “pois é evidente que as constantes são tiradas das próprias variáveis”¹⁷. Assim, da língua sabidamente heterogênea cria-se noções como comunidade homogênea, invariáveis, como se fosse esta a única maneira científica de abordar tais fatos, e como se, no extremo, estes “homogêneos” ou “universais” tivessem existência em si mesmo. De outro modo, um segundo modelo, que não opõe a variação à constante, mas se opõe a este primeiro tratamento que é dado às variáveis, parte das variáveis mas para colocá-las em variação contínua. Constrói regras facultativas em vez de categóricas e trata os elementos pragmáticos, estilísticos, prosódicos, não mais como traços secundários que

¹⁵ MP, p. 123.

¹⁶ MP, p. 457 e seguintes..

¹⁷ MP, p. 131.

acompanham constantes, mas como traços que têm a potência de “colocar a língua em estado de variação contínua”.

Para finalizar o comentário acerca da variação nas línguas, poderíamos propor noções, sem esmiuçá-las, que nos auxiliariam a determinar o problema das línguas.

Continuum: construir o *continuum*. Sobre um *continuum* só há intensidades, estados variáveis, heterogêneos... Processo contínuo de variação, em que as formas tendem a uma matéria não-formada intensa. Problema para a literatura: Kafka e o *continuum* intenso dos devires animal; como construir um *continuum* de estados intensos onde já não há mais homem nem animal, já que cada um desterritorializa o outro, numa conjunção de fluxos¹⁸. Problema para um tratamento literário da língua: como fazer o *continuum* das variáveis e dos enunciados, como passar o enunciado por todas as variáveis - gramaticais, lexicais...- que podem afetá-lo e intensificá-lo no menor intervalo?¹⁹.

A *continuum*, como linha virtual de variação, é agramatical, assintático, asemântico - “serve-se (...) primeiramente de elementos que estão além de toda determinação”²⁰ - enquanto uma posição qualquer sobre a linha será uma variante (gramatical, lexical, prosódica...).

Virtual: não se opõe a real. Imanência da realidade do criativo em tudo que é efetivo, atual. É potencial, não à maneira de um projeto prévio que se realiza, mas como

¹⁸ K, pp. 20, 34.

¹⁹ MP, p. 119.

²⁰P. Mengue, op. cit. p. 84. Explorando esta “não-determinação”, o autor levanta uma discussão interessante sobre o negativo (ausência de uma forma positiva dada) na obra de Deleuze. Ver pp. 84-6.

abertura de novas possibilidades. “Realizar um projeto não traz nada de novo no mundo, pois não há diferença conceitual entre o possível como projeto e sua realização: apenas o salto na existência”²¹.

É a possibilidade do novo que faz por si mesmo a crítica das constantes e dos universais, em uma só questão, “como é possível que alguma coisa de novo surja no mundo?”²². Para pensar a novo, questão da filosofia moderna, as constantes e os universais tem que ser suprimidas em prol de dinamismos e de movimentos de fuga.

Do político nas línguas

Pierre Bourdieu mostra em seus escritos sobre a língua legítima a estreita relação que há entre a noção de “língua” e as características de uma língua oficial, de tal maneira que a língua concebida por Saussure, “este código ao mesmo legislativo e comunicativo que existe e subsiste fora de seus utilizadores (sujeitos falantes) e de suas utilizações (fala) tem, de fato, todas as propriedades dominantes atribuíveis à língua oficial”²³. O privilégio que se atribui às constantes em detrimento das variações sociolingüísticas “faz um” com o privilégio de um mercado lingüístico unificado e dominado por uma língua oficial. A unidade da língua é primeiramente política. “Língua” é língua oficial. Admitindo este parentesco entre modelos científicos e políticos, e mais especificamente, entre um modelo de extração de constantes e um modelo de unificação de usos, a questão que se coloca é: como pensar a questão

²¹François Zourabichvili, “Deleuze et le possible (de l’involontarisme en politique)”, comunicação apresentada nos Encontros Internacionais Gilles Deleuze, 1996, p. 5.

²²G. Deleuze, “Qu’est-ce qu’un dispositif?”, p. 193.

²³*Ce que parler veut dire*, op. cit., p. 26. Ver também do mesmo autor “L’économie des échanges linguistiques”, *Langue Française*, nº 34, 1977, pp. 17-34.

política das línguas e a possibilidade de seu estudo científico a partir de um modelo que compreenderia as variações?

Algumas maneiras de solucionar este problema mostram-se ineficazes do ponto de vista do filósofo. E o erro básico comum é tratar os fatos como se houvesse dois tipos de sistemas lingüísticos em interação, um que se caracterizasse pelo poder das constantes e outro pela potência de variação.

Este enfoque aparece quando se opõe unidade de língua e dialetos. Podemos, assim, manter o conceito de variação fora da língua; reservamo-lo aos subsistemas que com ela interagem. Ou ainda, tratando-se de dois sistemas, podemos ignorar como a variação circula de um a outro, isto é, como os dialetos podem colocar a língua de referência em um estado de variação, e como a língua de referência pode ela mesma afetar os dialetos. Pouco avançaríamos pela utilização da categoria de dialeto. Ao contrário, é partindo da noção de sistema em variação que pode-se definir a utilização de uma categoria como a de dialeto.

Outro engano: pensar o confronto de sistemas lingüísticos a partir da oposição entre uma língua dominante e uma língua dominada. Este tipo de proposta pode estar ignorando a realidade complexa da variação de duas maneiras: conceber uma língua como dominada não impede que a tratemos cientificamente pelo método de extração de constantes, nem que imaginemos para ela processos de homogeneização e unificação como saída política (oficialização). Por outro lado, pensar que em uma língua dominante não haveria o trabalho da variação e das minorias internas, também em nada avança a compreensão da questão das línguas, uma vez que é evidente o processo inerente de variação e o papel das minorias nestas línguas.

Devir e minoração

Se não podemos reservar a variação para tipos determinados de língua (menores) nem guardarmos as constantes para as línguas maiores, é porque toda língua, conforme os usos ou funções que nela se desenvolvem, tende a lados mais ou menos desterritorializados e a lados mais ou menos reterritorializantes. Atravessada por uma linha de criação virtual, a língua tende no seu desenvolvimento a lados territoriais e reterritorializantes, conforme as variáveis são convertidas em constantes, e a movimentos de deterritorialização, quando suas variáveis são colocadas em uma linha de variação. Nenhuma língua é completamente desterritorializada, nem inteiramente reterritorializante. Nenhuma língua é maior ou menor em si.

Dada um língua, podemos mapear nos usos desta língua (e aqui entram as variáveis de classe, de etnia, de gueto, de região, país....) estados de língua mais ou desterritorializados, sendo os estados menores aqueles que apresentam “uma recusa de pontos de referência, uma dissolução da forma constante em benefício das diferenças de dinâmica”²⁴. De modo semelhante, em caso de bilingüismo ou multilingüismo, uma língua pode ser avaliada menor em relação a outra, embora não possa ser considerada menor em si mesma e venha a apresentar nos seus próprios usos valências reterritorializantes e maiores. Mas quais seriam os indícios deste uso desterritorializante de uma língua e quais são os procedimentos que o propiciam?

Os usos considerados menores (o inglês negro, o alemão de Praga, e o francês

²⁴ MP, p. 132.

do Quebec são os exemplos em MP) não raramente apresentam duas características: uma tendência ao “esgotamento das formas sintáticas e lexicais” e uma “proliferação de efeitos cambiantes, um gosto pela sobrecarga e pela paráfrase”²⁵. Mas o que se pode avaliar negativamente como um mero empobrecimento de formas, do ponto de vista da pragmática, é procedimento aberto de restrição às constantes, assim como a sobrecarga é construção de um *continuum* que arrebatava variáveis. Ali onde se vê manifesta uma pretensa pobreza dos falares ditos menores enxergam os autores uma elipse a contornar as constantes e a impedir que nelas se instalem as formas maiores. E onde há sobrecarga, não se trata absolutamente de metáfora, mas de “uma paráfrase movente que testemunha a presença não localizada de um discurso indireto no interior de todo enunciado”²⁶.

De novo podemos errar se atribuirmos estes procedimentos a um tipo determinado de língua, que poderíamos denominar “menores” ou “dominadas”. Não há línguas que os possuam particularmente. Há um tratamento ou uso menor que é feito sobre as constantes de toda língua pelas minorias internas que a povoam. É por isto que não basta considerar os dialetos como variantes exteriores de uma língua de referência, nem tampouco lutar pela constância e homogeneidade de línguas tidas como ilegítimas, instáveis, menores. A grande questão das línguas, para Deleuze, é o devir minoritário, o trabalho contínuo da variação, de recusa às constantes, que realizam as minorias em toda língua em relação a usos pretensamente constantes e maiores. Se há um potencial de criação e de revolução nas línguas, ele reside nestes

²⁵ MP, p. 131.

²⁶ MP, p. 132.

procedimentos de minoração contínua, de variação, que impedem a homogeneização e a unificação. O inglês negro está para o inglês *standard* como todos os falares menores estão para uma língua ou uso pretensamente legítimos: enquanto potência irreversível de variação, de rejeição e de denúncia à pretendida homogeneidade e constância.

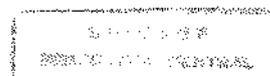
Sabemos que o uso maior de uma língua ampara e é amparado por instâncias maiores da vida social. Um modelo científico com gosto pelo maior irá preferir a extração e justificação das constantes à observação da variação e da mudança: “A lingüística em geral ainda não abandonou uma espécie de modo maior, um tipo de escala diatônica, um estranho gosto pelas dominantes, constantes e universais”²⁷. Da mesma maneira, uma política de dominação e soberania estará sempre ligada a uma maioria que reterritorializa-se sobre as constantes e exclui as variáveis e as minorias. E uma literatura com função maior faria “ofertas de serviço como língua do Estado, língua oficial”²⁸. Mas este tom maior não existe sem um menor que o trabalhe, que o minore, uma ciência menor, um devir revolucionário e uma literatura menor, um “estranho gosto” pelas variáveis, pelas mutações e pela desterritorialização da língua.

Um exemplo: a tangência *créole/francês*

O *créole* francês, língua compósita por excelência, nascida da colisão de heterogêneos culturais quando da colonização das Antilhas, é língua “menor” em relação ao francês (oficial). Segundo as análises de E. Glissant, isto valeria para a

²⁷ MP, p. 123.

²⁸ K, p. 42.



Martinica²⁹. Por um lado, toda uma fragilidade e uma instabilidade lingüística do *créole*, aí incluídos os problemas de transcrição e de escrita decorrentes de sua forma oral, e por outro lado, toda uma retórica da língua francesa fazem com que o *créole* seja sentido na Martinica como uma língua menor, de minorias, mesmo que falada por uma maioria numérica. Digamos, com Bourdieu, que o capital lingüístico ou a competência legítima é o francês neste mercado lingüístico, ou, com Deleuze, que o francês aí funciona como constante, no sentido de uma medida de avaliação dos recursos lingüísticos. A vida bilíngüe em tal comunidade pode levar os falantes a sentirem sua língua, o *créole*, como deficiente e pobre para a expressão de determinadas coisas, para as quais o francês “pareceria melhor”. Mas como reage o falante *créole*?

Glissant observa que nenhuma reação interessante deveria se assemelhar aos procedimentos aplicados pela língua de referência - defesa monolíngüe, excludente - isto significa, nos termos de Deleuze, que não se resolve o problema “adquirindo a maioria e instaurando uma nova constante”. A questão, para Glissant, é a de uma tangência, de uma variância incessante entre as duas línguas, a creolização do francês vai junto com a criação de uma poética do *créole* e de sua autonomia expressiva.

Como minorar o francês introduzindo nele os procedimentos *créoles*, como fazer vibrar um francês *créole*? A creolização, compreendida como o processo complexo de minoração do francês em nada se parece ao creolismo, simples introdução de palavras *créoles* no francês. Considerando a prática de linguagem *créole*

²⁹Glissant, 1996, op. cit..

um conjunto variável de procedimentos, entre os quais, a frase ou período barroco, as distorções do discurso, a circularidade, a repetição do motivo, as práticas de listagem, a acumulação de parêntesis, a creolização seria a criação de um francês barroco, menor, estendido sobre uma linha de variação *créole* e sujeito a todos os contornos de constantes e extensão de variáveis que caracterizam o *créole*. Mas ainda não vimos o procedimento por inteiro, como a creolização da língua francesa é acompanhada pela liberação da língua *créole*:

“A anedota é que acontece que poetas creolofones da atualidade, por exemplo, em Guadalupe, me dizem: se você não tivesse, como outros, remexido, perturbado, desmantelado a língua francesa nas suas obras, talvez nós não tivéssemos ousado escrever em *créole* porque nós teríamos sempre sido tomados de estupor diante da idéia de ‘desrespeitar’, como se diz entre nós, esta língua francesa”³⁰.

É sobre uma única linha de variação que a minoração torna possível uma poética barroca do francês e uma poética *créole*, ambas menores, mas o menor é aqui a mais alta potência de uma língua, a língua elevada a sua potência de bifurcação, ao seu máximo de tremor e de intensidade.

As quatro funções das línguas

Referir às línguas aos agenciamentos de enunciação e não mais a universais de todo tipo (sujeito, competência...), perceber as linhas de fuga e de variação seria percorrer o campo de imanência das línguas que não é outro que o dos processos de territorialidade, de desterritorialização e de reterritorialização que aí se sucedem. Esta

³⁰ Idem, p. 52.

perspectiva tem a vantagem de nos tirar de uma discussão dualista a opor simplesmente uma língua de poder e uma língua popular, e nos convoca a pensar em mecanismos mais sutis e difusos.

A partir da análise tetraglóssica de Henri Gobard³¹ poder-se-ia prever quatro funções para as línguas, que podem se desenvolver tanto em um quadro multilingüista quanto no âmbito dos usos de uma só língua: vernácula, materna ou territorial; veicular, urbana, de troca, comércio e de circulação (de primeira desterritorialização); referencial, operando reterritorialização cultural; mítica, de reterritorialização espiritual. Para explicitar estas funções, digamos que um brasileiro médio tenha no seu horizonte o português como língua materna, o inglês como veicular, o francês como cultural e o latim (mas poderia ser o yorubá, o sânscrito...) como religiosa³². Este mapa de línguas, na medida que se relaciona a agenciamentos coletivos variáveis, é ele mesmo variável na história e nos diversos meios sociais. Coeficientes de territorialidade, de desterritorialização e de reterritorialização percorrem cada uma destas funções. Assim, Deleuze propõe o seguinte exercício prático³³: ver, por exemplo, como o inglês negro, enquanto minoração do vernacular-veicular americano *standard*, extrai desta língua maior um novo vernacular menor, o inglês negro e recria um plano referencial e mítico. Ou, as quatro funções aplicadas à Praga kafkaniana: a opção do autor pelo alemão veicular, já desterritorializado pela proximidade do tcheco e seu projeto de levar adiante a desterritorialização, intensificando os traços de

³¹ *L'aliénation linguistique - Analyse tétraglossique*, Flammarion, 1976.

³² Idem, p. 13.

³³ Idem, no prefácio que Deleuze. p. 11.

pobreza deste alemão através de um uso verdadeiramente criador. Outro exercício ainda: dos imigrados que perderam sua língua vernacular e vivem em uma língua veicular e a questão de como viver como imigrado em uma língua.

Intensivo e extensivo

A intensidade é qualidade que se reparte diferentemente segundo os modos ou usos de uma língua: intensivo e menor, extensivo e maior. Em que sentido as palavras podem ser “verdadeiras intensidades” como se queria em *Diferença e Repetição*³⁴? Só é intenso aquilo que varia, que difere, a variação e a diferença provocam quedas, subidas, valores intensos, acentos ou tonalidades em uma frase, em uma palavra. O uso intensivo de uma língua, aquele que faz uma literatura menor, é esta passagem à intensidade, à nuance, à pequena diferença: “pequena diferença não remete a fraca ou de pouca importância; muito ao contrário, à idéia de intensidade, de variação intensiva no interior de um *continuum* de variação”³⁵.

Mas comecemos pelo uso extensivo das palavras. Deleuze faz notar em *Kafka* que o uso extensivo compensa a desterritorialização primitiva da língua, isto é, o fato de que para surgir a língua implica uma desterritorialização da boca e de sua função alimentar primeira, por uma reterritorialização sobre o sentido. Aquele som desterritorializado ou sem território próprio torna-se aí instrumento do sentido. E como tal, cumpre uma função designativa (designa coisas ou estados de coisas) ou figurativa, quando se aplica a casos especiais sob certas condições (por exemplo, na

³⁴ DR, p. 197.

³⁵ P. Mengue, op. cit., p. 58.

metáfora). O uso extensivo, tal como aparece em uma literatura maior, é operação de criação de imagens, de símbolos de sentidos ocultos.

O uso intensivo leva adiante a desterritorialização primitiva da língua e conduz a linguagem a regiões desérticas, despovoadas de sentido, ou melhor, de sentidos neutralizados, em que a matéria fônica atravessa um devir intenso, de estados e variações, restando apenas um mínimo de sentido que conduz o devir das palavras. No primeiro caso, no uso extensivo, uma palavra como cão designa um animal (sentido próprio) ou aplicar-se-ia metaforicamente a outros seres (algo que se comporta “como um cão”). No segundo tipo, as próprias palavras experimentam um devir-cão, ladram, rangem, vibram em intensidades, fazem nascer um cão lingüístico, que não é uma coisa designada, nem uma imagem figurada. É uma intensidade-cão cavada nas palavras, pela neutralização dos processos de sentido e de significância, pela contínua variação de estados da palavra e pela criação de um *continuum* desterritorializante.

O que para nós importa é que a língua assim pensada, em termos de intensidade, de “uma tensão em busca de seus extremos”, ultrapassa a abordagem extensiva e limitante da linguagem, restrita aos parâmetros da designação e da figuração. Em um estudo sobre os “intensivos” que povoam a língua - “todo instrumento lingüístico que permite tender até o limite de uma noção ou ultrapassá-lo” - H-Vidal Sephiha³⁶ mostra que há aumento de intensidade do sentido próprio ao sentido figurado. Mas com Deleuze isto não basta: é preciso que o “intensivo” tenha seu lugar na língua ou que dela seja arrancado, que nela seja cavado, como

³⁶ H. Vidal Sephiha, “Introduction à l’étude de l’intensif”, *Langages*, mars, 1973, p. 113.

ultrapassamento do sentido próprio e do sentido figurado. A questão é, portanto, como criar tensões em uma língua ou fazer explodir aqueles que ela já possui, problema para uma literatura menor, mas também problema de toda minoria em uma língua, como extrair um máximo de intensidade, eis o problema de todo uso menor.

SEGUNDA PARTE:

PAISAGENS DE LINGUAGEM

Capítulo 4 - Literatura e linguagem: o impessoal

Como estamos interessados na problemática da linguagem, tal como ela se apresenta na obra deleuzeana, não poderíamos deixar de nos ater à linguagem em estado de arte. O literário cumpre aqui a função que a arte, para Deleuze, realiza em toda parte. Como evidenciou Buydens, a arte e a estética tem, na obra em pauta, uma “função-piloto”¹, falando diretamente à filosofia pelas operações que realiza, pela fuga que infringe às formas (objetos e sujeitos), por subtrair-se à representação. Assim, a literatura como máquina, produzida e produtiva, máquina revolucionária, é capaz de incitar conceitos e redistribuir as coordenadas de uma teoria da linguagem (não é a linguagem ordinária que produz aqui um abalo na filosofia, mas os estados intensivos da arte), na medida em que conduz a linguagem a um plano de imanência aformal e a subjetividade às zonas mais impessoais.

Para introduzir o tema do literário em Deleuze, preocupando-nos com as interferências que este produz na concepção deleuzeana de linguagem, escolhemos a questão do impessoal: de que modo um campo pré-subjetivo, transbordante na literatura, problematizaria as idéias mais correntes de subjetividade e de individualidade com as quais pensamos a gênese da linguagem? Esta indagação, que orientou nossa pesquisa, desdobra-se em outra: através de quais operações, a literatura e o linguagem expressariam este plano impessoal?

Sentimos necessidade de ir introduzindo experiências literárias que nos

¹Mireille Buydens, *Sahara - L'esthétique de Gilles Deleuze*, J. Vrin, 1990, p. 7.

pareceram capazes de perguntas e respostas aos conceitos que ora sondamos na obra de Deleuze: a poesia de João Cabral de Mello Neto, como exemplo, de que maneira estaria enlaçada aos conceitos com os quais Deleuze indaga o literário? Sem ser um estudo exaustivo deste cruzamento, os comentários a seguir nos pareceram assim justificados: modesta e circunstancialmente, gostaríamos de dizer melhor a aventura filosófica deleuzeana na companhia destes experimentos poéticos, mas futuramente, aí trabalhando, não poderíamos chegar a vislumbrar singularidades desta poesia a partir das perguntas que os conceitos deleuzeanos são capazes de propor, ou então, chegar a dizer virtualidades desta filosofia a partir de perguntas que os versos e prosas em perspectiva seriam capazes de lançar. É na direção desta dupla desterritorialização que o nosso capítulo se inicia.

A literatura e o impessoal

Em algumas passagens de sua obra, às vezes com Guattari, Deleuze fez notar o ponto e a medida em que a literatura parecia contradizer as concepções que ele considerou “personalistas” ou “subjettivistas” da linguagem, onde a questão do sujeito e da pessoa aparece como fundamento da subjetividade na linguagem. Evocando as pesquisas literárias de Maurice Blanchot e, especialmente, sua afirmação “algo acontece (aos personagens) que estes só podem retomar renunciando ao poder de dizer Eu”². Deleuze procurou evidenciar, a partir da literatura, sua desconfiança com relação

²M. Blanchot, *L'entretien infini*, Gallimard, 1969, p. 564: “quelque chose leur arrive qu'ils ne peuvent ressaisir qu'en se désaisissant de leur pouvoir de dire je”. Esta citação é retomada por Deleuze em CC, p. 13.

às formulações que encontram na seleção de determinadas pessoas lingüísticas (eu/tu), mas, principalmente, na transcendência de um *eu* a condição mesma da enunciação³.

Gostaríamos de expandir este comentário a que o filósofo, punctualmente, não dedicou mais do que algumas notas de página⁴, complicando a compreensão lingüística mais corrente, mas principalmente, fazendo surgir um campo de subjetivação impessoal que traria imanente: a - a noção de *singularidade*, capaz de revelar nas multiplicidades uma agitação que extrapolaria os limites do individual, do subjetivo, do pessoal; o 'indivíduo' fazendo-se bruma e devir b- a idéia de agenciamento polívoco, revelando a conectividade entre multiplicidades, indo ao ponto das individuações ou dos devires coletivos⁵. A literatura teria aqui um papel importante, pois seria capaz de preencher e revelar as condições desta enunciação polívoca e pré-subjetiva, condições que poderiam nos parecer pouco evidentes em outros lugares do discurso.

a - Singularidades: trajetos e devires na arte

O impessoal deleuzeano designa um modo de individuação que não é aquele

³ Em Lingüística, conhecemos as afirmações de Benveniste que nos propõem a mais estreita relação entre linguagem e sujeito: é pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, dito de outro modo, o fundamento da subjetividade humana depende do seu exercício na língua; por sua vez, a linguagem também depende do sujeito, ela só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, porque um *eu* aí enuncia. E este campo de subjetividade não emerge sem que as categorias da "pessoa" lingüística venham lhe determinar os contornos. Ver, sobretudo, deste autor, "Da subjetividade na linguagem" (1966, op. cit.)

⁴Cf. MP, nota à pág. 324, e CC, nota à pág. 13.

⁵Na definição dos dois tópicos fizemos já intervir os termos de Gilbert Simondon (*L'individu et sa genèse physico-biologique*, Ed. Jérôme Milèlon, Grenoble, 1995) e de Arnaud Villani ("Gilles Deleuze et le devenir comme ligne de vie", *Chimères*, printemps/97, pp 43-53). Ambos serão ao longo do capítulo uma espécie de intercessores junto aos conceitos de Deleuze.

que conhecemos dos indivíduos, sujeitos e objetos. Gilbert Simondon é aqui de grande valia, já que faz intervir na produção de um conceito de individuação operações que favorecem a idéia de impessoal que sondamos: 1- a superação do indivíduo como realidade constituída e dada, a partir da qual o ser pode ser pensado; 2- a pesquisa da individuação do ser desde as operações pré-individuais que o constituem, em relação a qual o individual pode ser pensado enquanto fase do ser.

Fiquemos um pouco com Simondon de modo a adquirirmos familiaridade com isto que pareceria, para nós, estranho: uma realidade pré-individual. Contra um modelo que pensa o princípio de individuação a partir de um indivíduo já constituído, Simondon parte de uma operação de individuação que se processa como resolução de uma problemática pré-individual. A individuação é, segundo o autor, “modo de resolução de uma incompatibilidade inicial rica em potenciais” e corresponde a “aparição de fases no ser”⁶. Se a individuação é devir do ser, isto é, surgimento de fases, o indivíduo é apenas uma destas fases, sempre relativa à operação de individuação (resolução de tensões) e à problemática inicial que ele jamais esgota. O ser em Simondon não resulta do modelo da substância, nem da bipolaridade formatória, mas aparece como sistema tenso, supersaturado, carregado das tensões pré-individuais às quais a individuação é solução, sem jamais as esgotar. Dito isto, não se poderia mais pensar o ser pelas categorias da unidade, da identidade, na medida em que elas “não se aplicam à ontogênese, entendida no sentido pleno, isto é, não se aplicam ao devir do ser como ser que se desdobra e se defasa ao individuar-se”⁷.

⁶Simondon, op.cit., p. 23.

⁷Idem, p. 24.

O que significa em Deleuze o privilégio que tem os acontecimentos em detrimento das subjetividades (eu/tu) e das objetividades (ele)? Não há subjetividades e objetividades que não sejam operadas pelo evenemencial, enquanto fluxo de criação pré-individual. Reportar indivíduos - sujeitos e objetos - a acontecimentos nos levaria a pensar nos processos de individuação que se desdobram e os excedem, sempre desproporcionais à unidade, conduzindo-nos a uma realidade que não pode ser percebida enquanto nos guiamos pelos conceitos de indivíduo constituído e de identidade. O primeiro devir em Deleuze é um devir-bruma, diz Villani, como “enxame de partículas, como atmosfera”: “o importante não está nos sujeitos como pontos-centros, mas naquilo que se passa entre os sujeitos, no que se passa entre os corpos”, “aquilo que sempre devém este corpo”⁸; um acontecimento impessoal.

A arte, para Deleuze, possui este olho que não pára nos indivíduos, mas vai aos acontecimentos puros e aos devires que estão em pauta nas coisas, nas pessoas, nos indivíduos; a arte é o campo destas individuações sem sujeito. Aqui os exemplos abundam, uma estação, como individualidade perfeita e sem sujeito, uma hora do dia, individualidade perfeita e sem sujeito nos traços que um quadro é capaz de compor (cinco horas da tarde, manhãzinha...), cada uma destas individuações comportando seus elementos materiais, seus corpos que não seriam mais do que potências afetivas, poder de afetar e de ser afetado, encontros: uma criança, uma rua, uma luz, um olhar, intensidades de um rosto, todos estes elementos são passíveis de serem apreendidos como individuações sem sujeito, em devir, isto é, nas fases de um processo de individuação que só se apreende pelos brilhos, pelos pontos brilhantes ou intensidades.

⁸Villani, 1977, op. cit. pp 46-47.

E nem bastaria afirmar este impessoal como oposto ou ao lado das individualizações subjetivas: é cada elemento, mesmo os sujeitos, os rostos, os sentimentos, que são tornados singularidades impessoais.

É este campo intenso, das individualizações sem sujeito, que a literatura trabalha. A literatura, diz Deleuze, “só se instala descobrindo sob as aparentes pessoas a potência de um impessoal, que de modo algum é uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau: um homem, uma mulher, um animal...”⁹. Nosso problema seria, então, compreender o que *uma* singularidade implica, e como *uma* singularidade se desenvolve na enunciação literária. Podemos já eliminar todo recurso ao geral - o homem, a mulher -, a singularidade é exatamente o que foge à generalidade, pois implica a emergência de traços absolutamente circunstanciais, mas que não seriam o mesmo que processos pessoais: a singularidade não é da ordem do indivíduo, mas dos acontecimentos e das atmosferas. E são os *trajetos e devires* e os traços singulares não-pessoais que arte é capaz de compor¹⁰.

Primeiro, os trajetos: todo composto artístico, afirma Deleuze, implica a exploração de um meio, uma trajetória, uma viagem. Nesta dimensão extensional, não basta que consideremos os traços singulares dos personagens implicados no trajeto; é preciso considerarmos a singularidade do meio que se reflete naquele que o percorre, seus materiais, seus barulhos, seus acontecimentos. “Não quer isso dizer que um meio determine necessariamente a existência dos personagens, mas antes que estes se definem pelos trajetos que fazem em realidade ou em espírito, sem os quais não há

⁹CC, p. 13.

¹⁰Cf. sobre trajetos e devires, CC, pp. 81-88.

devir”¹¹. Uma trajetória seria, assim, a partida extensional de uma operação de individuação, que se desdobra, ela mesma, em personagem e meio.

Pensemos em *Morte e Vida Severina*, onde “retirar-se” equívale ao processo de individuação-trajeto que individualiza personagem e meio. De alguma maneira, a retirada é modo de solução (individuação) de uma problemática ou supersaturação inicial - o intolerável que deflagra a marcha - que nós apenas entrevemos (o poema começa justo no momento da descida, da retirada). A individuação-retirada atualiza e conserva as tensões iniciais em cada uma de suas fases. No poema a problemática agita-se no personagem e no meio. Na individuação-retirada, Severino devém enquanto ser supersaturado, em estado potencial de mudanças, agitado, multiplicado e diferenciando-se pelos problemas e tensões que o excedem: nosso personagem não é justamente definido pelos termos de uma retirada, “um homem que retira”, “passo a ser o Severino que em vossa presença emigra”¹²? Num meio que lhe acolhe e rejeita feito de pedra, de sol, de rios que se interrompem, de homens que morrem em vida, da terra que os recebe. Através do trajeto, um meio singulariza-se - de paisagem de pedra, com vozerios e casas esparsas, umidifica-se, torna-se mangue e lama -, e se reflete nos passos do retirante: deixar-se ficar, procurar trabalho ali, seguir... A individuação-retirada desenvolve-se neste meio que também aparece em estado tenso, multiplicidade de espaços, atmosferas e problemáticas.

Um trajeto é assim uma individuação sem sujeito que conduz personagem e meio por uma via impessoal. Um romance, para Deleuze, deveria ser feito com mapas,

¹¹CC, p. 86.

¹² *Poesias Completas*, 2ª ed., José Olympio, 1968. Respectivamente, p. 211 e p. 204.

caminhos, planos de viagem e de encontros. Haveria muito pouco de memória na produção artística. Mas a seleção de um trajeto - que é ele mesmo um processo de individuação complexo desdobrando-se em personagens e meio - depende de uma cartografia. Que esta determinação geográfica e não rememorativa apareça na literatura brasileira, nos romances de retiradas, de secas, de veredas e de sertões, não poderíamos deixar aqui de considerar.

Mas os trajetos não se fazem sem devires, sem que a singularidade extensiva seja ela mesma afetada por gradientes de intensidade, por afetos. O espinozismo deleuzeano pensa o que existe como potência, enquanto graus de potência ou diferenças intensivas; não há ainda aqui subjetividade, nem pessoalidade, nem mesmo humanidade, na medida que tudo pode ser definido, ontologicamente, pelos afetos e intensidades de que é capaz, e se apresenta, neste plano de vida pré-subjetivo, como populações de afetos e de intensidades.

No espaço a percorrer que a obra de arte põe em cena, vemos enredarem-se passagens afetivas, aumentos e diminuições de potência, transformações e sentimentos que fogem à esfera do pessoal e até do humano, com os personagens experimentando estados e passagens tantas vezes desconhecidos, um “turbilhão de vivos”, diz Deleuze, “efervescência do caos”, diz Guimarães Rosa¹³. *Morte e Vida Severina* é um poema que nos coloca em pleno plano pré-subjetivo - das potências afetivas - e efetua o trânsito das intensidades mais radicais. Primeiro, passamos por todos os estados de uma vida severina tornada potência de padecer, inibição de afetos onde um só

¹³ Expressão de Guimarães Rosa, em *J. Guimarães Rosa: correspondência com o tradutor italiano*, Icib, 1972.

acontecimento se afirma: “só a morte vejo ativa”¹⁴; Severino cruzando as viagens dos mortos a suas moradas, a jornada dos carregadores, o rio que se interrompe, rezas, rezadeiras, enterros, cemitérios. Até que as intensidades de uma vida nova que surge - um nascimento - venham operar a passagem aos afetos mais potentes de *uma* vida que, mesmo franzina, carrega “o peso de um homem”, “as batidas de uma máquina de homem”, “as mãos que criam coisas”, todas as singularidades de uma vida de imanência absoluta que “infecciona a miséria com vida nova e sadia”¹⁵.

Não há como desconhecer aqui as ressonâncias do poema com o último texto publicado por Deleuze em vida “*L’immanence: une vie...*”. De que maneira tão bela o poeta toca nesta vida que é “potência e beatitude completas”, vida indefinida, impessoal, vida de um bebê, como Deleuze sugeria: “os bebês são atravessados por uma vida imanente que é pura potência, e mesmo beatitude através de sofrimentos e fraquezas”¹⁶. Dizer que a literatura fala de “uma vida”, “de uma vida severina”, é dizer que ela é capaz de atingir, para além do indivíduo, da memória e dos estados subjetivos, este plano de imanência pré-subjetivo, onde os afetos e problemas de uma vida severina vivida são tornados, enquanto afectos puros de arte, intensidades de vida indefinida.

b - “Segundo devir: encontro de uma bruma com outra”¹⁷

Vimos como o conceito de impessoal e de individuação sem sujeito introduzem

¹⁴ *Poesias Completas*, op. cit., p. 211.

¹⁵ Idem, p. 240.

¹⁶ Deleuze, “*L’immanence: une vie...*”, *Philosophie*, n. 47, p. 6.

¹⁷ Villani, 1997, op.cit., p. 46.

na problemática do indivíduo singularidades extensivas (trajeto e meio) e intensivas (afetos), fazendo com que ele não possa mais ser pensado sem os dinamismos de uma realidade complexa e diferenciada que o torna em si uma multiplicidade. O segundo ponto a ser considerado através de noção de impessoal é o que pretendemos desenvolver sob a idéia de interconectividades, o entre-multiplicidades .

Desde o início, seria preciso colocar este ser tenso, agitado por problemas, afetos e intensidades em uma rede de conexões fora da qual não há individuação. Em Simondon, ocorre ao ser individuando-se integrar necessariamente uma problemática mais vasta, participar de sistemas de individuação mais amplos e estabelecer as relações, de tal modo que a realidade pré-individual que nele se agita reuna-se a dos outros, participando de uma verdadeira operação de individuação coletiva. É também o transindividual que supõe os processos de individuação, com suas problemáticas e seus modos de resolução, com sua metaestabilidade, isto é, seus potenciais de transformação e de constituição de novas individuações.

Se a filosofia de Deleuze apresenta-nos os agenciamentos coletivos de enunciação como conceito posto a superar noções de subjetividade lingüística conhecidas - por exemplo, as de sujeito de enunciação e de sujeito de enunciado - não se trata de uma simples operação de somatório de indivíduos. O conceito de agenciamento estaria apontando para uma condição mínima da enunciação, que não seria apenas a existência de dois termos (1+1). Em uma conexão de heterogêneos há algo que acontece entre os termos, uma operação de individuação que os faz colidirem, um processo que os cerca e arrebatava. O agenciamento de enunciação não é

apenas numericamente superior ao sujeito, um coletivo, ele é antes uma individuação coletiva, no sentido que Simondon atribui ao termo.

Veremos como o literário nos informa sobre esta condição da linguagem que não é a do coletivo como um fundo social, em segundo plano, que situaria o sujeito, em primeiro plano. Na literatura, escritor e personagens se encontram tomados em um agenciamento coletivo, a enunciação literária fala com, em solidariedade a, na intenção de um povo que falta: “Dir-se-ia que a escrita, por si mesma, encontra inevitavelmente “minorias”, que não escrevem, necessariamente, por sua própria conta, sobre as quais, tampouco, se escreve, no sentido em que seriam tomadas por objeto, mas em compensação, nas quais se é capturado quer queira quer não pelo fato de se escrever”¹⁸.

O escritor tomado por um devir coletivo minoritário dá a palavra àqueles que não a possuem, mas encontra-se com estes em um devir sem o qual a literatura não se realizaria ou seria pura redundância em serviço de forças dominantes. Para que uma literatura seja menor, deve estar presa em um pedaço de mundo menor, precisa encontrar seu elemento minoritário, devir-mulher, negro, índio, criança, animal... O escritor é corpo saturador, prene de devires, prene de outra coisa, e a literatura menor é expressão destes devires, destes encontros. Há quem esteja sempre a pensar em um futuro majoritário (ser grande), o problema do escritor seria outro: como tornar-se menor e viver os devires-minoritários de um povo, de uma mulher, de um animal; o que não significa imitar o louco, a mulher, o analfabeto, o mudo, mas como

¹⁸ Dial, p. 54-55.

tornar-se tudo isto, “para inventar novas forças ou novas armas”¹⁹. Escrever é agenciamento com o povo.

Escrever *com* uma população de secas e de mangues - “a gente de uma capital entre mangues (...) a gente de uma Caatinga entre secas”²⁰ - não é o engate da poesia de João Cabral? O poeta é tomado por esta porção de mundo. E o agenciamento não é apenas um composto humano, de sujeitos que se alinham: os rios, as pedras, os sertões, os bichos - um boi morre na seca -, uma hora do dia, um calor intenso, uma luz, todos estes elementos prendem-se neste agenciamento de enunciação do qual o escritor é agente, mas nunca autor.

E tem os agenciamentos que ele inventa, diz Deleuze: “o escritor inventa agenciamentos a partir de agenciamentos que o inventaram, ele é portador do trânsito de uma multiplicidade a outra”²¹. E os personagens: de que modo não formam eles mesmos populações, multiplicidades de heróis que se encontram, como dizia Blanchot, tomados por esta impossibilidade de dizer “eu”? Assim, no início de *Morte e Vida Severina*, há tantos severinos, uma população severina, que aquele que se retira à nossa vista passa pela dificuldade de destacar-se desta massa e encontrar um nome próprio que lhe diga ou designe. E até a fórmula “Severino, da Maria do Zacarias, lá da serra da Costela” ainda diz pouco, “se ao menos mais cinco havia com nome de Severino, filhos de tantas Marias mulheres de outros tantos, já finados, Zacarias, vivendo na mesma serra magra e ossuda em que eu vivia”²². Preso em um devir

¹⁹ Dial, pp. 90, 11.

²⁰ João Cabral, “Fazer o seco, fazer o úmido”, *Poesias Completas*, op. cit., p. 13.

²¹ Dial, p. 65.

²² João Cabral, “Morte e Vida Severina”, op. cit., p. 203.

coletivo, Severino é ele mesmo uma população, uma multiplicidade de gente em terra seca.

O impessoal, desdobrado em “fazer-se bruma” e “encontro de uma bruma e outra” é abertura das ‘subjettividades’ e dos ‘sujeitos’ para uma realidade problemática extrapolando os limites do individual e do meramente coletivo, para atingir os processos que bordejam um homem, um povo, dessubjetivados de seus processos pessoais.

A linguagem e o impessoal

Entramos, então, no último ponto deste capítulo, com a questão: por meio de que procedimentos a linguagem é capaz de efetuar e expressar este plano impessoal? Da mesma maneira que os pronomes pessoais e a dêixis expressariam uma subjettividade lingüística, ou que uma articulação significativa representaria uma subjettividade desejante, há um tratamento da linguagem, a ser pesquisado, servindo como semiótica particular do plano de imanência impessoal: a hipótese inicial de Deleuze seria que os artigos indefinidos, os nomes próprios e os verbos infinitivos formariam “a cadeia de expressão de base, correlativa dos conteúdos minimamente formalizados, do ponto de vista de uma semiótica que se liberou das significâncias formais como das subjettivações pessoais”²³. Trabalhariam da seguinte maneira:

Enquanto a forma verbal do infinitivo apreenderia as singularidades de sentido e de acontecimento independentes das coordenadas espaço-temporais (tornar,

²³MP, p. 322.

morrer, chegar, encontrar...), enunciando o tempo do acontecimento puro ou o devir, os nomes próprios designam individuações por *hecceidades*: nomear um tufão, uma pessoa, uma operação militar, um invento, uma doença, é sempre recolher na linguagem os traços individuantes, os traços evenemenciais ou devires que se encarnam no designado. E, por fim, os artigos e pronomes indefinidos introduzindo *hecceidades* (*era uma vez, um cavalo cai...*) “encontram aqui sua individuação no agenciamento do qual eles fazem parte, independentemente da forma de seu conceito e da subjetividade de sua pessoa”²⁴.

Esta pesquisa dos signos capazes de fomentar o impessoal, isto é, de manter a agitação, a bruma e as conexões de um campo que só se individualiza relativa e secundariamente, encontra na indeterminação do *on* (*on parle* - fala-se) e no *il* impessoal (*il pleût* - chove) as figuras mais contrárias ao “cogito” enunciativo de Benveniste: *Tu* como ponto de subjetivação a partir do qual cada um se constitui como sujeito; *Eu* designando o sujeito que enuncia e se reflete no enunciado e *eu* como sujeito do enunciado, passível de ser substituído por *ele*²⁵. Enquanto o *on* mantém a enunciação no estado indeterminado de um agenciamento polívoco, os pronomes pessoais fazem o agenciamento passar pela operação de filtragem, seleção e identificação de enunciadores estanques. Esplendor do *on*, que teve em Blanchot e em Foucault seus igualmente notáveis admiradores.

Caberia, então, conduzir este comentário sobre a linguagem e o impessoal para uma linha de pesquisa que Deleuze e Guattari teriam deixado aberta: a dos

²⁴MP, p. 323.

²⁵Sobre o “cogito” de Benveniste, ver MP, p 163.

diagrammes. Diagramas seriam tipos de signos que, ao lado dos índices (signos territoriais), dos ícones (signos reterritorializantes) e dos símbolos (signos de desterritorialização relativa ou negativa) responderiam pela desterritorialização absoluta, pela fuga contínua nos sistemas - subjetivo, lingüístico, ou outro qualquer. Uma semiótica - ou pragmática -, segundo Deleuze e Guattari, deveria contemplar este plano de expressão diagramática, a desfazer as formas do sujeito e as constantes da língua.

Esta pesquisa Deleuze realizou-a, a seu modo, ao longo de sua obra inteira, quando dedicava-se à arte e a uma pragmática do estilo. Acompanhar as análises que ele fez dos procedimentos literários - tarefa do nosso próximo capítulo - não tem outro sentido que mostrar um pensamento que se força a pensar os signos de uma linguagem intempestiva e procura captar os menores traços que deixam escapar a linguagem e as novas possibilidades do ser. As “figuras” do estilo em Deleuze são o precursor sombrio, os tensores, as fórmulas agramaticais, os fragmentos não totalizáveis... Nosso comentário não tem outro objetivo que colocar-nos no rastro destas fulgurações de linguagem, dos *diagrammes*. Praticar, saber arrancar da linguagem suas figuras mais subversivas, eis o que nos propõe o aprendizado de Deleuze dos signos literários.

Capítulo 5: Pragmática do estilo e agramatical

A questão da linguagem é um dos principais pontos de encontro dos textos de Deleuze com as análises de Foucault. Vêmo-los rondando a linguagem, evidenciando os sistemas que distribuem os signos, maquinando concepções de enunciado e enunciação, pensando as formalizações científicas que a objetivam, mas, sobretudo, encontramos-os debruçados sobre um tipo de textos literários que parecem, a nós leitores, atraí-los de uma tal maneira, como se ali estivesse uma importante chave de leitura da questão. Artaud, Brisset, Roussel, a lista de escritores que os dois filósofos freqüentam é extensa. Isto nos leva a perguntar se se trata apenas de um mesmo gosto literário ou de uma coparticipação, mais radical, em um problema insistente ligado a esta forma de linguagem - literária - que se impõe ao pensamento com tamanha força, como se ali estivesse algo de fundamental para o próprio pensamento, “a literatura aparece como aquilo que deve ser pensado”¹. Que dizer deste encontro da filosofia com a literatura? Que importância tem ele e quais são suas conseqüências? Gostaríamos de mostrar que a insistência destes autores em tais textos demarca a preocupação comum de encontrar o funcionamento de uma agramaticalidade radical trazida à luz pelo ato de escrever.

Graças ao artigo recente de Judith Revel, podemos compreender a relação complexa, na obra de Foucault, entre diferença e agramaticalidade. A autora mostra onde está o exercício foucauldiano afirmativo da diferença, ele que sempre mostrou a

¹Michel Foucault, *Les mots et les choses - Une archéologie des sciences humaines*, Gallimard, 1966, p. 59.

estrutura epistêmica enquanto ordem do mundo que organiza e sujeita as diferenças, “o sistema da distribuição das semelhanças e das diferenças no interior de um campo histórico e epistêmico dado”². Ora, é ao largo dos grandes livros e como complemento independente destes, que alguns artigos sobre a literatura ensaiam o pensamento da diferença livre da sujeição que estes sistemas lhe impõem através da norma, do conceito³ e da categoria. Fala não categorial, que mostra a verticalidade da intensidade e da diferença: de Mallarmé a Roussel, de Sade a Brisset é a mesma “linha de resistência”.

Esta agramaticalidade que os textos de Foucault e Deleuze recolhem na experiência literária moderna valem como protocolos de uma diferença radical liberada das categorias que formalizam o pensamento e a linguagem: é a-lógica, assignificante, não-representativa; “não tanto a ausência de uma gramática quanto a inversão da lógica que fundamenta a distribuição do sistema da língua”⁴. Ato de escrita **transgressivo** - que passa através do limite - mas principalmente **subversivo**, correndo sob, em **outro** plano e espaço. Gagueira, liberação da diferença na palavra. O agramatical, como idéia deleuzeana é o conceito de diferença (que não sujeita a diferença, mas a libera) diferenciando-se na linguagem. E aqui poderíamos marcar uma divergência sua com relação à obra de Foucault:

À diferença do que revela Revel, que em Foucault existem dois espaços, um

²Revel, “Foucault lecteur de Deleuze: de l'écart à la différence”, *Critique - cinquante ans*, n° 591-592, 1996, p. 729.

³O conceito seria a primeira figura da sujeição da diferença, cabendo a ele dominar a diferença: “é preciso que a percepção, no âmago do que se chama de diverso, apreenda as semelhanças globais” (M. Foucault, citado por Revel, op. cit., p. 729).

⁴Idem, p. 733.

horizontal, das estruturas epistêmicas que parecem perdurar e funcionam como *a priori*, e outro vertical, das aparições em intensidade das diferenças (texto literário, loucura, infâmia), de modo que seus artigos sobre a literatura são eles mesmo irrupções em uma obra de edificação de grandes sistemas, a abordagem de Deleuze da literatura avoluma-se em um rizoma filosófico que perdeu toda horizontalidade e verticalidade e traça, sempre na diagonal, a linha de desterritorialização que conduz toda multiplicidade. Isto quer dizer, primeiro, que os textos literários enquanto estados da diferença pura aparecem no interior mesmo dos grandes livros do filósofo, e ali acoplados fomentam suas diferenças e linhas de fuga. Segundo, é o próprio estatuto do agramatical que se modifica: enquanto em Foucault poderíamos considerá-lo segundo em relação aos dispositivos de poder, para Deleuze, as linhas de fuga (a linha de agramaticalidade) é sempre primeira e combate no próprio agenciamento que integra as linhas segmentares de poder aí formadas.

Nada que desfaça a solidariedade entre estes homens do pensamento que souberam levá-lo aos limites e ao impensado. Encontramo-los diante dos textos literários, mas encontramos-los também mais longe, em regiões que o pensamento mesmo parece faltar e que a linguagem se decompõe, manuais esquizos, ausência de obra. E com qual finalidade, senão a de propagar um pensamento do fora e um fora da linguagem, elevação do pensamento e da linguagem a uma potência desconhecida, impensado e indizível, mas que é a diferença liberada no seio do pensamento e da linguagem. O filósofo encontra no gago e no louco os personagens virtuais que doravante “assumem uma nova existência, como condições interiores do pensamento

para seu exercício real”⁵: um pensador que gagueja e um pensar que inventa o pensamento que falta, a experiência literária e a experiência da loucura, até onde Deleuze e Foucault souberam levá-las, deixam de ser uma determinação empírica, lingüística, social, psicológica, para tornarem-se um cristal, um germe do pensamento.

Deleuze e o agramatical

Há, em Deleuze, um aprendizado do agramatical. Isto se observa na trajetória de sua obra pela sensibilidade crescente aos traços de expressão. Dos primeiros textos sobre a literatura ao último livro que publica em vida, *Critique et Clinique*, desenvolve-se uma afeição ao traço expressivo que não é forma artística (ou expressão formada), mas, por exemplo, a novidade de um elemento insólito que se emancipa de uma frase escapando à forma lingüística e, tal como um sorriso inquietante em um quadro, contamina toda a expressão, expressando um devir, uma intensidade. Nosso esforço, nesta abordagem do agramatical, será feito de modo a recuperar no passar da obra de Deleuze o encontro e o trabalho minucioso com os procedimentos lingüísticos afetados por esta linha de diferença e de agramaticalidade: mostrá-los enquanto potência da linguagem, como função-limite exigida por sua própria filosofia.

Transversalidade e diferença: procedimento 0

Iniciamos este trajeto em *Proust* com a impressão de que a agramaticalidade no sentido que iremos conhecer mais tarde apenas começa a despontar. Não se fala ainda em “sintaxe criativa”, assintaxia, mas em “uma sintaxe e um vocabulário bastante

⁵Qph?, p. 92.

específicos”⁶. E, curiosamente, não existe aí nenhuma referência à “língua estrangeira na língua”, expressão do próprio Proust que será continuamente retomada como ato fundamental do procedimento literário: construir língua estrangeira na língua. Há, sim, inversão da opinião e da lógica do senso-comum - o ciúme torna-se finalidade do amor, o pensamento que não pensa de boa vontade, mas forçado.-, mas esta descoberta de uma (outra) lógica proustiana está à frente da especificação de procedimentos lingüísticos singulares desenvolvidos pelo autor que funcionem como traços de expressão desgarrados. Deleuze encontra a força de unidade da obra na “estrutura formal da obra de arte”, citando Umberto Eco: “a obra como um Todo propõe novas convenções lingüísticas a que ela se submete, e se torna a chave de seu próprio código”⁷. Mas veremos como esta explicação é provisória em sua obra, e como a simples referência a um “outro código” não soluciona o problema que já lhe aponta a literatura.

Por outro lado, *Proust* abre uma perspectiva grande para o pensamento liberador das diferenças na linguagem: há nele uma pesquisa do estilo como “coexistência de pontos de vista na frase” e da transversalidade como linha que embala estas diferenças sempre afirmadas em sua distância. A obra literária é tida como um composto de diferenças não totalizadas e o ponto de vista sobre o mundo que ela exprime é ele mesmo - superior ao sujeito - uma diferença irreduzível. Combrayer não é Combray do passado nem o objeto presente que a recupera, mas um ponto de vista superior, artístico sobre o mundo. O que engendra uma concepção

⁶P, p. 166.

⁷Idem, p. 168.

singular de frase, de sintaxe literária, de estrutura formal, como conexão não totalizante de partes ou diferenças. Aqui a transversal é a linha dinâmica que conecta estes díspares: “é o tempo do narrador, que tem o poder de ser o todo *dessas* partes, sem totalizá-las, a unidade *de* todas essas partes, sem unificá-las”⁸. Esta concepção conectiva-disjuntiva de estilo que implica uma potência da linguagem puramente diferenciante será uma das componentes da noção de agramaticalidade; sua extensão, no trabalho de Deleuze com o literário, vai a Whitman, Beckett....

Precursor lingüístico, palavras esotéricas, palavras-valise; procedimentos 1

Em *Diferença e Repetição* retorna e avança esta pesquisa da linguagem literária como maquinismo de diferenças, como evidencia o Prólogo. Uma filosofia que se propõe a pensar a diferença encontra ressonância na “arte do romance contemporâneo, que gira em torno da diferença e da repetição não só em sua mais abstrata reflexão como também em suas técnicas efetivas”. Mostraremos quais são estes traços efetivos de linguagem que se extraem deste laboratório que é DR em sua relação com um pensar da diferença: em relação aos outros campos que ressoam diferenças (o estruturalismo, como “distribuição de caracteres diferenciais num espaço de coexistência, e a psicanálise revelando uma “potência repetidora do inconsciente”) é sobretudo a arte e os traços de linguagem que manter-se-ão aliados do autor em seu trajeto filosófico. Uma potência recém-descoberta da linguagem perdurará até “quando chega a velhice e a hora de falar concretamente” (*O que é a filosofia?*); a filosofia faz-se inseparável de um estado poético (e patológico) da linguagem.

⁸Idem, p. 170.

A literatura figura em DR como exemplo de “sistema intensivo”. Ela é capaz de realizar todas as diferenças que constituem tais sistemas, diferenças seriais constitutivas de séries e diferenças entre-seriais, que conectam e fazem ressoar estas séries. O importante é que não haja mediação do idêntico, que as séries sejam constituídas por diferenças e relacionadas entre si por meio de diferenças (de segundo grau). Deste compromisso filosófico nasce uma curiosa figura, o precursor sombrio ou precursor lingüístico - nos sistemas literários - e que é exatamente esta diferença de segundo tipo que conecta as séries. O precursor lingüístico é um traço de expressão diferencial e intensivo. Vejamos como ele opera.

Roussel e Joyce irão fornecer a Deleuze os exemplos de tal figura. Tomando uma frase ou um elemento de frase qualquer, a técnica de Roussel consiste em repeti-lo identicamente ou com pequena diferença (“les bandes du vieux *pillard*”, “les bandes du vieux *billard*”), estabelecendo entre as duas formulações uma distância “onde a história inteira deva precipitar”. O papel do precursor é aqui desempenhado por este quase-homônimo que ressoa nas duas séries, mas que não age absolutamente como identidade significativa das séries. A pequena falha entre p/b atua como diferenciador de sentidos, não uma distinção simples mas “um abismo intransponível que é necessário todo um discurso para reduzir”⁹. Procedimento que inscreve o máximo de diferença na repetição, o precursor sombrio mostra uma repetição pela qual vai se diferindo. Sendo a repetição da diferença uma potência poética da linguagem, o precursor sombrio é palavra poética por excelência que aparece “quando se dá um

⁹Michel Foucault, *Sept propos sur le septième ange*, Fata Morgana, 1986, pp. 35, 37.

corpo à ressonância”, quando se compenetraram as séries . É o refrão da canção. É a rima, se compreendida como forma de repetição por diferenciação na linguagem¹⁰.

Introduzimos aqui exemplo retirado da análise de Nicolas Ruwet dos poemas de Mallarmé, quando deparamo-nos com uma tensão criada pelo contraste entre elementos, componentes ou níveis lingüísticos diferentes¹¹. Nos seus últimos poemas, como nos mostra Ruwet, Mallarmé aproxima sistematicamente pela rima palavras pertencentes às categorias gramaticais as mais diferentes, de modo que “a um máximo de semelhança fônica se opõe um máximo de diferenciação, não somente semântica, mas sintática”. A tensão operada aqui leva ao limite um procedimento - a rima -, mas também se manifesta nos *enjambements violents* (“...jusqu’a/ Sourire du pâle Vasco...”) ¹²; tensão entre métrica e sintaxe, na justaposição entre composição popular e arcaísmo sintático (“Ces nymphes, je les veux perpetuer”); e enfim, entre versificação conservadora e anomalias gramaticais ou complexidade sintática. De modo que poder-se-ia formular um princípio a congregar diversos traços componentes de seu estilo: “tensão entre elementos heterogêneos, níveis ou usos distintos”, como se o escritor tirasse o máximo de efeitos da variedade.

Na obra de Joyce, o precursor sombrio aparece por meio de outro procedimento; é a palavra-valise ou palavra esotérica que, reunindo um máximo de

¹⁰Ver sobre a rima DR, p. 52 e M. Foucault, *Raymond Roussel*, Gallimard, 1963, p. 62.

¹¹ Cf. “Notes linguistiques sur Mallarmé”, *Le Français Moderne*, nº 3/4, 53º ano, 195-216. Ruwet formula aí a hipótese de que se tomarmos a sintaxe em seu sentido estrito - “ordem das palavras, hierarquia dos constituintes sintagmáticos, relações implícitas devidas à operação de transformação (deslocamento, apagamento) ou, em termo mais modernos, ao papel das ‘categorias vazias’ de diversos tipos...” -, a poética de Mallarm não deveria sua dificuldade à sintaxe.

¹²Figura poética, o *enjambement* é “passo de um verso a outro para encontrar o sentido. Sentido suspenso entre o fim de um verso e o princípio do outro” (*Nouveau Dictionnaire Français-Portugais*, Livraria Garnier, Paris).

séries divergentes, participa do processo de determinação da diferença em si, mesmo que apresente como resultado efeitos de semelhanças e de identidade (a semelhança é um efeito do sistema de diferenças e não sua condição). Exemplo fornecido por Jean Paris¹³: *farthingale*, composta por *far*, *farthing*, *gale*, *nightingale*, *fart*, *farting gale*, *farting gal*, e ainda diversas conexões com palavras de outras línguas (do fr. *farce égale*, do it. *farsa gaisa*, do al. *fertingen*). A palavra esotérica forma-se com palavras que se descobrem sob palavras, ela é um diferenciador trabalhando pelo dessemelhante dos significados na interseção das séries. Também em LS, onde a palavra-valise conhecerá outros desenvolvimentos e exemplos, Roussel, Joyce e agora Carrol serão os exploradores da técnica serial, no primeiro a comunicação entre séries fundada “numa relação fonemática” (p/b), no segundo, “no prodigioso emprego de palavras esotéricas”¹⁴, entre diversos procedimentos, e em Carrol, vejamos a seguir.

Em *Lógica do Sentido* as séries apresentam-se distribuídas em dois grandes grupos: séries causais, dos estados de coisas, dos corpos e do comer; e séries dos efeitos, das proposições, da linguagem e do falar. Uma das técnicas seriais de Carrol consiste em conectar estas séries heterogêneas por meio de uma palavra esotérica: quando o pato e o camundongo se desentendem a respeito da aplicação de “isto” em “O arcebispo achou isto razoável”, encontramos no ponto de coexistência de duas séries heterogêneas, “isto” designando para o primeiro coisas, estados de coisas e alimentos (comer), “isto” designando para o segundo o sentido de uma proposição preliminar como acontecimento expresso pela proposição (ir oferecer a coroa a

¹³“Finnegans, Wake!”, *Tel quel*, n° 30, 1967.

¹⁴LS, p. 41.

Guilherme)¹⁵. As duas dimensões convergem em uma palavra esotérica, no caso o *isto*; mas há exemplos como o *phlizz*, fruto sem sabor ou o *azziggom-pudding*, ou mesmo o *snark*, que já é uma palavra-valise (shark + snake, tubarão + serpente) com função esotérica. A palavra esotérica faz a síntese de coexistência assegurando a conjunção das duas séries heterogêneas. Toda palavra que preenche esta função, compósita ou não, pode ser qualificada de esotérica. Outro é o procedimento das palavras-valise. Fundadas em uma síntese disjuntiva, distinguem-se tanto das sínteses conectivas (palavra esotérica) quanto de uma simples contração. Se não sei se o rei é William ou Richard, respondo Rilchiam, ramificando a série. Uma palavra esotérica que não apenas coordena duas séries heterogêneas mas que introduz nelas disjunções é uma palavra-valise¹⁶. Estamos, em todos estes procedimentos acima apresentados, na mais positiva potência da linguagem que o sistema literário desenvolve e o sistema filosófico toma como germe do pensar a diferença que fala secretamente nas coisas e nas palavras.

Fragmentos

Por fragmento, gostaríamos de indicar não um procedimento específico e detalhado, se bem que ele irá aparecer na frase de Whitman¹⁷, mas uma tendência menor que trabalha o texto impedindo que suas partes se reunam num todo, e que as relações entre estas partes sejam interiores a um todo e aos termos. Reivindicação de

¹⁵LS, pp. 38, 39.

¹⁶As palavras esotéricas e as palavras-valise são elementos paradoxais que experimentam excepcionalmente a possibilidade de dizer seu próprio sentido - fato interdito ao uso ordinário. Mas só o fazem com a condição de se apresentarem como não-sentido; o não-sentido seria a única fala que diz seu sentido.

¹⁷CC, p. 77.

Proust de um direito ao inacabado, as partes devem permanecer partes e nada deve faltar-lhes enquanto tal, e se um todo vem se acrescentar a elas, é como uma nova parte composta à parte¹⁸. Característica esquizóide de sua obra composta por “lados dissimétricos, direções quebradas, caixas fechadas, vasos não comunicantes, divisões, onde mesmo as contigüidades são distâncias, e as distâncias, afirmações, pedaços de quebra-cabeça que não procedem do mesmo, mas de quebra-cabeças diferentes, violentamente inseridos uns nos outros, sempre locais e nunca específicos, e suas bordas discordantes sempre forçadas, profanadas, imbricadas umas nas outras, sempre com restos”¹⁹.

Mas é sobretudo a literatura americana que vai encontrar no fragmento não totalizável o seu elemento. E Deleuze irá dedicar a ela e a seu processo fragmentário algumas páginas do *Anti-Édipo*, escrito com Guattari, de *Dialogues*, escrito com Claire Parnet, e o capítulo VIII de *Critique et Clinique*, sobre Whitman²⁰. O problema que se coloca e que retoma e avança questões já problematizadas é como produzir e pensar fragmentos que tenham entre eles relações de diferença, que tenham por relações sua própria diferença, sem referência a uma totalidade perdida, nem um totalidade a vir. Como Maurice Blanchot é magistralmente claro nesta questão, citamo-lo:

“Um arranjo de uma espécie nova, que não será a de uma harmonia, de uma concórdia ou de uma conciliação, mas que aceitará a disjunção ou a divergência como o centro infinito a partir do qual, pela fala, uma relação deve se estabelecer: um arranjo que não compõe, mas justapõe, quer dizer,

¹⁸P, p. 161.

¹⁹AE, p. 51.

²⁰Ver em AE, pp. 158, 330; em Dial, a 2ª parte do II capítulo.

deixa *fora* uns dos outros os termos que aparecem em relação, respeitando e preservando esta exterioridade e esta distância como o princípio - sempre destituído - de toda significação”²¹.

Como vai se constituir o texto fragmentário, Deleuze exemplifica com Whitman, a frase abandona a sintaxe que faz dela uma totalidade e libera uma frase assintática infinita, “que se estende ou empurra tiras como intervalos espaços-temporais”²², frase enumerativa, catalogar, frase processional ou protocolo de frases e de momentos. Vocação não totalizante da frase, a sintaxe deixa de relacionar os termos por uma lógica predicativa e atributiva centrada no verbo *ser* (o céu é azul), descobrindo uma lógica das relações não subordinada ao ser, onde o *e* “é a estrada de todas as relações e que faz com que as relações corram para fora de seus termos e para fora do conjunto de seus termos, e para fora de tudo o que poderia ser determinado como Ser, Um ou Todo”²³.

O problema que se apresenta nesta escrita fragmentária é o de toda multiplicidade, irreduzível à unidade, não homogênea, não estrutural, onde as relações das partes não compõe um todo estruturado que determina ele mesmo as partes, mas implicam um arranjo, um agenciamento que é co-funcionamento de elementos mantidos em sua exterioridade, em sua fragmentaridade, sempre suscetíveis de novas relações e a novos arranjos. Uma escrita fragmentária é uma multiplicidade aberta, heterogênea, arranjo provisório que só constitui um todo como resultado das relações exteriores em um tal momento, variando com estas relações. O importante é que estas

²¹M. Blanchot, *L'entretien infini*, op. cit, p. 453.

²²CC, p. 77.

²³Dial, p. 71.

relações variem, que não sejam preexistentes (dadas no todo) e que possam, a todo momento, ser instauradas, inventadas.

Procedimentos filosóficos e literários

Todos estes procedimentos que vimos até agora - o percursor sombrio, a palavra esotérica, a palavra-valise - e mesmo *Proust* que não especifica um procedimento, mas a operação transversalizada na frase e no estilo, encontram-se presos em um procedimento filosófico que consiste em²⁴: 1- Afirmar a existência das coisas e dos seres como pontos de vista (=diferenças); 2- Fazer com que pontos de vista ou determinações estejam prontos a afirmar sua divergência (e não apenas sua convergência); 3- Pensar uma relação entre divergentes não excludente. Afirmção do *ou* disjuntivo, através do qual toda “coisa” se abre ao infinito de predicados pelos quais ela passa; 4- Esta abertura é feita por um elemento ressoador, “que percorre séries diferentes como divergentes e as faz ressoar por sua distância, na sua distância”²⁵. Este procedimento filosófico, que ressoa em P, LS e DR, e que contamina toda a produção de Deleuze, afirmando a disjunção e a divergência, quer superar a identidade através da qual duas coisas são simultaneamente afirmadas e pela qual sua diferença é suprimida, quer chegar a pensar duas coisas ou determinações afirmadas por sua diferença, pela distância positiva dos diferentes, diferença afirmativa²⁶.

²⁴ Uma passagem de LS nos autoriza a usar a palavra “procedimento” no sentido de operação ou prática propriamente filosófica. Quando, na p. 202 (trad. br. p. 179), Deleuze diz que Nietzsche dá o exemplo de um procedimento de supressão do negativo e de afirmação da distância positiva. Ou ainda, a seguir, dizendo que o ‘procedimento’ aí em questão é a própria vida.

²⁵LS, p. 204.

²⁶LS, p. 201 e seguintes; DR, p. 103.

O procedimento literário amplifica-se no procedimento filosófico. Com Proust, Deleuze desvela o estilo como coexistência de infinitos pontos de vista, com Roussel, a linguagem se mostra como puro diferenciador, isto é “falando de coisas diferentes, ela diferencia estas diferenças, relacionando-as imediatamente umas às outras em séries que ela faz ressoar”²⁷, com Joyce e Carroll as séries diferenciais são conectáveis ou ramificáveis no corpo saturado da palavra esotérica ou da palavra valise. Posteriormente, com Whitman e os fragmentos, o problema do conjunto das relações não contidas nos conjuntos de partida e o alerta contra os falsos fragmentos, aqueles que como pedaços de uma estátua antiga, esperam ser completados e colados, restituindo uma unidade e uma origem. Deleuze faz seu procedimento filosófico ressoar nos procedimentos literários, encontrando aí um campo de diferenças primeiras, sempre afirmativas, para além dos efeitos de semelhança (dos significantes e dos significados) que dela podem resultar. Desafio de fazer e pensar a linguagem fora das figuras da semelhança, desafio que o procedimento literário e a filosofia que o observa saberão arrancar do nosso tempo.

Artaud: o extra-gramatical e a palavra-sopro; procedimentos 2

Uma outra linha de procedimentos que se pode extrair do fim dos anos 60, mais subterrânea, correndo em plano diverso e mais profundo, faz sua aparição em dois textos: “Le schizophrène et le mot” e “Do esquizofrênico e da menina”²⁸. Trata-se aí de uma primeira abordagem aos procedimentos insólitos de L. Wolfson - em 1970 sai

²⁷DR, p. 202.

²⁸O primeiro texto foi publicado em *Critique*, n. 255-256, 1968; o segundo é a 13ª série de LS, 1969.

o *Prefácio* a Wolfson - e de um encontro com a linguagem de Antonin Artaud, mas sobretudo trata-se de fazer o levantamento das diferenças entre estes e Carrol, entre a experiências da loucura e as experimentações poéticas: “Devemos estar atentos às funções e aos abismos muito diferentes do não-senso, à heterogeneidade das palavras-valise que não autorizam nenhum amálgama entre os que inventam e mesmo os que empregam. Uma menina pode cantar “Pimpanicalho”, um artista escrever “fumioso”, um esquizofrênico dizer “perspendicaz”: não temos nenhuma razão para acreditar que o problema seja o mesmo por trás de resultados grosseiramente análogos”²⁹.

Em Carrol trata-se da conquista da superfície, da descoberta do acontecimento puro (o sorriso sem gato) como acontecimento incorporal ou sentido, fazendo subir à superfície - e organizando-os em séries - os termos de sua dupla referência: corpos e proposições. Exploração desta linha fronteira traçada entre coisas e proposições, nomes e verbos, designações (referem-se a corpos) e expressões (referem-se a sentidos expressos por outras proposições), fazendo-os convergir em um ponto paradoxal, expresso na linguagem por palavras esotéricas de diversos tipos³⁰.

Mas não é esta mesma dualidade que reencontramos do lado dos esquizofrênicos, Wolfson e a disjunção comer/falar, pagar/falar, o inglês alimentar e excremental / as línguas estrangeiras expressivas, Artaud desenvolvendo ele também suas próprias séries antinômicas da oralidade? Não, responde Deleuze, nestes casos tudo muda de figura, não há mais superfície dos corpos - a superfície arrebitou -, e

²⁹LS, pp. 101-102.

³⁰Sobre a superfície como linha fronteira entre as duas séries onde se elabora o sentido-acontecimento, reportar-se ao capítulo II onde desenvolvemos a noção de transformação incorporal, que é esta entidade atribuível aos corpos e expressável pela proposição.

assim não pode haver fronteira entre coisas e proposições e tudo se torna corpo, profundidade do corpo, mistura. Até a palavra, antes fundada no sentido-acontecimento e distinta ela mesma das qualidades sonoras das coisas e do barulho dos corpos, nesta falência da superfície, perde seu sentido - “a capacidade de recolher ou de exprimir um efeito incorporal distinto das ações e das paixões do corpo” - e torna-se física, afetando diretamente o corpo. Daí surgem dois procedimentos ou duas linguagens esquizofrênicas:

1- Perdendo o sentido, a palavra despedaça-se em elementos fonéticos (sílabas, vogais e consoantes), experimentados como qualidades sonoras insuportáveis que agem diretamente sobre o corpo, penetram-no e formam com ele uma mistura, no mesmo momento que o corpo se reparte: “As partes do corpo, órgãos, determinam-se em função dos elementos decompostos que os afetam e os agridem”³¹. Assim, Wolfson, sentindo-se ameaçado pelas palavras do inglês, converte-as em palavras estrangeiras, segundo seus elementos fonéticos, principalmente consoantes: “tRee” pode ser convertida em “arbre”, “tere” (do russo *derevo*), mas nada impede que seja o T o elemento de conversão. Por meio de um segundo tipo de procedimento baseado em associações mais livre, “eaRLy” traduz-se por “suR-Le-champ”, “de bonne heuRe”, “matinaLement”.... Às explosões dolorosas da palavra do inglês, à decomposição e à destruição (paixão, pólo passivo) vem se sobrepor um procedimento de ação, convertendo a paixão em ação numa outra língua.

2- O segundo procedimento é, portanto, uma atividade que transforma os valores

³¹LS, p. 108.

fonéticos decompostos em valores exclusivamente tônicos e a paixão da decomposição do corpo em ação de um corpo sem partes, que faz tudo por insuflação, inspiração....São as palavras-sopros, as palavras-gritos de Artaud e toda uma linguagem determinada por “sobrecargas consonantais, guturais e aspiradas, seus apóstrofos e seus acentos interiores”: fazer da palavra uma ação tornando-a indecomponível, impossível de desintegrar, linguagem sem articulação. *Derev'ya*, *loud'mi*, pesquisa de Wolfson do elemento fluido, soprado da palavra. Também Artaud, em “Tentativa agramatical contra Carrol”, persegue a palavra insuflada, molhada, um consolidado de consoantes, indecomponível: “*Jusque là où la rourghe est à rouarghe à rangmbde et rangmbde a rouarghambde*”. E mesmo quando o resultado é um equivalente à palavra-valise (*rourghe* e *rouarghe*, *Uk'hatis*³²), longe de operar uma ramificação das séries a partir do sentido, elas operam uma cadeia de associação entre elementos tônicos e consonânticos, em uma região de infra-sentido, absorvendo o sentido pelo princípio fluídico. Artaud pertence ao infra-sentido, é daí que sua literatura tira uma profundidade absoluta.

Segundo Artaud ou procedimentos 3: assintaxia

Saltamos aos anos noventa, a *Critique et Clinique*, capítulo “La littérature et la vie” e observamos, curiosos, que superpondo o Artaud que nos anos sessenta serve de modelo às “experiências da loucura” ao Artaud aqui apresentado, nosso resultado

³²A. Artaud, “L’Arve et l’aume - Tentative anti-grammaticale contre Lewis Carroll”, *Oeuvres Complètes*, Gallimard. As duas primeiras são compostos formados, segundo o autor a partir de ruée (monte de palha), roue (roda), route (estrada), régle (regra), route à régler (rota a ser regulada), e ainda Rouergue, local onde se encontrava; a terceira é formada por ukhase (ukase), hâte (pressa), abruti (embrutecido).

mostra uma variação interessante na abordagem deleuzeana. Primeiro, no nível dos procedimentos acima referidos (paixão-decomposição, ação-composto indecomponível), encontramos em CC três e não apenas duas operações relacionadas: a - queda das letras pela decomposição da linguagem materna (R, T...); b - sua retomada em uma nova sintaxe ou novos nomes com alcance sintático, criadores de uma língua (“eTReTé”); c - as palavras ou gritos-sopros como limite assintático para onde tende toda a linguagem (“Ratara ratara ratara Atara tatara rana Otara otara katara...”). Diríamos que o segundo procedimento descrito em LS foi posteriormente subdividido em dois aspectos, isto é, a ação que transforma a paixão-decomposição dá lugar a dois procedimentos ativos: invenção de uma sintaxe que compõe diferentemente os elementos da língua, mas, mais radicalmente, passagem de toda a linguagem a um limite assintático; pela palavra-sopro.

A variação para a qual gostaríamos de chamar atenção entre LS e CC diz respeito fundamentalmente ao aspecto sintático que em LS não aparecia. Isto é, não havia esta distinção entre criação de sintaxe nova (procedimento b) e ausência de sintaxe ou assintaxia (procedimento c); simplesmente não estava em questão a sintaxe, mas a criação de um composto indecomponível tônico (palavra-sopro). O importante era a diferença entre estes compostos tônicos (operando no infra-sentido) e as palavras-valises de Carrol (que ramificam as séries segundo o sentido), ou seja, pesquisava-se a heterogeneidade da palavra-valise. E esta atenção voltada para a palavra-valise tinha conteúdo filosófico, na medida que eram elas que garantiam a ressonância das séries e sua conversão. Há uma variação na obra de Deleuze que nos toca e ela nos aponta para a criação sintática-assintática. Pesando nossos

procedimentos, verifiquemos a criação de elementos de dimensão vocabular (palavra esotérica, palavra-valise), mas sobretudo contemos com uma sintaxe criadora de língua, eis o que nos dirá Deleuze: “Criação sintática, estilo, tal é o devir da língua: não há criação de palavras, não há neologismos que valham fora dos efeitos de sintaxe nos quais se desenvolvem”³³.

E este caminho, Artaud já o indicava em LS, quando Deleuze mostra que ao infra-sentido era permitido um “extra-gramatical”, uma liberdade de sintaxe e uma assintaxia que Carrol, trabalhando no sentido e sobre as séries, desconhecia. Ao contrário, o que a este cabia era uma sintaxe estrita, - encarregada de recolher a flexão e a articulação das palavras - ela mesma capaz de limitar a infinidade de interpretações possíveis e a falência do sentido e da superfície. Em LS, a criação sintática-assintática aparece ao lado da experiência da loucura e do infra-sentido, enquanto a experiência poética se encarrega da criação de vocabulário e de uma sintaxe estrita³⁴. De fato, é Artaud que no primeiro capítulo de CC quando todos os critérios de avaliação da literatura estão postos, será ele que exemplificará os procedimentos de toda literatura em relação à língua em que é criada: decomposição ou destruição da língua materna; criação de sintaxe, criação de uma língua estrangeira na língua; tendência de toda a linguagem a um limite agramatical. Que sopro psicótico tomou a literatura, é Artaud que alcança a superfície literária ou a literatura que se consagra na profundidade absoluta de Artaud?

³³CC, p. 15-16.

³⁴Mesmo em Joyce, Jean Paris apontou a contradição entre vocabulário revolucionário e sintaxe tradicional (op. cit., p. 64).

Anti-Édipo - Capitalismo e esquizofrenia, escrito com Félix Guattari e publicado em 1972, já apresentara novos valores para encontros com o literário. Corrige o que nos incomodava, ou seja, a partilha feita entre literatura e loucura deixando a primeira do lado das experiências vocabulares, do conformismo sintático e do sentido e a loucura encarregada dos procedimentos de profundidade, do infra-sentido, mas também da criação sintática e do extra-gramatical. Em belas páginas do AE, Artaud é retomado e com ele toda a experiência literária revista, Artaud pertence sem restrições à literatura, ao mesmo tempo que o estilo é tornado assintaxia, agramaticalidade: “É isso o estilo, ou melhor, a ausência de estilo, a assintaxia, a agramaticalidade: momento em que a linguagem não se define mais pelo que diz, ainda menos pelo que a torna significativa, mas por aquilo que a faz escorrer, fluir e explodir - o desejo”³⁵.

Literatura torna-se campo de produção (de efeitos) cujos signos possuem a força de perfurar as formas do conteúdo que tentavam mantê-la na ordem do significante (“isto quer dizer algo”). Ela se opõe a todo objeto de consumo produzido conforme a ordem estabelecida; daí sua natureza esquizóide, revolucionária³⁶, daí a natureza dos seus signos, perfurantes. O grande escritor é aquele que sabe “operar uma perfuração da gramática e da sintaxe” e aquele que fala de um “ponto de fuga revolucionário eminentemente psicótico”. É por isto que Artaud será o grande exemplo da literatura e do procedimento literário, não por ter sido o explorador de uma profundidade desconhecida, como se dizia em LS, mas por ter feito da literatura

³⁵AE, p. 158.

³⁶AE, p. 158 e seguintes.

uma máquina revolucionária, contra a sociedade do seu tempo e o que ela fez com os psicóticos e com a própria literatura, em sua forma *marchand*.

Os tensores contra as metáforas; procedimentos 4

No capítulo III abordamos o tratamento menor da língua em seu aspecto intensivo, distinto de um uso extensivo ou representativo. Falamos, então, que este uso intensivo evocava tensores, mas pouco nos aprofundamos nestes operadores de tensão da língua. A expressão “tensor” aparece inicialmente em *Kafka*, tomada de empréstimo a J.-F. Lyotard, mas sua definição implica a concepção de “intensivo” de H-Vidal Sephila citada anteriormente: “todo instrumento lingüístico que permite tender até o limite de uma noção ou ultrapassá-la”³⁷. Sephila pretende assim evidenciar os processos de intensificação que dispõem as línguas naturais. São diversas as categorias de “intensivos” apresentadas por Sephila no francês, entre elas e a título de exemplo, citamos a de “limite”, com suas variantes de “limite frisado” (“estar a ponto de”, “estar pronto a “, “a um milímetro de”..), de “limite atingido” (“páral!”, “chega!”, “basta”), de “limite ultrapassado” (“é demais!”, “excessivo”, “ultrapassar”) de “limite super ultrapassado” (“muito muito grande”, “morto e enterrado”, “*et tout et tout et tout*”) e de “limite recusado” (“sem fim”, “infinitamente”, sem limites, impossível”). Mas existem outras categorias, como as de violência, de unicidade, de abundância, de imediatidade, de dor. Note-se, no entanto, que estas categorias de séries intensivas não coincidem com categorias lingüísticas

³⁷Sephila, op. cit., p. 113; Em K, cf. p. 35.

específicas.

Inserido no pensamento deleuzeano, o “intensivo” ou “tensor” torna-se um vetor de fuga, introduzindo uma tensão de fuga nos sistemas em que se desenvolve. É, assim, uma potência de desterritorialização lingüística, fazendo “com que a língua tenda em direção a um limite de seus elementos, formas ou noções, em direção a um aquém ou um além da língua”. O tensor responde pela necessidade que aparece, a partir de AE, de avaliar os procedimentos lingüísticos em função de sua potência de desterritorialização. Não coincidente com nenhuma categoria lingüística e podendo se encarnar em todas elas, o tensor é uma função ou um papel que podem desempenhar os elementos da língua. Enquanto procedimento poético ele revela uma poética cuja figura já não pode ser mais a metáfora; o tensor é uma des-figura, uma metamorfose.

Com Jean-Clet Martin comentando Deleuze, podemos ir mais longe na compreensão desta reversão poética e de seus procedimentos, e entendermos melhor a necessidade que sentiu o filósofo de denunciar a metáfora “como procedimento entediante, sem importância real”³⁸. Martin esclarece que a desterritorialização “designa sempre uma tensão de um território em direção a uma dimensão não-territorial”³⁹ ou extra-territorial, diríamos, eliminando o negativo. Relembrando um exemplo, dizemos que é por desterritorialização e por uma tensão territorial que a boca, a língua e os dentes, voltados para o alimento, mudam de dimensão estendendo-se aos valores fonológicos constitutivos de uma articulação significativa.

³⁸PP, p. 44.

³⁹Martin, *Variations - La philosophie de Gilles Deleuze*, Payot & Rivages, 1993, p. 205.

Os procedimentos lingüísticos subversivos devem, partindo daí, levar a desterritorialização tensorial ao sentido, e não compensá-la, como é tendência de um uso representativo, reterritorializando a linguagem sobre a significação. Logo, serão importantes, do ponto de vista dos processos criativos e inovadores, aqueles procedimentos que desterritorializando o enunciado, isto é, fazendo-o passar por estados heterogêneos e universos de sentido diferentes, acabam por liberar a língua de sua significação sedentária, fazendo-a saltar e mudar de dimensão (de vir outro da língua, de vir musical). Peregrinação da forma, no caso o enunciado, sobre uma variedade a n dimensões que não correspondem mais às dimensões alimentar ou significante, mas que introduzem a língua nesta tensão brutal, que é perda de território, deformidade da forma e limite, dimensão desconhecida. Carmelo Bene e o rumor-enunciado tornado musical; arrancado de uma língua tornada musical, graças ao uso assignificante desta língua, fazendo com a forma varie sobre uma linha diagramática, tensional, multi-dimensional:

“Os enunciados de Bene designam o lugar de uma nova flexibilidade onde o sentido toca o seu próprio limite na medida em que cada um dos casos enunciados atravessa níveis e frequências impossíveis. A língua é uma multiplicidade que nos arrasta sobre dimensões heterogêneas. Em um mesmo momento, um indivíduo passa por diversas línguas manifestando sua autoridade de pai, declarando seu amor à amada, adotando uma língua profissional quando o telefone o tira desta situação familiar. E esta desterritorialização que introduz na língua uma tensão brutal levando cada signo através de planos superpostos, esta inflexão com perda de território, nada tem em comum com o processo da metáfora”⁴⁰.

⁴⁰ Idem, p. 206. Ver *Superpositions*, SP, de Bene e Deleuze. Os exemplos desta língua intensa produzida em seu teatro são menos perceptíveis em seus textos que em seus espetáculos, estes sim dotados de toda a parafernália sonora capaz de fazer vibrar a língua em intensidades inusitadas.

Se a criação literária implica a travessia do leque da palavra para produzir seus gritos, suas figuras e suas visões não é a metáfora um bom método de passagem. Como constata Martin, com a metáfora, os desvios e os transportes de sentido se praticam sobre uma só dimensão, há troca de território em um mesmo plano, mas não desterritorialização, o deslocamento não se faz de uma dimensão a outra, mas de um território a outro. Basta afrouxarmos suas fronteiras para fazer surgir novas semelhanças e novas significações. O tensor, ao contrário, percorre dimensões folheadas e implica metamorfoses profundas, deslocamentos profundos que criam a desterritorialização e a variação. Em outra passagem, esclarece Martin:

“A desterritorialização não tem muito ver com o desvio metafórico, com a transgressão categorial que se contenta com um desvio em uma ordem lógica já constituída. Um desvio deste gênero não conhece a ventilação do exterior, a dobra do leque. Ela designa um desvio sobre um mesmo plano, um transporte medido. No lugar da trapaça que caracteriza a transgressão metafórica, ‘no lugar dos limites que se ultrapassam ordenadamente’, a desterritorialização produz uma traição, uma subtração do limite, o duplo contorno das asas de um acordeão que se ramifica em planos escalonados”⁴¹.

Existem tantos tensores quanto procedimentos, gagueiras; o que os caracteriza é a desterritorialização, a passagem ao limite, as mudanças de fase nas multiplicidades lingüísticas (do significante se vai ao assignificante, do gramatical ao agramatical, a *n* dimensões). Vejamos um procedimento criador de tensões na língua, apresentado por Deleuze: os tensores de Beckett.

O problema de partida que a linguagem apresenta para Beckett é a dificuldade particular de “esburacar a superfície da linguagem para que apareça enfim o que se

⁴¹Idem, p. 208.

esconde atrás”. Pelas aderências das palavras que as mantém atadas no particular e no geral, “pesadas de cálculos e de significações, e também de intenções e de lembranças pessoais, de velhas atitudes que as cimentam (...) ela cola...”⁴². O que não significa que sejam só mentirosas, mas, principalmente, não seriam tão capazes - como a música - a operar a determinação do indefinido (transformando, como exemplo, a morte de uma tal menina *em uma menina morre*), trabalhando as puras intensidades que furam a superfície. Os procedimentos variados que o escritor fabrica para vencer esta resistência das palavras, nas peças televisivas que criou, vão da subtração da palavra falada ao seu uso em enumerações, intercalado de coisas e de movimentos. Mas seu procedimento tensional, linguageiro, aparece sobretudo no poema *Comment dire*, quando se rompe a superfície das palavras pela introdução de um segmento acrescentado incessantemente no interior da frase:

Folie vu ce -
 ce -
 comment dire -
 ceci -
 ce ceci -
 ceci-ci -
 tout ce ceci-ci -
 folie donné tout ce -
 vu -
 folie vu tout ce ceci-ci que de -
 que de -
 comment dire -
 voir -
 entrevoir -
 croire entrevoir -

⁴²Deleuze, “L’épuisé”, p. 103.

voulouir croire entrevoir
folie que de vouloir croire entrevoir quoi⁴³

Gagueira poética, proliferante, a frase crescendo pelo meio, aumentando sua tensão interna, ou seja, sua força necessária para criar buracos, vazios, produzir visões e sons. Procedimento conectivo tendido ao assignificante, ao intensivo. Não raramente os intensivos poéticos investem nos processos da língua que determinam escolhas a fazer (seleções) e combinações a estabelecer. Não podemos dizer ao mesmo tempo “passion”, “ration”, “nation”, é preciso escolher uma e combiná-la com outros elementos que não sejam dela mesma. No poema de Gherasim Luca que retomaremos adiante, os tensores operam disjunções inclusivas e conexões reflexivas: *pas-rat*, *passions-rations*, divide e rizomatiza (coloca um e onde haveria *ou*); *pas-passa-passion*, combina a palavra com ela mesma.

Os tensores implicam fases, limites ultrapassados, levando consigo todos os termos que o avizinham, transitivizando a frase, fazendo com que os elementos reajam uns sobre os outros e assegurando a variação de todas as variáveis e o desequilíbrio do conjunto. Se ele é uma expressão atípica ou um simples e que faz a língua proliferar pelo meio, uma sintaxe modular ou gagueira, o tensor implica sempre um limite da linguagem para o qual tende esta língua tensionada, uma expressão onde explodem todas as séries gaguejantes, que pode ser formalmente uma expressão gramatical, mas que já é uma expressão traçada como função-limite da linguagem. Esta função trataremos agora, é a de uma fórmula agramatical.

⁴³CC, p. 105.

A fórmula agramatical

Deleuze observou a tendência, na literatura moderna, à sobreposição de um número ilimitado de expressões gramaticais empurrando a língua até uma expressão atípica, agramatical, limite e fim da linguagem. Passamos de uma tensão sintática, de uma sintaxe altamente criativa e variável a uma fórmula agramatical, fórmula esta compreendida como limite desta sintaxe fluida, ressoando todas as variações por onde a linha sintática passou. É o caso da fórmula *he dance his did* de Cummings, poema nº 29 de *Fifty Poems* de 1939. Como compreender esta violência agramatical em que um verbo no pretérito aparece em posição de nome? A maneira que N. Ruwet⁴⁴ resolve o problema da natureza e da função desse “desvio no texto” é tomá-lo em uma série de fórmulas sintaticamente paralelas ocorrentes, que intercambia itens entre posição de verbo e de objeto (*they slept their dream/they dream their sleep*), de maneira que *he danced his did* aparece como uma variante sintática (e não semântica) de *he did his dance*. É como se o poeta construísse um contínuo de variação virtual que conduz diversas construções gramaticais virtuais (*he did his dance/ he danced his dance/he danced what he did...*) a uma fórmula agramatical ou construção-valise *he dance his did*, resultante “da telescopagem de várias construções diferentes igualmente possíveis”⁴⁵. Assim a expressão *they went their came* é igualmente a construção-valise de *they went as they came/ they went their way...*

Deleuze atraído pela fórmula melvillianiana de *Bartleby* traça esta mesma linha: *I*

⁴⁴“Parallélismes et déviations en poésie”, *Langue, discours, société*, Seuil, 1975.

⁴⁵Idem, p. 342.

would prefer not to (*je préférerais ne pas*) é a fórmula-limite que absorve uma série variável de expressões do tipo: “je préférerais ceci, je préférerais ne pas faire cela, ce n’est pas ce que je préférerais...”. A fórmula-limite, que chamamos de fórmula agramatical, não implica uma agramaticalidade no sentido lingüístico estrito. *I would prefer not to* não é uma construção lingüisticamente agramatical, embora bizarra, pois emprega *prefer* de maneira pouco habitual e sua terminação abrupta deixa indeterminado aquilo que ela rejeita. Uma fórmula agramatical, no sentido deleuzeano, é uma fórmula-limite, uma fórmula-valise, não sendo tão relevante a sua forma (agramatical ou não) quanto os efeitos que é capaz de produzir.

No conto de Melville a fórmula aparece de maneira insistente e conhece variantes mais determinadas quando o personagem diz o que ele prefere não fazer. Os efeitos de sua enunciação insólita são devastadores sobre o ambiente e personagens: não há o que fazer nem o que dizer toda vez que a fórmula é proferida. É a própria referência que parece complicar-se cada vez que Bartleby deixa em suspenso tanto o que ele preferiria quanto o que não preferiria, fazendo a linguagem confrontar-se com o silêncio, como murada de um vazio de vontade, de um negativismo radical. E a fórmula engole, ainda, todos os pressupostos implícitos dos atos de fala, “ela desarticula os atos de fala segundo os quais um patrão pode comandar, um amigo benevolente fazer perguntas, um homem de fé prometer”⁴⁶.

Outra fórmula apresentada por Deleuze é a de Gherasim Luca, que explode no poema *Passionnément* como um grito ao fim de longas séries gaguejantes: “Passionné

⁴⁶CC, p. 95.

nez passionnem je/ je t'ai je t'aime je/ je je jet je t'ai jetez/ JE T'AIME PASSIONNEM T'AIME". Escreve Deleuze, "a língua inteira que desliza e varia a fim de desprender um bloco sonoro último, um só sopro no limite do grito *je t'aime passionnément*"[Eu te amo apaixonadamente]⁴⁷. E Artaud, com suas palavras-sopro que marcam um limite da linguagem, como puras intensidades a que se destinam a sintaxe desviante. E Beckett, em que as frases proliferantes e gaguejantes (*ceci -/ ce ceci -/ ceci-ci -/ tout ce ceci-ci...*) deságuam em um "bloco de um único sopro que expira (*vouloir croire entrevoir quoi / queria crer entrever quê*)⁴⁸. E Roussel, Celine, Peguy, Kleist, Lawrence, cada qual com sua gagueira, seus tensores e seus limites sempre traçados ao fim de uma linha de variações que conduz a língua em desequilíbrio a estranhos fins.

O estilo como linha agramatical

Eis o estilo: uma linha sintática convulsiva, gaguejante, afásica, o que quer dizer intensiva, sinuosa de afetos, perfurada de visões e audições, de sensações e devires. O estilo em Deleuze é esta linha de agramaticalidade; mas agramatical é aqui o devir intenso da língua, pouco importando que nela se conduzam tais e tais experimentos agramaticais (no sentido lingüístico estrito) ou quais tipos de procedimentos sejam operados. O estilo é uma sintaxe em devir, de recursos inesgotáveis, segundo as necessidades de cada imagem, de cada limite que se

⁴⁷CC, p. 139.

⁴⁸CC, p. 140.

persegue. O estilo é uma linguagem das sensações.

Haveria um método válido para todas as artes que é trabalho sobre um material particular - palavras, sintaxe, cores, ritmos...- de modo a extrair deste material um bloco de sensações - compostos de perceptos e afectos - que ultrapassam a experiência vivida, as percepções, as afecções e as opiniões. Por um lado, o estilo se compõe de visões que fazem do escritor um vidente. Os personagens e paisagens fabulados são grandes demais e atingem uma visão que ultrapassa os estados perceptivos do vivido e compõem os perceptos de uma vida, de uma paisagem ou de um momento. O percepto é esta visão não humana, hiperdimensionada, que a arte alcança e cria. O afecto é o devir não humano do homem, a criação de um zona de indiscernibilidade na qual alguma coisa ou alguém não cessa de tornar-se outra. O estilo, enquanto linguagem das sensações, deve abrir o material às duas potências da sensação, os perceptos ou as visões, os afectos ou os devires. Esta linguagem cravejada de sensações é o estilo: uma gagueira poética, uma afasia.

Que haja uma literatura feita com as percepções, afecções e opiniões do autor e que não chega a entrever perceptos e afectos de uma vida, que haja uma literatura em que o procedimento lingüístico é mero tecnicismo verbal que não deságuam em sensações, são equívocos próprios à literatura. Nos textos em que trata da literatura, Deleuze submete o rememorar das sensações e a emissão de opiniões à invenção: “o artista acrescenta sempre novas *variedades* ao mundo”⁴⁹, subverte o consenso e apresenta um afeto novo. Também o procedimento deve encontrar o processo vital

⁴⁹Dial, p. 9.

capaz de produzir uma visão, deve abrir passagem à vida e aos devires, às sensações e aos afetos.

Capítulo 6: Do procedimento psicótico

“Deleuze disse admiravelmente: “A psicose e sua linguagem são inseparáveis do ‘procedimento lingüístico’, de *um* procedimento lingüístico”.

M. Foucault¹

Bem antes de conhecer esta frase de Foucault, eu já me encantava com a maravilhosa hipótese de Deleuze a respeito da psicose e de sua linguagem: fazer do procedimento lingüístico uma noção chave da problemática psicótica, eis algo de simples e de verdadeiramente produtivo que é apresentado no texto de 1970, sobre Wolfson, e que mereceria ainda toda a atenção. Possivelmente, esta hipótese de Deleuze, tão admirada por Foucault, não teria chegado ao ponto sem que a noção de ‘procedimento’ fosse ela mesma ativada no *Raymond Roussel* de Foucault². Uma parceria sutil, um tipo de criação filosófica em zig-zag que não pára aí, pois neste assunto os dois filósofos experimentam uma generosidade que prossegue: Foucault desenvolve no artigo sobre Brisset, citado em epígrafe, uma análise comparativa das criações lingüísticas de Wolfson, Roussel e Brisset levando em conta esta atração, mostrada por Deleuze, entre psicose e procedimento; texto que será admirado e diversas vezes citado por Deleuze e notadamente referido em sua segunda versão do artigo sobre Wolfson, publicado em CC, mais de vinte anos depois de sua versão inicial.

¹ Foucault, *Sept propos sur le septième ange*, op. cit., p. 45. O texto foi publicado pela primeira vez como prefácio à reedição de *La grammaire logique* de Jean-Claude Brisset, Tchou, 1970.

² *Raymond Roussel*, op. cit., 1963.

Se alguma coisa se passa entre as duas versões de Deleuze - o prefácio de 1970 intitulado "Schizologie" e sua republicação em CC com o título "Louis Wolfson, ou le procédé" - esta alteração, o segundo título a indica bem: inclinação ao procedimento, confirmação da hipótese de vínculo entre psicose e procedimento lingüístico. O que proponho neste capítulo é, primeiramente, tratar o procedimento psicótico como hipótese deleuzeana sobre a psicose e a linguagem psicótica, mostrar sua coerência e importância; então, tendo em vista esta hipótese continuada, evidenciar outras noções a ela relacionadas, que foram sendo afirmadas ou abandonadas no curso de sua obra e que uma análise comparada dos textos de 1970 e de 1993 seria capaz de mostrar. Por fim, faltaria inserir esta discussão no rol de questões que motivam este trabalho: o que o procedimento psicótico traria de novo, no conjunto de textos de Deleuze, ao pensar da linguagem? Veremos, agora, como o procedimento esquizo relaciona-se com os procedimentos literários que vimos no capítulo anterior e de que maneira é capaz de marcar um conceito de procedimento que passa a afetar tanto a linguagem quanto o pensamento.

O procedimento psicótico

Quando o texto sobre Wolfson é escrito -"Schizologie"- no fim do anos sessenta, Deleuze já dispõe de uma hipótese forte de que a psicose tem a ver, fundamentalmente, com um procedimento lingüístico e, assim, teria um sentido preciso o enunciado "toda a psicose passa pela linguagem"³. É das páginas

³ "Schizologie", p. 23.

conclusivas deste trabalho que Foucault colhe o enunciado objeto de sua admiração e que fecharia neste texto a apresentação detalhada do procedimento lingüístico que Wolfson coloca em operação. Diz Deleuze:

“Igualmente dizer que a psicose e sua linguagem são inseparáveis do ‘procedimento lingüístico, de um procedimento lingüístico. É o problema do procedimento que, na psicose substituiu o problema da significação e do recalçamento”⁴.

Para que possamos considerar com sutileza todos os lances finais da análise deleuzeana, proponho que recuperemos alguns dos desenvolvimentos iniciais do prefácio: apresentação de Wolfson, consideração de seu livro como um protocolo de atividade ou de ocupação, isto é, diz exatamente o que seu autor faz. E o que ele faz é traduzir sua língua materna, o inglês, segundo certas regras. O que caracteriza um procedimento lingüístico geral que procura para as palavras do inglês uma correspondente - em sentido e em som - em língua estrangeira (de preferência o francês, o alemão, o russo ou o hebreu), baseando-se nos elementos consonantais, aos quais se aplicam regras de conversão. Vimos exemplos deste procedimento de Wolfson no capítulo anterior (*tRee>aRbre*). Este procedimento, a medida que encontra dificuldades, é levado a se aperfeiçoar em um procedimento amplificado (baseado em associações mais livres, *eaRLy > suR-Le-champ*) e em um procedimento evoluído que transforma os elementos fonéticos desmembrando-os e multiplicando-os o tanto necessário (*shortening>shshshortening*, onde entra o hebreu *chemenn*, o alemão *schmalz* e o russo *jir*).

⁴ Idem, p. 23.

O procedimento de Wolfson, escreve Deleuze, não é artístico (voltamos a este ponto), nem científico, faltando-lhe simbolismo para tanto⁵. Enquanto simulacro ou simulação de um sistema poético-filosófico ou lógico-científico, o sistema de Wolfson releva da “saúde bem particular” que “germina” no fundo da doença⁶. Faz-se na tensão entre Vida e Saber: de um lado, as partes ou pedaços que fazem sofrer (de palavras e de alimentos) e são revelados como sendo a Vida; de outro, o Saber, a reunião de todas as línguas estrangeiras em um idioma contínuo (como saber da linguagem contra a língua materna) e a reunião das combinações atômicas - pólo alimentar - em uma tábua periódica (saber do corpo). Assim sendo, o problema do estudante de línguas esquizofrênico é o da transformação e o da totalização: transformar os pedaços de língua materna que fazem sofrer em compostos de língua estrangeira. O procedimento opera a transformação e acede à totalização, como mostra a seguinte fórmula:

<u>palavras arrebatadas</u>	= vida injusta e dolorosa =>	<u>palavras estrangeiras</u>	= saber (objeto completo)
alimentos despedaçados		estruturas atômicas	

Descrito o procedimento lingüístico de Wolfson, a tese final vem situá-lo em relação a outros procedimentos lingüísticos, como os que a psicanálise categoriza para o campo neurótico: os chistes, os lapsos, que relacionam a linguagem à sexualidade pela significação, pertencendo ao humor e ao simbolizar. A psicose, segundo o autor, está além daí e é questão de uma ironia que não simboliza: a história de amor que as palavras contam e que nos outros domínios é designada (nas histórias obscenas) ou

⁵ Idem, p. 9.

⁶ Idem, p. 10.

significada (no campo neurótico, nos chistes) por elas, aqui, presa nas palavras pelo procedimento, é indesignável e insignificável. A aventura da linguagem psicótica não é, contrariamente ao que se diz, tratar as palavras como coisas, mas imbricar as coisas nas palavras, segundo a lei da palavra explodida, e insuflar o saber nas palavras, segundo o procedimento da palavra indecomponível. Coisa encaixada na palavra e não designada; saber insuflado na palavra, e não significado.

Foucault comenta e expande esta passagem de Deleuze - os dois últimos parágrafos do texto de 1970 - no capítulo que conclui seu comentário a Brisset⁷. Um procedimento começaria a aparecer:

1- Quando entre as palavras e as coisas a relação não é de designação, caso de Wolfson, que sofre com uma linguagem desprovida da distância que permite designar algo (palavra decomposta ameaçadora). Seu procedimento irá privilegiar esta dimensão que se desfaz, manipulando as coisas imbricadas nas palavras, não para separá-las, nem para restituir seu poder designativo; insuflando o saber nas palavras, a tradução universal de Wolfson purifica as coisas, distanciando o mau objeto que entraria em seu corpo;

2- Quando entre proposições (mesmo bem próximas) a relação não é mais de significação e o que importa não é uma equivalência significativa entre frases. No espaço entre-frases constrói-se uma espessura de discurso, de aventuras, de cenas, de personagens, onde a história inteira se precipita (Roussel);

⁷ *Sept propos...*, op. cit., Capítulo VI, "Os três procedimentos".

3- Quando, contra toda tradução, o procedimento é o que decompõe um estado de língua em outro e nestas ruínas encontra os gestos, os acontecimentos e a violência que deram origem às palavras (Brisset).

Assim, compreendemos melhor como a psicose substitui o problema da significação pelo do procedimento:

“É nele (no procedimento) que estão em jogo a doença e a cura. A cura do psicótico não é tomar consciência, mas viver nas palavras a história de amor que elas imbricam e que os insuflam, Eros singular. Não designar alguma coisa, nem significar um saber, mas viver insuflado e encaixado no próprio procedimento (...) Ainda é necessário que o próprio psicótico descubra o procedimento pessoal preciso que o coloca em cena, e redescubra a história infeliz de um amor que seu procedimento murmura e retém, mais escondida do que se estivesse recalcada. Pois, imbricada e insuflada nas palavras, é preciso reencontrá-la como em uma adivinhação, não mais a traduzir com um significado. É, neste sentido, que tudo na psicose passa pela linguagem, mas sem que nada concerna jamais à significação nem a designação das palavras⁸.

Esta noção de “procedimento psicótico” que aparece no texto de 1970, já é, do modo como está formulada, bastante produtiva⁹. As ampliações que a noção conhece mais tarde aparecem, particularmente, na segunda versão do “Schizologie”, publicada em 1993 com o título “Louis Wolfson ou le procédé”. Que exista aí infiltração de material novo e que este acréscimo provenha do diálogo com o texto de Foucault de

⁸ “Schizologie”, p. 23.

⁹ De certo modo, minha experiência com a linguagem psicótica na dissertação de Mestrado falhou por desconhecer ou desconsiderar esta noção, capaz de reunir e explicar toda a variedade lingüística que me atinha. Em todos os casos que acompanhei tratava-se da manifestação de procedimentos lingüísticos, variáveis, tratava-se de “viver nas palavras uma história de amor imbricada, insuflada”. Sobretudo José Basto, quem exigiu de mim uma resposta à altura de sua criação, somente agora eu poderia realizar o trabalho. Minha Dissertação encontra sua utilidade quando mais for considerada uma narração protocolar de procedimentos, comunicando-os livremente, comunicando-se livremente com eles, ou seja, quanto menos tenta explicá-los. Mas volto a ela (*A loucura das palavras*, op. cit.).

1970, eis o que poderíamos considerar inicialmente¹⁰. Há uma comunicação entre prefácios, com duas conseqüências principais para o de Deleuze: a hipótese da psicose e do procedimento (após o apoio de Foucault?) salta da última página e vem ser enunciada logo nos primeiros parágrafos e já com outra formulação: “A psicose é inseparável de um procedimento lingüístico variável. O procedimento é o próprio processo da psicose”¹¹. Outra: o procedimento de Wolfson, antes comparado apenas ao de Roussel, passa a ser comparado também ao de Brisset, ressoando os termos que Foucault estabelece no capítulo acima referido. Vejamos de que maneira a concepção de “procedimento” é amplificada na segunda versão de Deleuze.

Se no primeiro texto o procedimento é definido, como mostramos, relativa e diferencialmente às categorias da psicanálise, em uma referência implícita às considerações de Freud sobre os “chistes”, no segundo, o procedimento psicótico dialoga com a produção literária e com os traços expressivos que nela descobriu o autor. Não que haja uma recusa da análise anteriormente apresentada, o que parece acontecer quanto a outras passagens do prefácio. A comparação com os procedimentos lingüísticos de designação (o obsceno) ou de significação (campo neurótico) e a descoberta do indesignável e do insignificável e do intradutível permanece atual e é mesmo referida¹². Mas há algo a mais a ser dito que avança a noção de procedimento e só a comparação com o literário pode explicitar. Que o procedimento psicótico

¹⁰ Seria preciso considerar que para a segunda versão Deleuze dispõe também do segundo livro de Wolfson, *Ma mère musicienne est mort*, Ed. Navarin, publicado em 1984.

¹¹ CC, p. 20.

¹² CC, p. 32: “... a psicose é inseparável de um procedimento lingüístico que não se confunde com nenhuma das categorias conhecidas pela psicanálise, pois tem uma outra destinação (...) Ele devasta as designações, as significações, as traduções...”.

efetue também um certo tratamento da língua (método), que retire desta língua uma língua original desconhecida (resultado) e que deságüe, nos casos produtivos, em novas figuras de vida e saber (seu efeito), abrindo ele, também, um fora na linguagem, aqui ressoam os três aspectos em movimento no enunciado literário: tratamento ou decomposição da língua materna, invenção de língua estrangeira na língua, visões e audições como limite da linguagem.

Mas quando, não raramente, o procedimento psicótico é incapaz de liberar as visões que o suscitam, permanecendo no estado clínico, chegamos ao ponto de partição entre o literário e o patológico. Caso de Wolfson, à diferença de Artaud, Roussel e Brisset, caso em que o procedimento apenas entrevê figuras de vida e saber, as palavras deságuam no vazio e o procedimento permanece improdutivo: entre a palavra a converter e a palavra de conversão só há vazio (em Wolfson, a “rachadura” transportada na tradução de *the* em *eth hè*). O que faz do procedimento obra de arte é sua potência de inserir neste entre-palavras, entre-frases ou entre-línguas, as “figuras de uma História e de uma geografia incessantemente reinventadas”, acontecimentos puros que ultrapassam as condições de sua efetuação, visões grandiosas; o escritor vê algo de muito grande, os personagens têm visões que lhes arrastam por um devir impessoal.

Tristemente, para aqueles que torcem por Wolfson, “seu procedimento lingüístico gira em falso e não reagrega um processo vital capaz de produzir uma visão”¹³. Mas o que seria então este processo vital produtor de visões, justamente o

¹³ CC, p. 22.

que poderia escapar ao psicótico? A literatura é processo pois abre a linguagem à passagem da vida, aos devires imprevisos e não-preexistentes que ultrapassam todo o vivido. Faz a língua e a sintaxe atingir devires, abre caminho às novas visões que são como pontos altos de um processo de vida. No estado clínico não há processo, mas interrupção, impedimento do processo; e, portanto, o procedimento permanece patológico, incapaz de produzir visões e atingir acontecimentos. O procedimento é aí o próprio processo, o próprio acontecimento, uma vez que o processo vital foi interrompido: “viver insuflado e encaixado no próprio procedimento”. O que não impede que certos psicóticos abram o estado clínico ao processo vital e façam arte do procedimento, restituindo no delírio as condições de uma saúde menor capaz de lhes render devires e visões.

Um exemplo que elucida esta partição: Brisset. Em sua busca contínua da formação das palavras, operando uma decomposição do francês que revelaria sua origem em um estado fluido de língua, estado de jogo, este autor propõe a seguinte formação para a palavra *saloperie* (sujeira):

“Voici les *salauds pris*; ils sont dans *la sale eau pris*, dans *la salle aux prix*. Les pris étaient les prisonniers que l'on devait égorger. En attendant le jour des pris, qui était aussi celui des prix, on les enfermait dans une *salle*, une *eau sale* où on leur jetait, de *saloperies*. Là on les insultait, on les appelait *salauds*. Le pris avait du prix. On le dévorait, et, pour tendre un piège, on offrait du pris et du prix: c'est du prix. C'est *duperie*, répondait le sage, n'accepte pas de prix, ô homme, c'est *duperie*”¹⁴.

Foucault a analisa em todo detalhe, os episódios que formigam de uma palavra a outra, *saloperie* e *duperie* (trapaça), a variação por que passa o elemento */pris/*,

¹⁴ Foucault, *Sept propos...*, op. cit, pp. 27, 28.

comum às duas. No entre-palavras erige-se um espaço de acontecimentos diversos, de figuras improváveis e heterogêneas, um máximo de diferença. É preciso que grandes acontecimentos venham preencher a distância, povoá-la, no que Wolfson fracassa, permanecendo uma distância patológica entre as palavras, e seu procedimento, um mero protocolo de seus estudos lingüísticos, imbricado nas circunstâncias da efetuação empírica das palavras:

“Por exemplo, o esquizofrênico tinha muitas vezes mudado a palavra inglesa “wind”(uind, i aberto e portanto breve=vento), para o alemão “wind’ (vin’t, i aberto e portanto breve), com o mesmo significado; a mãe aumentava muitas vezes o volume da TSF ou da TV para não lhe escapar nem uma palavra do boletim meteorológico. Do mesmo modo, por vezes a palavra inglesa para “lobo”: wolf (uulf, com a consoante seguida de o aberto e breve) era transformada no equivalente alemão wolf (volf) talvez pensando que a vogal desta última palavra sofria a inflexão no plural, no feminino e no diminutivo (a saber, “wölfe”, que também se escreve Woelfe, veufe, com o e abreviado e não alongado) quer dizer “lobos”, sem artigo, ou “Wölfin”, facultativamente escrito com oe, tendo a vogal abreviada e tônica, o i aberto e breve, não se pronunciando o n, significando “loba”; e Wölfchen” ou “Woelfchen”- “violfchen” com o c como consoante surda correspondente à sonora “iolf” significa “lobinhos”(sendo os diminutivos em alemão iguais no singular e no plural)¹⁵.

De todo este comentário, guardemos o procedimento, sigamos as evidências do procedimento e diante dos textos que a psicose nos propõe poderíamos colocar um conjunto de questões sempre aberto: 1- trata-se, então, de um procedimento lingüístico enquanto processo complexo? 2- e como ele opera, isto é, quais os níveis de estratificação da língua se desestratificam, qual prática lingüística, qual método de

¹⁵ L. Wolfson, *Le schizo et les langues*, Gallimard, 1970, p. 68. A mesma passagem foi citada no livro de Monique Plaza, “A escrita e a loucura”, traduzido e publicado por Editorial Estampa, Lisboa, 1990, p. 76.

conversão ele realiza? 3- que resultados obtém, atinge os acontecimentos puros que estão em jogo na superfície da linguagem ou deixa vazio o espaço do entre-palavras? Tomemos um caso como o de José Basto, relatado na minha dissertação de Mestrado. Não há como negar que a atividade que o ocupa nos últimos vinte anos de vida e que ele registra em dezenas de cadernos seja o de um procedimento lingüístico singular, aquele que conta uma história de amor e de medo e que poder-se-ia resumir na seguinte fórmula:

palavra ou fragmentos <u>de palavras atuais e 'inconscientes'</u> Medo, Direita, Inconsciente	=>	palavra convertida ou 'conscientizada' <u>original ou futura</u> Amor, Esquerda, Consciência
---	----	--

A operação que Basto realiza não é muito diferente da de Brisset, Wolfson ou Roussel: prática do *à-peu-prés* (do “parecido”), como escreve Foucault. Sejam as palavras “direita”, “esquerda”, convertidas nas seqüências “darei a tu”, “eis quer dar”. Seu procedimento, Basto o nomeia de “processo de conscientização das palavras”, um processo de decomposição contínua da língua a partir de si mesma, explosão da língua em combinações elementares. Assim como Brisset, na origem das palavras estão frases, enunciados (solidão = “só lhe dão amor”), palavras de ordem (“darei a tu”) e seu autor procura o murmúrio hoje imperceptível que as formaram. E diferentemente da cenografia que Brisset encontra na formação das palavras, Basto faz correr um discurso de valores edificado em sistema ético-político-psicológico e que satura toda a distância do entre-palavras. Se Wolfson aprisiona as visões no vazio patogênico entre a palavra a converter e sua conversão, Basto opera de tal maneira que nenhuma visão

grandiosa sobrevive a este discurso saturante, tomando já-conhecidas e presumíveis todas as figuras e devires que aí poderiam se inserir.

Poderia citar outros exemplos, trazidos de minha pesquisa de campo no Museu de Imagens do Inconsciente e na Casa das Palmeiras, e que correm sobre esta mesma linha de linguagem que encontramos em Brisset, Wolfson, José Basto. Carlos César e seu *etero so ro sot*, uma ‘língua’ cavada no português, com destinação musical. E há outros procedimentos, tantos quantos seus inventores, mas cada um deles responde se indagarmos sobre seu processo, seu método e sua destinação.

Esta hipótese geral sobre a linguagem psicótica me parece mais justa que aquela que podemos dispor, quanto restringimos nosso corpus e nossas pesquisas à busca de “denominadores comuns”, como vemos fazer Marina Yaguello a propósito de Brisset: “Se você pensa que a linguagem é o puro produto das pulsões sexuais, você trabalha as palavras, incessantemente, a fim de as remeter, por uma série de deslizamentos fonéticos e semânticos, graças a um procedimento que se adianta ao trocadilho lacaniano, aos denominadores comuns que são cu, bunda, rabo e sexo”¹⁶. Foucault, prevendo as análises que reduzem os sintomas de tipo semelhante ao de Brisset à mecânica sonora ou significante, leva seu comentário a encontrar toda a extensão cênica, languageira e poética do procedimento que analisa, revelando aí o princípio que o anima: revelar um discurso que, preso nas cenas, nas lutas, no jogo incessante dos apetites e das violências, forma aos poucos o barulho repetitivo que é a palavra, falando sempre “deste homem que não existia ainda, uma vez que ele não era

¹⁶Les fous du langage, Seuil, 1984, pp.191-5.

dotado de nenhuma língua; apenas de sua formação, de seu lento arrancamento da animalidade”¹⁷.

De uma versão a outra: rupturas

O que mais se afirma, ou se nega, no entre-versões de Deleuze e que nossa análise poderia explicitar? Se compararmos parágrafo por parágrafo, linha por linha, se nos ativermos às pequenas diferenças, este comentário poderia se tornar extenso, mas eventualmente desinteressante. Preferiria ressaltar um último ponto que me parece fundamental e que marca uma diferença irreduzível entre a primeira e a segunda versão. De repente, o que era uma linha contínua e variável - um rio -, com a noção de procedimento se avolumando de um texto a outro, parece encontrar margens. É o que ocorre com respeito à psicanálise.

Sabemos que, até o final dos anos sessenta, Deleuze dialogou abertamente com a teoria psicanalítica (DR e LS são exemplos), embora encontrasse por vezes resultados diferentes aos desta disciplina (LS, 34ª série). Entre o prefácio a Wolfson, que se insere nesta linha de trabalho e o capítulo de CC, transbordam os vinte anos de trabalho com Guattari, o Anti-Édipo I e II... Cresceram as dificuldades de conciliação com a psicanálise e isto mostram algumas passagens do texto que nos ocupa¹⁸.

Se na primeira versão é ainda possível uma assimilação dos pedaços-Vida à mãe e do princípio de totalização e transformação ao pai (“ausência simbólica de

¹⁷ Foucault, *Sept propos...*, op. cit., pp. 23, 24.

¹⁸ Cf. sobre esta ruptura teórica, “Pulsão e Campo Problemático”, de L. B. L. Orlandi, *As pulsões*, org. por Arthur Hyppólito de Moura, Escuta/Educ, 1995.

pai”)), a versão posterior elimina todo recuo explicativo do estado de Wolfson aos pais enquanto personagens psicológicos ou categorias simbólicas. Quanto ao esquizofrênico, é dele errar em categorias mundiais, cósmicas, envolvido nas coisas e nas palavras, conjurando a língua não por ser da mãe; é a mãe uma língua conjurada, é a mãe uma coleção de órgãos; primeiro estão as línguas e os corpos. Depois o pai, não é dele que vêm as línguas estrangeiras que o estudante fala, é a estrangeiridade de todas as línguas e de todas as combinações atômicas que é o pai, “o povo de meus átomos e o conjunto de minhas glossolalias”¹⁹.

A questão que se insere entre as duas versões é, portanto, a do estatuto do inconsciente. Concebê-lo em relação direta com todo o campo social, econômico e político mais do que às coordenadas míticas e familiares, eis o ponto de divergência fundamental. Seria preciso mostrar as conexões socio-políticas do inconsciente, lá onde a psicanálise revela um inconsciente simbólico abstrato. É, curiosamente, o que nos mostra a fala psicótica, tão preta de delírios eminentemente históricos, políticos, línguas estrangeiras, alucinando a história, os conflitos de classe, as guerras. José Basto é um exemplo magnífico desta fala, de um discurso que “se articula sobre um outro discurso, aquele da história política, social, religiosa, que fala em cada um deles”²⁰.

É também esta a razão da supressão repetida da noção de ‘símbolo’ e suas derivações, ‘simbólico’, ‘simbolizar’, ‘simbolismo’. Quando o mantém, Deleuze o fará

¹⁹ CC, p. 30.

²⁰ Trecho de Jaeger Marcel, citado por Deleuze em “*Trois problèmes de groupe*”, prefácio ao livro de Félix Guattari, *Psychanalyse et transversalité*, François Maspero, 1974, p. III.

com um certo cuidado, aspeando a palavra ²¹. De novo sentimos o esforço que é feito pelo autor de não retirar Wolfson das questões que se colocam no próprio real, e de referir os desvios patogênicos e as totalidades ilegítimas ao mundo. Doente do mundo, do real, não de pai e mãe, não de símbolos. Se há uma esperança para Wolfson, ela não viria de uma reconciliação com o inglês, com seus pais (seja em yiddish ou em francês). Não seria suficiente diante do problema que lhe coloca o mundo. Mas como resultado do empreendimento que faz nas coisas e nas palavras, há esperança nas novas figuras de vida e de saber que ele porventura viesse a revelar do Ser, do mundo, do seu corpo, da linguagem. Como Artaud e suas figuras rigorosas do corpo (o corpo sem órgãos), do pensamento não inato e da linguagem (as palavras-sopro).

O procedimento psicótico e a linguagem

Deleuze escreveu em *Diferença e Repetição* que “a esquizofrenia não é somente um fato humano, mas uma possibilidade do pensamento, que apenas se revela como tal na abolição da imagem” dogmática do pensamento ²². Perguntamos: qual paisagem de linguagem seria necessário abolir para que a linguagem patológica viesse a ser considerada, de direito, uma possibilidade da linguagem humana? E não apenas uma possibilidade, mas uma potência, uma potência patológica da linguagem que pode ser elevada, potência que em DR é a da diferenciação e da repetição, sempre positiva, dos excessos da linguagem e não de suas faltas.

²¹ Ver “Schizologie”, pp. 9 e 10, e CC, p. 23.

²² DR, p. 243.

Esta potência, Deleuze deixou que corresse em sua obra. O procedimento variável é o resultado mais expressivo de suas pesquisas neste domínio: “cabe à psicose colocar em jogo um procedimento, que consiste em tratar a língua ordinária, a língua *standard*, de maneira a lhe fazer ‘devolver’ uma língua original desconhecida que seria talvez uma projeção da língua de Deus e que levaria toda a linguagem...”. Mas ainda não chegamos ao fim, se concluímos que o procedimento psicótico é apenas o que encontramos nos enunciados efetivamente psicóticos. Transformado em “sopro psicótico”, ele não percorreria outras linguagens - a literatura - e seria mesmo a vocação de certas literaturas, vocação esquizofrenia da literatura americana?

A linguagem psicótica não é somente uma possibilidade de linguagem que nos bastaria descrever pelos recursos do significante... A linguagem dos psicóticos abre passagens ao afetos mais desconhecidos, e ressoa a linha agramatical que faz rizoma com todas as minorias que povoam a língua com suas intensidades. É neste caminho secreto e menor que a linguagem infame dos psicóticos deve ser introduzida, de modo a revelar o impossível que urra em toda língua, o agramatical que nos dá as frases mais duras; mas lá ainda a língua fala, lá o homem ainda pensa e a vida percorre, a gritos, seu caminho.

TERCEIRA PARTE

Capítulo 7: O limite e o fora da linguagem

A função do agramatical não se esgotaria na troca de um sintaxe formal por uma gramática em desequilíbrio. Deleuze tornou-o inseparável de um fim ou de um limite ao qual a linguagem tende, limite que não é sintático ou gramatical, nem completamente lingüístico. No limiar é um fora que faz eco: o que seria, pois, este limite agramatical como destinação das tensões de uma língua, como fora da linguagem? Na expectativa de sondar esta região que nos parece difícil e imprescindível, começemos pela noção de “limite”, tal como é conceituada nesta filosofia.

A idéia de limite tem uma incidência importante em DR: “o limite já não designa aqui o que mantém a coisa sobre uma lei, nem o que a termina ou separa, mas, ao contrário, aquilo a partir do que ela se desenvolve e desenvolve toda a sua potência”. Ou, como é dito adiante, é a “noção de limite que muda complementemente de significação: (...) não designa a limitação de uma forma (...) a suspensão da potência, mas o elemento em que a potência é efetuada e fundada”¹. Ativando esta compreensão ao campo da linguagem, temos que abandonar logo a idéia de uma margem limítrofe que separa um dentro, sob uma mesma lei que define o lingüístico, e um fora, desviante. Esta hierarquia que mede os seres segundo o seu grau de proximidade ou distanciamento em relação a um princípio é substituída por uma hierarquia do ponto

¹ DR, pp. 78 e 86, respectivamente.

de vista da potência: o que interessa saber é se um ser é capaz de 'saltar', ultrapassar seus limites, ir até o extremo daquilo que pode.

Vejamos como em DR, no capítulo "A Imagem do Pensamento", esta noção de limite transpassa o uso de algumas faculdades tais como a sensibilidade, a memória e o pensamento. Cada faculdade estará apta a saltar em potência toda vez que confrontada ao seu limite, isto é, aquilo que lhe concerne exclusivamente no mundo, o seu próprio. Assim, existiriam dois exercícios de uma faculdade. Em seu exercício superior, cada faculdade, confrontando-se com o que lhe é próprio, vai ao extremo do que pode: a sensibilidade encontra um signo, o sensível, o que só pode ser sentido, que a violenta e a faz saltar; a memória, forçada pela sensibilidade, desenvolve-se diante do seu próprio, o memorando, o que só pode ser lembrado; e o pensamento, forçado pela sensibilidade e pela memória, deve apreender aquilo que só pode ser pensado, a essência, como última potência do pensamento. No exercício superior cada faculdade é disparada pelo seu próprio a um trabalho intensivo, transcendental, mas não transcendente. Os limites percorrem o campo de imanência de cada uma delas, de maneira que o signo sensível é o que dispara a sensibilidade ao seu uso superior, o ser do passado é o que dispara a memória a um uso transcendental...

Este exercício superior de cada faculdade - afrontando seu limite - distingue-se do exercício empírico no senso comum quando a faculdade não trabalha mais no seu limite, isto é, forçada pelo que lhe concerne exclusivamente e, então, um mesmo objeto pode ser lembrado, imaginado, concebido, e aquilo que só é atingido através da passagem ao limite torna-se inapreensível, isto é, estes objetos que só podem ser atingidos no uso superior das faculdades tornam-se inapreensíveis, insensíveis,

imemoriais, impensáveis. Estamos no uso comum das faculdades, o que precisaria ser ultrapassado pelas artes e pela filosofia, ambas tendendo aos limites das faculdades, aos imperceptíveis e impensáveis no uso empírico.

Detenhamo-nos nas conseqüências deste modo de funcionamento das faculdades para o pensamento, do que trata Deleuze em *DR*, mas também em *Proust*.² O pensamento forçado, violentado a pensar, neste seu exercício involuntário, nada parece com o pensamento da boa-vontade, que pensa voluntariosamente. A essência é uma violência feita ao pensamento, arrancada do pensamento, irrompida onde o senso comum encontra o impensável. Aquilo que se pensa, forçosamente, é sua própria impotência - o impensável - mas também sua mais alta potência - as essências. Contra o inatismo, é preciso “saber que pensar não é inato, mas deve ser engendrado no pensamento”³, saber que há um acéfalo de direito no pensamento, como um amnésico na memória, um agnóstico na sensibilidade. É preciso que cada faculdade seja arrancada do seu exercício empírico, que o impensável seja pensado, só assim algo de novo, de não estabelecido, pode ser pensado. Pensar é criar, não há outra criação, mas criar é, antes de tudo, engendrar o pensar no pensamento.

Vejamos agora a linguagem. Se tomarmos a fórmula “é preciso levar cada faculdade ao ponto de seu desregramento, ponto em que ela é presa de uma tríplice violência, violência daquilo que a força a exercer-se, daquilo que ela é forçada a

² Os dois livros têm um capítulo chamado “A imagem do pensamento” onde se opõem estas duas imagens: a primeira, que acredita em uma predileção natural do espírito pelo verdadeiro e na reconhecimento como ato principal do pensamento baseado no acordo das faculdades; uma segunda, que quer que o pensamento carregue a marca da necessidade, isto é, a marca de encontro violento com o signo (o pensamento é agitado por fora) e implique um uso discordante das faculdades.

³ *DR*, p. 243.

apreender e daquilo que só ela tem o poder de apreender, todavia também o inapreensível⁴, a linguagem deveria, ela também, possuir um limite que é aquilo que a concerne exclusivamente e aquilo que a faz saltar em potência. Haveria um *loquendum*, que seria o próprio da linguagem, aquilo que a força a exercer-se e o que só ela tem o poder de apreender, ao mesmo tempo o inapreensível? Algo que só pode ser dito e ao mesmo tempo indizível? Deleuze em DR responde esta questão com o sentido. O sentido é o próprio da linguagem. É o que só a linguagem teria o poder de apreender, mas que não pode ser dito no exercício empírico; o sentido é indizível de maneira que nunca dizemos ao mesmo tempo alguma coisa e o sentido daquilo que dizemos. O sentido só pode ser dito no uso habitual através de uma outra proposição que toma uma primeira (e seu sentido) como objeto. Poder infinito de falar sobre as próprias palavras⁵.

Dissemos que o sentido é indizível do ponto de vista empírico, mas vejamos um único modo em que ele é dito não por outro enunciado, mas no próprio enunciado em que se enuncia. Conhecemos as palavras compósitas ou valise, que justamente dizem a si próprias e a seu sentido, mas com a condição de serem elas mesmas não-sentido. Assim, a única maneira que o sentido pode ser dito é travestido de não-sentido - como nas palavras ou construções valise - em uma espécie de metalinguagem que, de uma vez só, diz a si mesma e diz a seu sentido. Neste exercício poético, a condição habitual do sentido de ser o que se cala na palavra é superada; paradoxalmente, o sentido é dito, com a condição de ser não-sentido. As operações do

⁴ DR, p. 216.

⁵ DR, pp. 236, 253, 254, 312.

não-senso seriam a mais elevada finalidade do sentido: “se o sentido é necessariamente um não-senso para o uso empírico das faculdades, inversamente, os não-sensos, tão freqüentes no uso empírico, são como que o segredo do sentido para o observador consciencioso, cujas faculdades estão tendendo a um limite transcendente”⁶.

Em DR, Deleuze privilegiou o estilo e a literatura como operadores de limite e de potência da linguagem: levam a linguagem ao seu limite elevando sua potência. Roussel é aquele que eleva a potência patológica da linguagem, levando-a a seu limite pela repetição. E o precursor lingüístico é uma forma nascida dos excessos da linguagem, “por sua mais positiva potência sintática e semântica”, e não de sua deficiência (por exemplo, pelo fato de uma palavra designar vários objetos). Congregando os termos que dispõe Deleuze em DR⁷ para cartografar o lingüístico e o poético, partiríamos de

- (i) uma multiplicidade lingüística ou sistema virtual de ligações recíprocas entre “fonemas”, que se encarna nas relações e nos termos atuais de diversas línguas. Esta multiplicidade torna possível
- (ii) a fala como faculdade e
- (iii) o objeto-limite desta fala - a “metalinguagem” - que não pode ser dito no exercício empírico de uma língua dada, mas que deve ser dito no exercício poético da fala, exercício co-extensivo à virtualidade.

Para além deste limite da linguagem como “metalinguagem que diz o sentido”,

⁶ DR, p. 254.

⁷ Cf. DR, pp. 52, 53, 202., 312.

aparecem variações neste uso superior da linguagem:

No cinema, o uso discordante do visual e do sonoro é obtido quando o falar rompe com os vínculos visuais (fazer ver), mas sobretudo se ele renuncia a seu próprio exercício habitual ou empírico, “se conseguir voltar-se para um limite que é a um só tempo como que indizível e, no entanto, algo que só pode ser falado”⁸. Atingir o ato de fala como limite é attingir o ato de fala puro que pode ter o aspecto de um grito, de sons musicais, que pode nem ser uma fala no sentido estrito, mas que diz o que só pode ser dito e não visto, elevando a potência da linguagem ao indizível. Da mesma maneira que a imagem visual se dirige a um limite que é o invisível e o que só pode ser visto (vidência), a visão de um cego profeta. Na imagem cinematográfica, as duas faculdades, o falar e o ver, são confrontadas a uma expressão-visão limite, que é o mesmo tempo indizível-invisível: um enunciado-visão puros.

Em *Foucault* aparece um quadro semelhante⁹, só que o ver e o falar já não são aí faces da imagem cinematográfica, mas faces de formações sociais articuladas em enunciados e visíveis. Enquanto consideramos coisas e palavras, acreditamos que vemos aquilo de que falamos e que falamos daquilo que vemos. Estamos no exercício empírico que só se torna superior quando a palavra dá lugar ao enunciado e a coisa ao visível. Cada forma atinge, assim, o limite que a separa da outra: há um visível que só pode ser visto e não enunciável, há um enunciável que só pode falado. Um próprio da expressão e um próprio do conteúdo (visível). Por isso, não falamos do que vemos nem vemos o que falamos. Mas é, justamente, através destes limites que as

⁸ C2, p. 339.

⁹ F, p. 94.

formalizações de conteúdo e de expressão se separam (falar não é ver) e se relacionam em um estrato dissimétrico.

Mas uma noção espreita toda esta formulação de limite: é o fora, o limite como fora do pensamento e da linguagem. É o fora que vai dar condição ao limite saltar como potência conceitual e vir ativar o exercício superior transcendental (não transcendente) das multiplicidades (as faculdades aqui incluídas).

O pensamento e o fora

Partamos do comentário de Zourabichvili, de uma frase conclusiva que nos servirá de começo¹⁰: “Quando Deleuze fala de Fora, esta palavra tem dois sentidos complementares: 1) o não-representável, ou o fora da representação; 2) a consistência mesma do não-representável, a saber a exterioridade das relações, o campo informal de relações”. O problema que se coloca é o do pensamento e o que ele pensa, de onde o pensamento retira a sua necessidade e torna-se um pensamento necessário. A imagem representativa do pensamento, contra a qual Deleuze se volta, encontra na realidade exterior enquanto mundo verídico o objeto próprio de um pensamento que deve esforçar-se por conhecer esta verdade, contra toda sorte de erros ou intervenções exteriores que possam tentar atingi-lo neste percurso da boa vontade de pensar. Ao mesmo tempo que o mundo ganha um princípio de identidade que faz com que os objetos possam e devam ser reconhecidos pelo pensamento, o pensamento ele próprio ganha uma imagem retilínea, passiva, o seu trabalho é reencontrar-se com os objetos

¹⁰ François Zourabichvili, *Deleuze - Une philosophie de l'événement*, Paris, PUF, 1994, p. 47.

ou verdades que ele pode de antemão adiantar ou presumir. Entre o pensamento e o que é pensado, a relação não é de estrangeirismo, mas de intimidade, a verdade é um bom fora, o mundo exterior verdadeiro se dá à boa vontade do pensamento.

Ora, o que Deleuze mostra é que esta imagem dogmática do que seja pensar decorre da interiorização da relação do pensamento com o fora, esta imagem dá uma forma ao fora como verdadeiro, afim, idêntico, homogêneo, reconhecível - o que é representado - ao mesmo tempo que dá uma forma representativa ao pensamento, é reconhecimento, é distância que separa o filósofo do reconhecimento da verdade. Pensar a atividade filosófica torna-se, então, repensar sua relação com a exterioridade, renunciar ao que a imagem representativa forma como fora, verdade e mundo exterior. Primeiramente, é preciso afirmar toda a exterioridade do pensamento e o que ele pensa, conceber uma relação sem nenhuma intimidade, nenhuma prévia, um estrangeirismo absoluto em que o pensamento só pensa aquilo que ele não conhece.

O fora não é, assim, um objeto exterior, reconhecível. É o desconhecido que não poderia ser simplesmente reconhecido. O pensamento pensa algo que lhe vem do exterior - o signo- mas que não depende dele, que ele desconhece e que lhe aparece em um encontro violento. O signo não é uma coisa, o fora não é simplesmente a realidade exterior. Isto que o pensamento pensa é uma exterioridade muito mais radical e longínqua que a realidade exterior pensada em termos de dados sensoriais. O signo compreende a heterogeneidade, o problemático, as diferenças, as relações de forças:

“... as ‘forças do fora’ não são apenas assim nomeadas porque venham do fora, mas porque elas põem o pensamento em estado de exterioridade, jogando-o em um campo em que os pontos de vista entram em relação, onde as combinações homogêneas de significação dão lugar a relações de força no próprio sentido.”¹¹.

Este estado de exterioridade do pensamento, não representativo, em que o pensamento agitado pelo fora, deixa-se afetar pelo signo ou índice de uma força, pelo problemático, sofre uma mutação, dá um salto, é um pensamento que engendra na sua interioridade um fora, incapaz de se fechar sobre si; ele mantém-se em estado de exterioridade. É, por isso, que o fora longínquo não é tido como fora do pensamento, daí a fórmula que Deleuze não para de repetir, um “fora não exterior”, e que Zourabichvili colhe algumas variações, mas que mostram este “fora mais longínquo que todo mundo exterior, porque é um dentro mais profundo que todo mundo interior”¹².

Quando Deleuze trata do cinema e das instâncias matemáticas que o inspiram faz a distinção entre teorema e problema. Enquanto o teorema desenvolve as relações interiores de princípio a conseqüências, o problema faz intervir um elemento do exterior, e este “fora’ do problema não se reduz nem a exterioridade do mundo físico nem a interioridade psicológica de um eu pensante”¹³. O ponto problemático é o limite que “longe de restituir ao pensamento o saber, ou a certeza interior que lhe falta, a dedução problemática põe o impensado no pensamento, pois o destitui de qualquer

¹¹ Idem, p. 45.

¹² Qph?, p. 59. Sobre a força como intimidade e exterioridade do pensamento, ver Blanchot, *L'entretien infini*, op. cit. p. 241: “o que as mantém à distância (as forças), o fora, é sua única intimidade, aquilo pelo qual elas agem e sofrem”.

¹³ C2, p. 227.

interioridade para abrir nele um fora, um avesso irreduzível, que lhe devora sua substância”¹⁴. O pensamento é o ato autêntico de problematização, dado que é objetivação desta pura relação com o fora.

Podemos agora passar ao fora da linguagem.

A linguagem e o fora

Quando a linguagem é pensada como instância representativa de uma realidade exterior, é um bom fora que a circunda. Exterioridade pacífica que a obriga apenas a designar um inventário de objetos e de sensações e ser, ainda, capaz de criar relações entre eles: o céu é azul. O fora da linguagem não é desta ordem.

Também não é o visível, quando já renunciamos a representação e pensamos em planos irreduzíveis - enunciável e visível. Isto vai aparecer claro em *Foucault*¹⁵, da seguinte maneira: se podemos distinguir duas formas do estrato, a expressão e o conteúdo, o enunciável e o visível, é preciso que renunciemos ao visível ou conteúdo como fora da linguagem. Ele é certamente exterior à linguagem, mas não é ele o fora com o qual o enunciado tem necessariamente um liame¹⁶. Isto porque o enunciado não se define pelo que designa, pelo que faz ver e se abre necessariamente a uma terceira multiplicidade que não é a das formas do conteúdo ou do visível: o enunciado efetua ou atualiza necessariamente relações de força e é neste nível que ele possui um fora,

¹⁴C2, p. 228.

¹⁵F, p. 55-75.

¹⁶F, p. 85.

que não é absolutamente visível, mas constitui-se de *pontos singulares* que o enunciado une em curva.

O exemplo é dado a partir de Foucault: pensemos em (i) um enunciado das letras copiadas ao acaso do teclado da máquina de escrever (enunciável) e (ii) as teclas com letras do teclado (visível). Haveria um terceiro elemento não representável no enunciado, mas nele efetuado: a relação de força que existe entre letras e dedos segundo o acaso. Um acontecimento cuja relação de forças o enunciado atualiza, mas que não é o visível. O visível efetua ele também um fora, que não é o enunciado. O fora é fora do estrato, sem ser-lhe exterior.

Relações de força, acontecimento, problemas: a linguagem é afetada por um campo problemático que não lhe advém como algo pacífico a se representar. É na espessura deste problemático com peso ontológico que as questões de linguagem se banham. Todo o linguageiro é tão forçado como um poema pode ser ejetado das singularidades de uma vida. O que chamamos de “fora da linguagem” seria, então, a linguagem arrebatada pela vida, a passagem da vida pela linguagem constituindo uma língua incapaz de se fechar sobre si mesma? Nossa leitura segue por aí: um problemático com espessura de vida fala, um desejo como potência questionante fala; o fora fala enquanto estado de problema; o poema fala como afeto de um fora; o poema inventa uma linguagem do fora; o filósofo inventa um pensamento do fora.

A fórmula de Deleuze que dinamiza o limite e o fora da linguagem na relação com a escrita aparece completa no Abecedário: “escrever é empurrar a linguagem - e empurrar a sintaxe, pois a linguagem é a sintaxe - a um certo limite, que pode-se expressar de diversas maneiras: limite que separa a linguagem do silêncio; limite que

separa a linguagem da música; limite que separa a linguagem do piado doloroso. Existem escritores que chegam aí¹⁷.

Bartleby e sua fórmula. O que a emissão da fórmula “I would prefer not to” faz é impedir a continuidade do diálogo, nenhuma abertura à fala dialética. Ao contrário, toda a linguagem é confrontada ao silêncio, à interrupção indeterminada e brutal do discurso. Este silêncio é o mais puro exterior que a linguagem pode conter, a linguagem entra no reino dos homens combalidos, limite da fraternidade dos homens.

O espesso, a fome

A partir da fórmula “levar a linguagem ao limite de”, reencontramos João Cabral. Não poderíamos deixar de considerar o esforço que faz sua poesia de levar a linguagem ao limite da vida-morte, não a linha que separa uma de outra, mas o ponto em que viver é um morrer-se, já que a vida é campo permanente de problemas e questões. No limite desta morte-e-vida, resta uma pobreza, um deserto, o viver-problemático, o viver-espesso.

Aí encontramos todas as figuras de João Cabral, às vezes mal compreendidas: uma faca só lâmina, o cão sem plumas. O caminho delas é seguir a espessura de uma vida, indo ao mais espesso, empurrando a linguagem até o limite em que só resta uma fome: “O que vive choca, tem dentes, arestas, é espesso/ O que vive é espesso como um cão, um homem, como aquele rio/ Como todo o real é espesso/ Aquele rio é espesso e real (...) Espesso como uma maçã é espessa/ Como uma maçã é

¹⁷L'Abécédaire de Gilles Deleuze (A como Animal), entrevista em videocassete, edição de 1996.

muito mais espessa se um homem a come do que se um homem a vê/ Como é ainda mais espessa se a fome a come/ Como é ainda muito mais espessa se não a pode comer a fome que a vê”¹⁸.

De espessura em espessura, “uma bala enterrada no corpo fazendo mais espesso um dos lados do morte”¹⁹; o cão perde suas plumas, um “cão saqueado” é mais espesso; o rio, “aquele rio jamais se abre aos peixes, ao brilho, à inquietação de faca que há nos peixes (...) abre-se numa flora suja e mais mendiga”²⁰; o homem é também sem plumas, de modo que no limite “Na paisagem do rio difícil é saber onde começa o rio; onde a lama começa do rio; onde a terra começa da lama; onde o homem, onde a pele começa da lama; onde começa o homem naquele homem”²¹.

Atingir o limite que separa a morte-e-vida, o homem-e-lama, a maçã-e-fome; levar a linguagem a estes limiães, eis o procedimento de João Cabral:

Cultivar o deserto
 como um pomar às avessas:
 então, nada mais
 destila; evapora;
 onde foi maçã
 resta uma fome;
 onde foi palavra
 (potros ou touros
 contidos) resta a severa
 forma do vazio.

¹⁸O cão sem plumas, *Serial e Antes*, Nova Fronteira, 1997, p. 84-5.

¹⁹Uma faca só lâmina, *idem*, pp 183.

²⁰*Idem*, p. 74.

²¹*Idem*, p. 79.

Capítulo 8: Um ponto de vista agramatical

Nosso trabalho percorreu as paisagens e os conceitos de linguagem que a obra de Deleuze nos convida a visitar, demorando-se em cada nível de multiplicidades languageiras conceituado: ao lado das operações formativas do campo languageiro, estratos, palavras de ordem, constantes, encontrar as vibrações de uma linha que escapa, linha de variação que atravessa estas multiplicidades produzindo os abalos intensivos, as diferenciações... E como esta linha perpassa o literário, lá onde as multiplicidades languageiras encontram seus estados mais intensos, e as linhas de fuga produzem suas dobras mais puras; os procedimentos literários, espécie de sobredobras da linguagem.

Gostaríamos de reiterar e confrontar este ponto de vista a outras iniciativas teóricas, agora que adquirimos uma perspectiva conclusiva da tese. Começaremos pelo tema do novo. De que maneira tratamos do novo com Deleuze que não é uma mera perspectiva sobre a sucessão das formas no tempo ou na história. À pergunta que Sylvain Auroux se coloca¹, de como dar conta da inovação lingüística - aquela que quotidianamente invade o campo enunciativo, as criações de novas estruturas, criações sintáticas, morfossintáticas, morfológicas (barbarismos, solecismos), variedades instáveis algumas acabando por se estabilizar, arranjos sintáticos e semânticos imprevisíveis que emergem na literatura, todo o lingüístico revolvido pela

¹A crítica do Auroux à criatividade interpretada como recursividade foi apresentada na Introdução, da tese. Cf. do autor, "L'hypothèse de l'histoire et la sous-détermination grammaticale", op. cit.

heterogênese de sua condição histórica - esta pergunta este autor destinou-lhe o seguinte quadro teórico:

Já que a gramática, produtora de uma língua *gramatical*², não é capaz de determinar o surgimento das inovações (comparáveis aqui aos números irracionais e não à simples produtividade de racionais) que se inscrevem, com a temporalidade, em uma língua empírica - esta supõe a eficácia e a irreversibilidade dos atos lingüísticos, a descontinuidade entre o que se passa antes e depois destes atos -, a maneira de incluirmos em nosso modelo os processos de inovação seria tratando desta língua *empírica* ou histórica. O que significa, para Aurox, supor um conjunto não-finito constituído pela reunião do (i) conjunto indefinido das emissões lingüísticas de grupos I de sujeitos falantes; (ii) conjunto indefinido das emissões de grupos que viveram antes de I, tais como, -I, -II, -III; (iii) conjunto das emissões dos grupos que viverão depois de I, ou seja, II, III, IV. A condição para a formação deste conjunto ou língua empírica é a intercompreensão de traços de emissões lingüísticas entre grupos que viveram períodos mais ou menos distantes. Evidentemente, nenhuma gramática, sempre datada, poderia dar conta das mutações, da contingência e da impossibilidade de predição que implica a língua empírica, havendo necessariamente enunciados que com o tempo não seriam suscetíveis de ser engendrados pela gramática que lhes seria contemporânea. Daí a hipótese da subdeterminação das atividades lingüísticas pela gramática, isto é, a gramática não determina tudo, mas apenas bem pouco, de nossas atividades lingüísticas. A maneira de se dar conta da invenção neste tipo de atividade,

²Para o autor, língua *gramatical* é toda língua engendrada por uma gramática.

contrária à construção de regras homogeneizantes da gramática, seria a construção de “modelos interativos, colocando em relação diferentes sujeitos com competências diferentes (eles têm histórias diferentes), em que a confrontação no tempo produz em cada um novas competências e a aparição de novas regras e de novas estruturas lingüísticas”³.

Não pretendemos dar conta de toda a argumentação de Auroux, mas apenas introduzir coordenadas em que os conceitos de Deleuze podem ser melhor compreendidos. E aqui podemos ver diferenças importantes entre este dois modos de captação do novo. O modelo de Auroux, que ele mesmo chama de hipótese da história, considera formas novas que surgem da “temporalidade”, de modo que poderíamos fazer interagir, mas também suceder competências, regras, estruturas lingüísticas, de tal modo que uma forma qualquer (F_1) transforma-se no tempo em F_2 , F_3 ,... Ao contrário, o modo de captação deleuzeano do novo não implica somente a história, mas sobretudo o devir. E então chegamos ao ponto de falar com Nietzsche em “intempestivo”, com Foucault em “atualidade”, e com Deleuze em “meio”. Pela história, segundo Deleuze, podemos assinalar pontos de origem e pontos de chegada (F_1 , F_2), mas não podemos falar do “meio” isto é, dos devires que arrebatam F_1 , F_2 , e que fazem com F_1 difira sempre de si mesma sem poder ser ainda considerada F_2 . O “entre”, isto é, o devir, é o excesso de movimentos, de velocidades, que atiram as formas em uma tensão de futuro, sem que se possa aí assegurar o paradeiro, a forma que se confecciona, apenas que ali algo foge e escapa. F_1 é um turbilhão de diferenças em processos de inovação contínua, uma multiplicidade dinâmica, a novidade não está

³Idem, p. 30.

na passagem contingente de F_1 a F_2 , mas na diferenciação imanente que o devir das formas dá testemunho.

Agramatical e possível gramatical

Para recolher as diferenças que ao longo da tese dispersamos entre o agramatical deleuzeano e as noções de gramaticalidade e agramaticalidade em lingüística, pareceu-nos interessante acionar, inicialmente, dois modos de apreensão da noção de possível ou de possibilidade. É a partir de uma concepção de “possível” que poderemos pensar, em sua radical divergência, o agramatical lingüístico e o deleuzeano.

Vejamos como a teoria gerativa concebe um “possível da linguagem” no sentido que precisaríamos examinar e confrontar. Em lingüística gerativa, o gramatical coincide com o possível de uma língua. O que quer isto dizer? De início, descartaríamos deste possível a idéia de correção ou de “interdição”, isto é, a teoria gerativa não se dedica a um possível de convenção, aquele que, por exemplo, tratam as gramáticas escolares ou normativas - um possível jurídico. O possível gramatical não é tampouco o que é possível por jogo - um possível lúdico. Quando o lingüista é com ele confrontado - na poesia ou nos seus próprios exemplos agramaticais - é para “melhor descobrir as regras que regem as formas gramaticais” e aproximar-se, assim, do possível que o interessa⁴. Segundo Mitsou Ronat, o gerativista procura um

⁴ O comentário sobre os três possíveis encontra-se no prefácio de Mitsou Ronat a Noam Chomsky, *Dialogues avec Mitsou Ronat*, Flammarion, 1977, p. 11. Citações por ordem de ocorrências, pp.: 11, 18. Ver também p. 82.

“possível científico” que seria a “estrutura de todas as frases possíveis” ou o conjunto de regras que, restringindo as combinações sequenciais de palavras, limita o campo de saber de uma língua e possibilita uma infinidade de formas languageiras. Mas não se deve confundir este com outro “possível” científico. Chomsky⁵ evita toda aproximação da noção de “gramatical” enquanto conjunto de frases gramaticais possíveis em uma língua com a noção de probabilidade de ocorrência. Frase possível aqui não é frase provável - a que teria mais ou menos chances de ocorrer - já que não é o estudo estatístico de ocorrências que poderia determinar a “possibilidade” ou a “gramaticalidade” de uma seqüência.

Vale ressaltar que apesar de todas estas restrições à noção de possível, a teoria gerativa não se afasta dela. Por exemplo, Chomsky, procurando analogias ao modelo de competência lingüística enquanto saber ou gramática das frases possíveis refere-se a um modelo de competência da percepção visual que, fornecendo hipóteses sobre estruturas de base ou estruturas transformadas, engendraria “os rostos possíveis, e as transformações que diriam a que parece este rosto visto sobre todos os ângulos”. Também em relação à música, as limitações biológicas determinariam a “classe de possíveis sistemas musicais humanos”. O lingüista também se refere a uma gramática universal - biológica - das sociedades possíveis através da qual nos situaríamos em nossa sociedade, de certo modo inscrita nesta competência⁶. Poderíamos seguir pensando modelos de competência que determinariam os possíveis em diversos domínios de atividades ou capacidades humanas. Em cada caso formalizaríamos o

⁵ Cf. N. Chomsky, *Structures Syntaxiques*, Paris, Seuil, 1969, p. 19.

⁶ Cf. *Dialogues avec Mitsou Ronat*, op. cit., respectivamente, pp: 70, 85, 86.

conjunto das limitações biológicas que responderiam pela possibilidade da aquisição e da realização infinita deste conhecimento.

Aqui o agramatical é uma espécie de impossível, operando como princípio de investigação da língua gramatical. Aquilo que não se diz circunscreve e delimita o que se diz, isto é, a língua. De novo precisaríamos definir o sentido de “não pode” que integra este impossível, se ele é um incorreto, um improvável, um proibido, o que só pode por jogo etc. e teríamos que lançar mão novamente de uma espécie de impossível “científico”. Segundo Milner estaria neste reconhecimento do possível-impossível o passo inicial de toda gramática⁷. Assim Chomsky considera que “o objetivo fundamental da análise lingüística de uma língua L é separar as seqüências gramaticais que são frases de L, as seqüências agramaticais que não são frases de L, e estudar a estrutura da seqüências gramaticais. A gramática de L será assim um mecanismo engendrando todas as seqüências gramaticais de L e nenhuma da seqüências agramaticais”⁸. Fundamentado no argumento de que “tudo não se diz, logo há língua”, o lingüista corre aqui um só risco, afirmar que “qualquer locução marcada como incorreta é proibida”⁹.

De que maneira esta noção de possível-impossível que a teoria gerativa persegue ressoa um possível filosófico, ou antes, uma das apreensões do possível em filosofia, eis algo a ser investigado. Pensamos naquele conceito de possível que é tido como antecedendo a realização, trabalhando como imagem prévia da realidade.

⁷Milner apresenta a idéia de impossível da língua em *O amor da língua*, Artes Médicas Sul, respectivamente, pp. 8, 44.

⁸Chomsky, *Structures Syntaxiques*, op. cit. p. 15.

⁹Jean-Claude Milner, *O amor da língua*, op. cit. p. 20.

Diríamos que este possível prévio se realiza assim como a competência lingüística é realizada em performances efetivas. Em filosofia, Henri Bergson foi quem se ocupou particularmente deste possível, ou antes, da crítica a este modo de apreensão do possível, como “possibilidade das coisas precedendo sua existência”. De modo que, para ele, “no fundo das doutrinas que desconhecem a novidade radical de cada momento da evolução há muitos mal-entendidos, muitos erros”, um deles seria o hábito de pensar a realidade precedida por uma possibilidade¹⁰.

O que está aqui em oposição seriam dois modos de concepção da realidade: ficamos entre “uma realidade que se cria imprevisível e nova” e uma “realidade precedida por uma possibilidade” - em que a realização acrescentaria “alguma coisa” à possibilidade mas nada de essencial, pois na realização há tudo que se encontra na possibilidade. Bergson concebe a crítica dos “possíveis que se realizariam por uma aquisição de existência” como a revelação de uma ilusão “imaneente à maior parte dos filósofos”, constituída por um dispositivo que realiza duas operações: remete a realidade para trás atribuindo-lhe um passado desde sempre possível; e antecipa-lhe um futuro como mera realização deste possível, para sempre lá.

O ponto em que poderíamos usar a crítica bergsoniana do possível, e sobretudo aquela que fará Deleuze em seguida, em relação a teoria gerativa, é no sentido de apontarmos as preferências desta teoria por um modelo de apreensão da realidade que nos propõe uma concepção da linguagem como sendo precedida por uma possibilidade determinando por antecipação tudo aquilo que pode acontecer. Neste regime de possibilidade, a criatividade é a simples passagem do possível ao real, a

¹⁰ Bergson, *Oeuvres: Pensée et Mémoire*, PUF, 1970, p. 109.

criatividade é a realização desta possibilidade prévia. Retomamos aqui a discussão anteriormente levantada (na Introdução e no início deste capítulo), em que nos referimos à crítica de Sylvain Auroux ao modelo recursivo da criatividade, propondo o termo “produtividade” para tratar destas realizações de um possível prévio e reservando a expressão “criatividade” para o domínio dos atos efetivamente criativos - o que não significa absolutamente uma “criatividade de artista”¹¹.

Pensar o possível e a criatividade na linguagem com as lentes de Deleuze exige que, de saída, vejamos este regime de possibilidade em seus limites (limite da operação de retroprojetar um possível assim que o real emerge) e pesquisemos um outro, cujos lances principais relacionamos nos tópicos abaixo:

- Ao contrário do precedente, o regime de possibilidade instaurado por Deleuze/Bergson faz depender o possível do acontecimento; ele só chega com o acontecimento. Não há possível prévio que determina o que vai acontecer; só há possível criado no lance mesmo do acontecimento.

- Estabelece-se, assim, uma distinção conceitual entre o possível que realizamos e os possíveis que criamos: o primeiro é uma operação sobre o real, nós nos damos um real pronto, preexistente, o mundo entre a possibilidade e sua realização. O segundo, o possível deleuzeano faz irrupção no real como novidade emergente, ele se inscreve no

¹¹ Chomsky opõe a idéia de criatividade normal, do falante comum, à criatividade artística. Mas o problema não reside absolutamente nesta distinção, nem na preferência por tratar do que é normal em oposição ao excepcional. O problema é, como vimos, a idéia de criatividade como instância da realização de um possível compondo o quadro de toda criatividade, mesmo a mais “normal”.

real posteriormente ao acontecimento, sendo aí abertura de um campo de possíveis. Não há possível prévio, dado, ele é justamente o que precisa ser criado.

- De modo que não encontraríamos no real campos de possibilidades determinados - lingüístico, visual, perceptivo, social -, prévios, que nos forneceria simplesmente alternativas a serem escolhidas. Estamos instalados no campo dos acontecimentos e, nele, os processos lingüísticos, visuais, perceptivos, sociais não são apenas possíveis-realizáveis. Os processos de linguagem, a visão, os esquemas perceptivos e as formas sociais, imersos em um campo aberto de relações e exterioridade, seriam como que forçados pelos acontecimentos deste campo, criam-se forçados, inventam-se e não raramente, fissuram-se em novos campos de possíveis, inventados no acontecimento.

- O problema, ou melhor, a tarefa que daí extraímos seria a de pensar as multiplicidades languageiras como um campo imanente de potencialidades, em que os possíveis criam-se da mesma maneira que à visão e à percepção podem advir novidades perceptivas e visuais ou mutações, do mesmo modo que novas formas sociais estariam para ser inventadas.

Resumindo este comentário com uma frase de Zourabichvili, quem tão magistralmente tratou do possível em Deleuze: “o possível mudou de estatuto e recuperou sua figura autêntica, aquela positiva e virtual do ainda-não, em lugar da projeção irreal no futuro do já-lá”¹². Esta nova figura combina duas dimensões do real: o virtual, na medida que o possível é fenda a um “conjunto aberto de potencialidades

¹²François Zourabichvili, “Deleuze et le possible (de l’involontarisme en politique)”, comunicação apresentada nos Encontros internacionais Gilles Deleuze, Rio-São Paulo, junho, 1996.

que toda situação exprime” e o atual, operando distribuições e efetivações do virtual em atos de criação efetivos, invenção de um campo de possíveis.

Há ainda outra figura do real que entra nesta redefinição do possível: é o clichê, uma espécie de possível prévio, evidentemente não biológico, dado e reiterado no agenciamento concreto de onde tira sua necessidade. O clichê é um regime de alternativas que a situação nos apresenta, são possibilidades prontas que nos forçam aos atos de escolha, opção, reconhecimento, retransmissão. De tal maneira, que “tudo isto que nós vimos, dizemos, vivemos, mesmo imaginamos e sentimos é sempre já reconhecido, carrega antecipadamente a marca da reconição, a forma do já-visto ou do já-entendido (...) tudo é possível no presente, ou seja, confinado na simples possibilidade. Mas também nada é possível: o futuro está pré-formado, inteiramente rebatido sobre a forma do já-lá”¹³.

Se queremos compreender a crítica ao gramatical que fazem Deleuze e Guattari a partir do agramatical, precisamos do clichê, ou melhor, precisaríamos investigar quando e onde o gramatical científico carrega a marca do clichê, bem entendido, das simples possibilidades que um agenciamento concreto (não universal) reitera incessantemente. É o gramatical como disciplina, “marcador de poder”; de que maneira as ciências da linguagem lidam com estas “simples possibilidades” dos regimes de linguagem concretos como “possíveis biológicos”? O agramatical deleuzeano dirige-se aos regimes de alternativas languageiras pretensamente fechados, sobretudo quando almejam a universalidade; critica o inatismo das concepções

¹³Idem, pp. 16, 17.

vigentes, na medida em que se coloca na perspectiva da crítica ao clichê e da abertura ao novo. Coloca-se ao lado da literatura, pois ela é capaz de esgotar o possível no duplo ato que se exige: acabar com o clichê e fazer o novo. Esgotar a gramática do clichê ou o clichê como gramaticalidade, criar as novas potências gramaticais e os agramaticais que atualizam e criam potencialidades inexploradas de língua.

O agramatical e o significante

A lingüística e a psicanálise uniram sua sorte no belíssimo livro de Jean-Claude Milner. Aí se concebe que o real calculável da língua, isotópico, homogêneo, que a lingüística constrói em suas representações apenas suporta um outro real, não representável, onde se levantam singularidades heterogêneas como pontos de impossível que não cessam de se inscrever na língua desde que aparece um sujeito desejante. A língua perfurada por “linhas de falha”, lugar do desejo e do inconsciente, *lalangue* (alíngua), uma língua entre outras, registro que consagra a língua ao equívoco. O que a lingüística fornece ao real da alíngua é a explicitação do mecanismo do significante na língua, a articulação significante é justamente o ponto em que a língua encontra-se com o desejo inconsciente e faz alíngua. Um real da homofonia insiste.

Se bem trabalhamos ao longo da tese, podemos notar que a semelhança aparente entre um real significante da língua e um real agramatical - de certa forma ambos operam na conjunção da língua e do desejo - não passa da primeira vista. As diferenças explodem quando nos detemos sobre cada um dos conceitos que assinalamos acima: começaríamos por notar o disparate das conceituações de desejo aí

implicadas, passamos a figuras estranhas à filosofia de Deleuze, o sujeito e o significante, indo até mesmo às diferenças entre estas singularidades heterogêneas que povoam cada campo, de um lado equívocos, significantes encarnando homofonias, chistes, lapsos, enquanto tudo que Deleuze procura na linguagem são figuras da intensidade, da diferença, do assignificante, do impessoal e do menor, em suma, tudo que escapa ao regime do significante. Se o real que a lingüística provê - a língua pensada em termos de redes de diferenças e de relações - descarta o real que a psicanálise mostra - o real da homofonia -, o real que Deleuze escreve - da intensidade, do diferencial, do impessoal, da novidade - marca posição na crítica 1) ao negativo que a lingüística inclui na diferença (oposições) e, 2) à positividade que a psicanálise empresta ao significante como Um dominante da seqüência (mesmo). As figuras que se levantam na alíngua da psicanálise, diria Deleuze, são ainda figuras do idêntico e do semelhante, são precisamente elas que devem ser superadas pelo agramatical.

Nas últimas páginas de *Foucault*, Deleuze atribui à noção de agramatical a tarefa vigorosa de combate ao significante, os agramaticais “se vingam do significante”¹⁴. Aqui se fala sobretudo de agramatical literário, daqueles procedimentos que sobrepõem um número ilimitado de construções gramaticais tendendo a uma expressão atípica ou agramatical. Estas operações - tratamos delas no capítulo V - são as operações da literatura, ou, se preferirmos, de uma certa literatura, aquela que é capaz de contrair a linguagem em uma tensão de futuro, de tal modo que

¹⁴F, p. 178.

se não podemos dizer que o agramatical é o modo do ser da linguagem do nosso presente, diríamos, certamente, que ele é o devir da linguagem, por onde ela foge e escapa de suas *contraintes*, o significante sendo uma delas. Tudo isto precisando ser posto a limpo. É o que pretendemos.

Partamos de considerações foucauldianas de “As Palavras e as Coisas”: há variações no campo das funções, das relações e das distribuições atribuíveis ao “ser da linguagem” no começo do século XIX, de maneira que, então, rompe-se a unidade que prevalecia na ordem clássica - a linguagem na unidade da gramática geral, o discurso - em benefício de uma multiplicidade, de uma fragmentação da linguagem em modos múltiplos:

“Liberada da representação, a linguagem não existe mais doravante, e até nós ainda, senão de um modo disperso: para o filósofos, as palavras são como objetos constituídos e depositados pela história; para aqueles que querem formalizar, a linguagem deve despojar seu conteúdo concreto e não mais deixar aparecer senão as formas universalmente válidas do discurso: se se quer interpretar, então as palavras se tornam texto a fraturar para que se possa ver emergir em plena luz este outro sentido que elas escondem; enfim, acontece à linguagem surgir por ela mesma em um ato de escrever que não designa nada além que ela própria”¹⁵.

A literatura faz irrupção como um modo de ser contestatório da linguagem. Se o momento desta dispersão coincide com um aumento do interesse filosófico pela linguagem, já que é preciso dominá-la enquanto multiplicidade enigmática - Nietzsche seria o primeiro a fazer da reflexão sobre a linguagem uma tarefa da filosofia -, é também este o momento em que a literatura assume uma função nova: a literatura congrega o ser da linguagem que em todo canto se dispersa e, neste sentido, ela é

¹⁵Michel Foucault, *Les mots et les choses*, op. cit., p. 315.

contestação à filologia e a todo deslizamento da linguagem para o lado da objetividade¹⁶. As mutações no literário, tornando-se forma moderna do ser da linguagem, distinguem-no das suas formas gêmeas “por um corte profundo”, na medida que é uma forma de ruptura e de compensação deste nivelamento mesmo que torna a linguagem um objeto de conhecimento formalizável. Ela libera um “contradiscurso” que leva a função representativa e significativa ao ser bruto da linguagem.

É este devir que a literatura impõe à linguagem - traço do intempestivo - é esta novidade na linguagem que o agramatical deleuzeano recolhe e é dela que ele fala. O agramatical, enquanto “contornos da frase na literatura moderna” realiza plenamente a fórmula de um finito-ilimitado - um número finito de componentes dando uma diversidade ilimitadas de combinações - e, ao lado dos componentes genéticos e do silício nas máquinas de terceira geração, nos lança na aventura deste finito-ilimitado. Criação de um campo de possíveis, eis a função do agramatical:

“A literatura vive desde Mallarmé na esgotante obsessão dos possíveis. Os procedimentos que para o autor de *Coup de Dés* só visavam fundar a ubiqüidade do verbo, a incluir o universo no poema ilimitado - eu quero dizer esta multiplicação de percursos, de ângulos internos, esta colocação em labirinto de todos os versos em todas as direções, de todo motivo com todo outro, etc. - compõem mesmo, diversificados, a lógica própria de nossas artes. Uma obra é hoje como capaz de produzir o princípio de sua proliferação, à maneira destes cristais “ópticamente ativos” que introduzem o indefinido até na matéria. De um pensamento linear nós entramos pouco a pouco em uma axiomática volumétrica, onde o mínimo elemento se repercute, se contradiz, se explicita segundo mil dimensões do espaço mental. As “longas cadeias de razões” que admirava Descartes, nós as vemos por toda parte ramificar em tantas redes que o próprio acaso reencontra um papel genético, do qual a ciência não pretende mais o privar. É “em termos de encadeamentos de probabilidades que suas estruturas

¹⁶Idem, p. 397.

devem se descrever”, se interpretar - mais paradoxalmente, estendidas na direção de seus confins, para desaparecer na vastidão de seu número como constelações naquela da noite”¹⁷.

Deleuze procura, assim, os traços de um modo de linguagem atual¹⁸ e encontra no agramatical e nos procedimentos de sobredobragens uma espécie de esgotamento da gramática pela criação de novos possíveis gramaticais. O modo de expressão da literatura moderna é o da criação proliferante de potências gramaticais, tendendo o conjunto ao agramatical, que não é simplesmente uma expressão desviante a que se chega, mas está lá, desde o início, na proliferação de gramaticais, na descoberta de novas potências gramaticais, na compossibilidade dos divergentes, na elevação da série a um finito-ilimitado.

O que tem isto a ver com o significante, isto é, com o modo de ser da linguagem que opera por produção e extração de significantes, com uma mecânica do significante? Reportamo-nos aqui ao capítulo II onde tratamos dos regimes de signos ditos significantes. Em Deleuze não há ‘significante’ como modo universal da linguagem, mas regimes ou estados de signos significantes, operando o destacamento de um elemento transcendente - o significante - em uma cadeia, que passa a ser por ele determinada e do qual dependerá. O significante é o elemento redundante - despótico - que redundando na série impondo a ela sua forma e um conteúdo. Uma afirmação como a que encontramos em Berkenbaum “no mundo humano tudo é significante, desde que a linguagem toma o homem não o deixa mais”¹⁹ é uma espécie de axioma deste

¹⁷Jean Paris, “Finnegans, Wake!” op. cit., p. 58.

¹⁸Lembrar que o atual é aqui aplicado como devir; não o que somos, mas o processo de nossas diferenças.

¹⁹Charles Berkenbaum, “L’insignifiant”, *Chimères*, nº 5/6, 1988, p. 58.

regime de signos, mostrando o ponto de vista que opera em tal regime, mas que nada tem de universal.

Em tantas passagens de Deleuze, muitas com Guattari, todo o cuidado é válido contra a intromissão deste que é considerado “inimigo”, o significante. Vejamos a primeira página de *Kafka*, quando ao problema inicial de entrar na obra de Kafka os autores respondem com o rizoma, entra-se por qualquer extremidade: “nenhuma entrada é privilegiada (...) procuraremos apenas com quais outros pontos se conecta aquele pelo qual se entra, por quais cruzamentos e galerias se passa para conectar dois pontos, qual é o mapa do rizoma, e como imediatamente ele se modificaria se entrássemos por outro plano. O princípio das entradas múltiplas impede somente a introdução do inimigo, o Significante, e as tentativas para interpretar uma obra que na verdade se propõe apenas à experimentação”²⁰. Evitar o significante como princípio de entrada, abandonar a interpretação como tratamento da multiplicidade. Ambos reduzem a multiplicidade à identidade e à rede dos semelhantes.

O agramatical é assignificante problematizando aquele tratamento, circunstancialmente dominante, que privilegia na linguagem o significante - figura das territorializações e das reterritorializações do desejo. Os sinais menores e intensivos de fuga e de desterritorialização trabalham, intempestivamente, como signos de um outro regime a superar o regime significante. Escutar o apelo das frases sobrepostas da literatura como prenúncio de mutações imprevisíveis que já nos batem à porta. O agramatical é intempestivo, o devir revolucionário de nossas linguagens.

²⁰K, p. 7.

Conclusão

Ao longo da elaboração deste trabalho, surgiram duas perguntas que poderíamos agora retomar na perspectiva de sua conclusão. Indagamos, primeiro, como a obra de Deleuze conceituaria o campo problemático da linguagem, pergunta que suscitou um contato com sua filosofia, desviando-a no sentido de uma filosofia da linguagem. Entretanto, é bom lembrar, esta filosofia que sondamos não se insere no quadro do que se convencionou chamar de filosofia da linguagem e que se caracterizaria, entre outros procedimentos, pela colocação da linguagem no centro de enquadramento dos problemas filosóficos. Ora, em nosso caso, a linguagem não possui o estatuto de resolubilidade dos problemas filosóficos. Ela é um problema entre outros, sem privilégios. O que nos deixa pouco à vontade - nós, que trabalhamos no campo da linguagem - quando defrontamos com esta filosofia e nela não encontramos a mesma familiaridade que nos envolve em algumas filosofias tecnicamente mais afeitas ao campo do lingüístico (por exemplo, Austin e a teoria dos atos de fala e Wittgeinstein e os jogos de linguagem).

Sondar os conceitos de que Deleuze dispõe para pensar o linguageiro seria, assim, observar como o funcionamento da linguagem pode ser pensado a partir de um domínio conceitual outro. Nesse domínio, uma indagação de alcance ontológico pode ser dirigida para uma pragmática dotada ela mesma “de estatuto-acontecimental”¹, isto é, de algo que não se esgota nos aspectos empíricos e lógicos do enunciado.

¹Hélio Rebello, 1998, op. cit., p.13.

Ligada à anterior, uma segunda pergunta procura saber como este funcionamento da linguagem é afetado por uma agramaticalidade, irreduzível a correções lingüísticas estrito senso: agramaticalidade é um conceito que diz respeito a algo que percorre este funcionamento, ou seja, à dinâmica de estados intensivos e de não-equilíbrio. Essa dinâmica, as linhas de agramaticalidade - conceitos que exploram o campo de imanência da linguagem e seus processos de diferenciação imanentes - levam a linguagem, para além do seu nível de comunicabilidade imediata, a comunicar-se com seu fora, com a vida. Uma língua em desequilíbrio é uma língua aberta aos dinamismos do fora e do desejo pensado como “força banhada numa potência questionante”². Eis, portanto, o que está implicado nessa pragmática: seu alcance ontológico, o que permite pensar os signos como potências de desterritorialização.

Nosso objetivo terá sido alcançado se fomos capazes de articular conceitos filosóficos à necessidade de explicitar um tipo tipo “funcionamento desfuncionante” do languageiro, ou seja, as condições de uma vitalidade que não lhe era dada pela simples noção de estrutura, por exemplo, presa a analogias e a homogeneidades, nem pela introdução de um sujeito reterritorializado no significante, nem por uma filosofia analítica orientada tão somente para jogos de linguagem.

Finalmente, foi um prazer termos experimentado, no final da tese, a atmosfera de uma conversa com a obra de João Cabral, com procedimentos psicóticos e com outras teorias. É neste campo de experimentação dos conceitos que vemos a

²L. Orlandi, “Desejo e problema: articulação por reciprocidade de aberturas”. *História & Perspectivas*, n° 3, jul/dez, 1990, p. 183.

continuidade deste trabalho, sua possível utilidade, inclusive para a revisão e variação dos próprios conceitos que utilizamos até aqui.

BIBLIOGRAFIA

1- Bibliografia referida

1.1- De Gilles DELEUZE

NOTA: Os livros e artigos de Deleuze foram apresentados na ordem cronológica das primeiras edições e estão precedidos das abreviaturas com que foram citados na tese. Indicamos aqui com asterisco os títulos que foram citados com a paginação do original francês. Em geral, as citações respeitaram as traduções indicadas.

P: *Proust et les signes*. Paris, PUF, 1964 (4ª ed., 1976). *Proust e os signos*, tradução brasileira da 4ª ed. francesa de Antonio Piquet e Roberto Machado, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

DR: *Différence et répétition*. Paris, PUF, 1968. *Diferença e Repetição*, tradução brasileira de Luiz Orlandi e Roberto Machado, Rio de Janeiro, Graal, 1988.

“Le schizophrène et le mot”*. *Critique*, nº 255-256, 1968, pp. 731-746.

LS: *Logique du sens**. Paris, Minuit, 1969. *Lógica do Sentido*, tradução brasileira de Luiz Roberto Salinas Fortes, São Paulo, Perspectiva, 2ª ed., 1988.

“Schizologie”* - Prefácio a WOLFSON, L., *Le Schizo et les langues*. Paris, Gallimard, 1970.

S: *Spinoza*. Paris, PUF, 1970. *Espinoza e os signos*, tradução portuguesa de Abílio Ferreira, Porto, Rés, s.d.

AE: *L'anti-Oedipe** (com GUATTARI, Félix). Paris, Minuit, 1972. *O anti-édipo*, tradução brasileira de Georges Lamazière, Rio de Janeiro, Imago, 1976.

“Trois problèmes de groupe”* - Prefácio a GUATTARI, F., *Psychanalyse et transversalité*. Paris, Maspero, 1974.

K: *Kafka - Pour une littérature mineure* (com GUATTARI, F.). Paris, Minuit, 1975.

Kafka - Por uma literatura menor, tradução brasileira de Julio Castanon Guimarães, Rio de Janeiro, Imago, 1977.

“Avenir de la linguistique”* - Prefácio a GOBARD, H., *L'aliénation linguistique*. Paris, Flammarion, 1976.

Dial: *Dialogues** (com PARNET, Claire). Paris, Flammarion, 1996 (1ª ed. 1977).

*Politique et Psychanalyse** (com GUATTARI, F., PARNET, C. e SCALA, A.). Des mots perdus, 1977.

SP: *Superpositions** (com BENE, Carmelo). Paris, Minuit, 1979.

MP: *Mille Plateaux** (com GUATTARI, Félix). Paris, Minuit, 1980.

Mil Platôs, vol 1- tradução brasileira de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa
Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995.

Mil Platôs, vol 2 - tradução brasileira de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão, Rio, Ed. 34, 1995.

Mil Platôs, vol 3 - tradução brasileira de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik, Rio, Ed. 34, 1996.

Mil Platôs, vol 4 - tradução brasileira de Suely Rolnik, São Paulo, Ed. 34, 1997.

Mil Platôs, vol 5 - tradução brasileira de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa, São Paulo, Ed. 34, 1997.

C1: *Cinéma 1. L'image-mouvement**. Paris, Minuit, 1983. *Cinema 1. A imagem-movimento*, tradução brasileira de Stelle Senra, São Paulo, Brasiliense, 1985.

C2: *Cinéma 2. L'image-temps**. Paris, Minuit, 1985. *Cinema 2. A imagem-tempo*, tradução brasileira de Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo, Brasiliense, 1990.

F: *Foucault*. Paris, Minuit, 1986. *Foucault*, tradução portuguesa de José Carlos Rodrigues, Lisboa, Vega, 1987.

“Qu’est-ce qu’un dispositif?”* in *Michel Foucault philosophe. Rencontre Internationale*. Paris, Seuil, 1989.

PP: *Pourparlers**. Paris, Minuit, 1990. *Conversações*, tradução brasileira de Peter Pál Pelbart, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.

Qph?: *Qu’est-ce que la philosophie?* (com GUATTARI, Félix). Paris, Minuit, 1991. *O que é a filosofia?* tradução brasileira de Bento Prado Jr. e Alberto Munoz, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.

*L’Epuisé**, em seguida a *Quad, Trio du Fantôme, ...que nuages..., Nacht und Träume* (de BECKETT, Samuel). Paris, Minuit, 1992.

CC: *Critique et Clinique**. Paris, Minuit, 1993.

DP: “Désir et Plaisir”*. *Magazine Littéraire*, n° 325, Paris, out. 1994*. “Desejo e Prazer”, tradução brasileira de Luiz B. L. Orlandi, *Cadernos de Subjetividade*, PUC-SP, São Paulo, jun. 1996.

“L’immanence: une vie”*. *Philosophie*, n° 47, Minuit, setembro 1995.

“L’Abécédaire de Gilles Deleuze”, entrevista a Claire Parnet realizada em 1988 e transmitida em série pela TV Arte em 1995-1996. Videocassete, Editions Montparnasse, 1996.

1.2- De outros autores.

ALMEIDA, Júlia M. C - *A loucura das palavras*. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1993.

ARTAUD, A. - “L’Arve et l’aume - Tentative anti-grammaticale contre Lewis Carroll”. *Oeuvres Complètes Vol. IX*, Paris, Gallimard, 1979.

AUROUX, Sylvain - “L’hyothèse de l’histoire et la sous-détermination grammaticale”. *Langages*, n° 114, jun 1994.

AUSTIN, J. L. - *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

BENVENISTE, E. - *Problèmes de Linguistiques Générale 1*. Paris, Gallimard, 1966.

- BERGSON, Henri - *Oeuvres - Pensée et Mémoire*. Paris, PUF, 1970.
- BERKENBAUM, Charles - "L'insignifiant". *Chimères*, n° 5/6, 1988.
- BLANCHOT, M. - *L'entretien infini*. Paris, Gallimard, 1969.
- BOURDIEU, Pierre - *Ce que parler veut dire*. Fayard, 1982.
- "L'économie des échanges linguistiques". *Langue Française*, n° 34, 1977.
- BRÉHIER, Émile - *La théorie des incorporels dans l'ancien stoïcisme*. Paris, Vrin, 7^a ed. 1987 (1928).
- BUYDENS, Mireille - *Sahara - L'esthétique de Gilles Deleuze*. Paris, J. Vrin, 1990.
- CANETTI, Elias - *Masse et Puissance*. Paris, Gallimard, 1966.
- CHOMSKY, N. - *Structures Syntaxiques*. Paris, Seuil, 1969.
- e RONAT, Mitsou - *Dialogues avec Mitsou Ronat*. Paris, Flammarion, 1977.
- CARVALHO, Castelar de - *Para compreender Saussure*. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1982.
- CARDOSO, Hélio Rebello - "Percurso de estudo para uma *pragmática* filosófica no pensamento de Gilles Deleuze", 1998 (inédito).
- DUCROT, Oswald - "De Saussure à la philosophie du langage" - Prefácio a John Searle, *Les actes de langage*. Paris, Hermann, 1972.
- FOUCAULT, M. - *Raymond Roussel*, Paris, Gallimard, 1963.
- *Les mots et les choses - Une archéologie des sciences humaines*. Paris, Gallimard, 1966.
- *Sept propos sur le septième ange*. Fata Morgana, 1986.
- *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- *O pensamento do exterior*. São Paulo, Princípio, 1990.
- FRANCHI, Carlos - "Linguagem - Atividade Constitutiva". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* n° 22, jan/jun, 1992.

- GLISSANT, Edouard - *Introduction à une Poétique du divers*. Paris, Gallimard, 1996.
- GOBARD, Henri - *L'aliénation linguistique - Analyse tétraglossique*. Flammarion, 1976.
- GUATTARI, Félix, "La place du signifiant dans l'institution". *Politique et Psychanalyse*. Des mots perdus, 1977 (sem paginação).
- HJELMSLEV, Louis - *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo, Perspectiva, 1975 (1943).
- *Essais Linguistiques*. Paris, Minuit, 1971.
- JACOB, François - "Le modele linguistique en biologie". *Critique*, n° 322, 1974.
- LABOV, W. - *Sociolinguistique*. Paris, Minuit, 1976.
- *Le parler ordinaire - La langue des ghettos noirs des Etats-Unis*. Paris, Minuit, 1978.
- LÉVY, Pierre - *Qu'est-ce que le virtuel?* Paris, La Découverte, 1995.
- MC LUHAN, Marshall - *Pour comprendre les média*. Mame/Seuil, 1968.
- MARTIN, Jean-Clet - *Variations - La philosophie de Gilles Deleuze*. Paris, Payot & Rivages, 1993.
- MELO NETO, João Cabral - *Poesias Completas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968
- *Serial e antes*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
- MENGUE, Philippe - *Gilles Deleuze ou le système du multiple*. Paris, Kimé, 1994.
- MILNER, Jean-Claude - *O amor da língua*. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1987.
- ORLANDI, L. B. L. - "Pulsão e campo problemático". *As pulsões*, Arthur Hyppólito de MOURA (org.), São Paulo, Escuta/Educ, 1995.
- "Desejo e problema: Articulação por Reciprocidade de Aberturas". *História & Perspectivas*, n° 3, jul/dez 1990.
- PARIS, Jean - "Finnegans, Wake!". *Tel quel*, n° 30, 1967.
- PLAZA, Monique - "A escrita e a loucura". Lisboa, Estampa, 1990.
- PRIGOGINI, ILYA - *O nascimento do tempo*. Lisboa, Edições 70, s.d (original 1988).

REVEL, Judith - "Foucault lecteur de Deleuze: de l'écart à la différence". *Critique - cinquante ans*, n°591-592, agosto-setembro 1996.

ROSA, Guimarães - *J. Guimarães Rosa: correspondência com o tradutor italiano*. São Paulo, Icib, 1972.

RUWET, Nicolas - "Parallélismes et déviations en poésie". *Langue, discours, société*, Paris, Seuil, 1975.

----- "Notes linguistiques sur Mallarmé". *Le Français Moderne*, n° 3/4, 53° ano.

SIMONDON, Gilbert - *L'individu et sa genèse physico-biologique*, Ed. Jérôme Milèlon, Grenoble, 1995 (1ª ed. 1964).

SEPHIHA, H. Vidal - "Introduction à l'étude de l'intensif". *Langages*, março 1973.

VILLANI, Arnaud - "Méthode et théorie dans l'oeuvre de Gilles Deleuze". *Temps Modernes*, n° 586, jan-fev, 1996.

----- "Gilles Deleuze et le devenir comme ligne de vie". *Chimères* n° 43, primavera 1997.

WOLFSON L. - *Le schizo et les langues*. Paris, Gallimard, 1970.

----- *Ma mère musicienne est mort*. Ed. Navarin, 1984.

YAGUELLO, Marina - *Les fous du langage*. Seuil, 1984.

ZOURABICHVILI, François - *Deleuze - Une philosophie de l'événement*. Paris, PUF, 1994.

----- "Deleuze et le possible (de l'involontarisme en politique)", comunicação apresentada nos Encontros Internacionais Gilles Deleuze, Rio-São Paulo, junho 1996.

2- Bibliografia consultada

2.1 - De Gilles DELEUZE

Instincts & Institutions (Introduction) - Textes Choisis et Présentés par G. Deleuze, Hachette, 1953.

“La méthode de dramatisation”. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, jul/set 1967, Armand Colin.

Spinoza et le problème de l'expression. Paris, Minuit, 1968.

“Faille et feux locaux”. *Critique*, n° 270, abril 1970.

“A quoi reconnaît-on le structuralisme?”. In: CHATELET, F. (dir.) *Histoire de la philosophie vol 8 - Le XX^e Siècle*, Paris, Hachette, 1973.

“Spinoza et Nous”. *Actes du Colloque Spinoza*, Paris, 1977.

“L'Oedipe en question”. *L'Oedipe un complexe universel*, Tchou, 1977.

Francis Bacon: Logique de la sensation, 2 vols. Paris, Éd. de la Différence, 1981.

Le pli. Leibniz et le baroque. Paris, Minuit, 1988.

2.2- De outros autores

ALLIEZ, Eric - “Deleuze, philosophie pratique?”. *Critique*, n° 560-561, 1994.

----- *Deleuze philosophie virtuelle*. Le Plessis-Robinson, Synthélabo, 1996.

BAKHTIN, Mikhail - *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 3^a ed. 1986.

DERRIDA, Jacques - *Le monolingüisme de l'autre*. Paris, Galilée, 1996.

DUCROT, Oswald - *Dire et ne pas dire - Principes de sémantique linguistique*. 3. ed. Paris, Hermann, 1991.

DUMONCEL, Jean-Claude - *Le symbole d'hécate - Philosophie deleuzienne et roman proustien*. Saint-Jean-de-Braye, HYZ, 1996.

- FLUDERNIK, Monika - "Linguistics and literature: Prospects and horizons in the study of prose". *Journal of Pragmatics*, n° 26, 1996.
- FOUCAULT, Michel - "Theatrum philosophicum". *Critique*, n° 282, Minuit, 1970.
- "La folie, l'absence d'oeuvre". *Dits et Écrits I*, 1994 (1960).
- "Le langage à l'infini". *Dits et Écrits I*, 1994 (1963).
- "La vie des hommes infames". *Dits et Écrits I* 1994(1969).
- "Langage et littérature" (inédito). Paris, Fonds Michel Foucault, Bibliothèque de Saulchoir.
- GUATTARI, Félix - "De la production de subjectivité". *Chimères*, n° 4, inverno 1987-88.
- GUILMETTE, Armand - *Gilles Deleuze et la modernité*. Ottawa, Les Editions de Zephyr, 1984.
- HAYDEN, P. - "From relations to practice in the empirism of Gilles Deleuze". *Man and World*, vol. 28, n° 3, julho 1995.
- L'Inactuel: Matière*, n° 5, Calmann-Lévy, primavera 1996
- MACHADO, Roberto - *Deleuze e a filosofia*. Rio de Janeiro, Graal, 1990.
- MACHOUL, Alec - "The philosophical grounds of pragmatics (and vice-versa)". *Journal of Pragmatics*, n° 27, 1995.
- MARTIN, Jean-Clet - *L'image virtuelle*. Paris, Kimé, 1996.
- MAUZI, Robert - "Les complexes et les signes". *Critique*, n° 225, 1966.
- MEDEIROS, Paulo de Tarso Cabral - *Travessuras do desejo: signo, rizoma e devir em Grande Sertão: Veredas*. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1997.
- NEGRI, Toni - "Sur Mille Plateaux". *Chimères*, n° 17, outono 1992.
- ORLANDI, Luiz B. L - *A voz do Intervalo*. São Paulo, Ática, 1980.
- "Signos Proustianos numa filosofia da diferença". *O falar da linguagem*, São Paulo, Lovise, 1996.

----- “Lignes d’action de la différence”. In: Eric ALLIEZ (dir) *Gilles Deleuze - une vie philosophique*, Institut Synthélabo pour le progrès de la connaissance/Le Plessis-Robinson, Paris, PUF, 1998.

PIERSSENS, Michel - “Écrire en langues: la linguistique d’Artaud”. *Langages*, n° 91, setembro 1998.

RANCIÈRE, Jaques - *La parole muette*. Paris, Hachette, 1998.

RÉCANATI, François - *La transparence et l’énonciation - Pour introduire la Pragmatique*. Paris, Seuil, 1979.

VILLANI, Arnaud - “Deleuze et Whitehead”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, n° 2, junho, 1996.

2.3 - Publicações e revistas sobre Deleuze (consultadas):

L’Arc - Special Deleuze, n° 49, 1972.

Lendemain: Deleuze, n° 53, Ed. Hitzroth, 1989.

Sub-stance, n° 66, University of Wisconsin Press, 1991

Magazine Littéraire: un philosophe nomade, n° 257, setembro 1995.

Philosophie - Gilles Deleuze, n° 47, Paris, Minuit, setembro 1995.

Cahiers du Cinéma - Gilles Deleuze, la pensée-cinéma (Hommage à Gilles Deleuze) - n° 497, Paris, Éditions de l’Etoile, dezembro 1995.

Libération, n° 4051, Culture, 07/11/95 (artigos diversos)

Le Monde, n° 15795, Des Livres, 10/11/95 (diversos artigos).